



Sete Lagoas, 02 de agosto de 2023

Ilustríssimo Senhor

GUSTAVO NEVES MOURA

DD. Gestor Administrativo do

Assunto: Participação. Curso Zênite sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos.

Senhor Diretor.

Este subscritor recebeu por meio de correio eletrônico a informação que pessoa jurídica **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A**, portadora do CNPJ nº 86.781.069/0001-15, com sede e administração na Avenida Sete de Setembro nº 4.698, andar 3, bairro Batel, município de Curitiba/PR, estará realizando os cursos "Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução Segura dos Processos de Acordo com a Lei nº 14.133 de 2021" e "Como Aplicar a Lei nº 14.133/2021: Temas Relevantes com Abordagem Prática", a ser ministrado no formato eletrônico, em plataforma própria da contratada, cuja programação está acostada neste instrumento.

DETALHAMENTO DO CURSO

Item	Descrição	Valor
EVENTO	DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133 DE 2021	R\$ 1.945,80
	COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021: TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA	R\$ 2.732,40
SERVIDORES INTERESSADOS	Roberto dos Reis, Diretor do Departamento de Licitações e Contratos; Victória Maria Ribeiro Carvalho, Assistente de Licitações e Contratos	
PERÍODO	30/08/2023 a 01/09/2023 – Servidora Victória Maria Ribeiro Carvalho 17/10/2023 a 23/10/2023 – Servidor Roberto dos Reis	
EMPRESA	ZÊNITE INFORMAÇÕES E CONSULTORIA S/A	
LOCAL	On line - plataforma digital	

Desta forma, a pretensa contratação enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação com arrimo no art. 74, inciso III, letra "P" da Lei nº 14.133 de 2021.

Nesse sentido, submeto o feito à consideração superior de Vossa Senhoria, e caso seja de sua aquiescência, o prosseguimento da pretensão ora apresentada.

Roberto dos Reis
Adv. ROBERTO DOS REIS

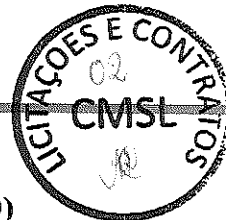
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos

Autorizo a contratação requerida. Providencie as formalidades necessárias.

02 / 08 / 2023

Gustavo Neves Moura
Gustavo Neves Moura - Gestor Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

INFORMAÇÕES DA UNIDADE REQUISITANTE

REQUISITANTE: Diretoria de Licitações e Contratos

Responsável pela Demanda

Roberto dos Reis

Data:

02 de agosto de 2023

e-mail: robertoreis.licitacao@camarasete.mg.gov.br

Telefone: (31) 3779-6366

INFORMAÇÕES DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Objeto: Inscrição em curso de licitação a ser ministrado pela pessoa jurídica Zênite Informação e Consultoria S/A.

☒ (X) Serviço não continuado

☐ () Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra

☐ () Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra

☐ () Material de consumo ☐ () Bem de Consumo

☐ () Material permanente / equipamento

Tipo da Licitação: Menor Preço Global

Descrição dos serviços

Item	Descrição do objeto	Qtd	Und	Valor
1	Curso: Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução Segura dos Processos de acordo com a Lei nº 14.133 de 2021.	1	Serviço	R\$ 1.945,80
2	Curso: Como Aplicar a Lei nº 14.133/2021: Temas Relevantes com Abordagem Prática	1	Serviço	R\$ 2.732,40

Forma de contratação sugerida

Modalidades da Lei nº 14.133 de 01/04/2021 – ☐ () Pregão Eletrônico ☐ () Concorrência

☐ () Dispensa de Licitação ☒ (X) Inexigibilidade de Licitação ☐ () Dispensa de Licitação Eletrônica

☐ () Adesão à IRP de outro Órgão

CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Roberto dos Reis - ADV
DIR. LICITAÇÕES E CONTRATOS
Mat. 1804





Justificativa da necessidade da contratação

Este instrumento visa a contratação de empresa especializada em promover cursos e treinamento voltado a servidores públicos, em nível nacional, no intuito de preparação para a correta aplicação da Lei nº 14.133 de 2021.

Os referidos cursos vem ao encontro das necessidades da Diretoria de Licitações e Contratos, tendo em vista a proximidade da revogação do regime das Leis nº 8.666 de 1993 e Lei 10.520 de 2002 e aplicação obrigatória da Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133 de 2021, tornando-se urgente e necessária a capacitação dos agentes responsáveis pela aplicação desta lei, que inaugura um novo regime de contratações com inúmeras alterações e novidades.

Serão abordados assuntos indispensáveis para o início da aplicação, com segurança, do novo regime. Além do conhecimento da lei propriamente dita e dos regulamentos que já foram editados, serão abordadas as polêmicas e controvérsias relacionadas ao planejamento e julgamento das licitações e a compreensão dos entendimentos do Tribunal de Contas da União, das Cortes de Contas Estaduais e do Poder Judiciário, que guiarão a interpretação e a aplicação da nova Lei.

Importante salientar que neste evento, além das aulas expositivas e dialogadas, com a resolução de questões polêmicas e casos práticos, serão debatidas, com grandes especialistas no assunto, as principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos, com momento específico para respostas às dúvidas dos participantes, tornando-se essa atualização de extrema importância para nós, agentes públicos.

Ademais, os referidos cursos permanecerão disponível na plataforma digital da pretensa contratada pelo período de 7 (sete) dias para que sejam assistidas novamente, quando então outros servidores desta Casa poderão assisti-las.

Informações Gerais

Os cursos destinam aos servidores lotados na Diretoria de Licitações e Contratos desta Casa Legislativa, na pessoa da Assistente de Licitações e Contratos Victoria Maria Ribeiro Carvalho, que participará do curso “Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução Segura dos Processos de acordo com a Lei nº 14.133 de 2021” e do Diretor Roberto dos Reis, que participará do curso “Como Aplicar a Lei nº 14.133/2021: Temas Relevantes com Abordagem Prática”.

Os cursos serão realizados nos dias 30/08/2023 a 01/09/2023 e 17/10/2023 a 23/10/2023, com transmissão ao vivo, na rede mundial de computadores, com carga horária de 12 (doze) horas e 20 (vinte) horas, respectivamente.

A regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada está devidamente comprovada através das certidões negativas acostadas a este processo de contratação.

Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha é individual e não deve ser compartilhada. O link de acesso à sala deve ser utilizado por meio de único browser.

Justificativa do Preço e da Escolha do Fornecedor

Quanto ao preço, verifica-se a compatibilidade do preço proposto em comparativo com outros cursos de mesma temática, igualmente promovido pela pretensa contratada. Ademais, tendo em vista a participação em dois cursos, a esta Casa Legislativa foi concedido um desconto 8% (oito por cento) em cada curso.



Em relação aos cursos “Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução Segura dos Processos de acordo com a Lei nº 14.133 de 2021” e “Como Aplicar a Lei nº 14.133/2021: Temas Relevantes com Abordagem Prática”, foi obtido junto a própria contratada cópias de propostas comerciais demonstrando que os preços ofertados para esta Casa Legislativa são os mesmos para outros órgãos/entidades da Administração Pública, portanto, igual para todos, sem distinção.

Quanto as razões de escolha do fornecedor, foi contemplada, através da demonstração da notória especialização tanto da pessoa jurídica a ser contratada, quanto dos palestrantes que foram designados para ministrarem os cursos pretendido, conforme se verifica nos currículos acostados a este instrumento.

Fiscal do Contrato

A fiscalização da execução do contrato ficará sob responsabilidade do servidor Roberto dos Reis, Diretor do Departamento de Licitações e Contratos, matrícula nº 1.804.

A conferência dos serviços prestados será efetuada pelo fiscal do contrato ou por funcionário previamente indicado pelo mesmo, que verificará a conformidade do serviço face ao solicitado, podendo recusá-los caso comprove estar em desacordo com o Relatório de Especificação, sendo que após a conferência, será emitido relatório atestando se os serviços prestados atendem às condições exigidas pelo Poder Legislativo do Município de Sete Lagoas.

Dotação orçamentária

A despesa ora pretendida será suportada pela dotação orçamentária do exercício de 2023.

Dados da Dotação - 2023	
Órgão:	1 CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
Unidade:	2 SECRETARIA
Função:	1 LEGISLATIVO
Subfunção:	31 AÇÃO LEGISLATIVA
Programa	2040 GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO
Proj./Atividade:	2709 MANUTENÇÃO DAS ATIV DA CÂMARA MUNICIPAL
Elemento:	3.3.3.9.0.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
Recurso:	1500000 - 011100 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
Complemento:	0 NÃO SE APLICA
Reduzido:	31529 <input type="button" value="Anterior"/> <input type="button" value="Próximo"/>
Mês:	Junho ▼
Dia:	Selecione ▼



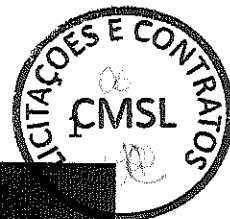
Responsável pela formalização da demanda e conteúdo deste documento

Este subscritor, servidor locado na Diretoria de Licitações e Contratos, responsável pela elaboração deste Documento de Formalização de Demanda – DFD -, assume que ficará à disposição para dirimir eventuais dúvidas sobre este instrumento, bem como para acompanhar o processo de contratação, fornecendo todas as informações técnicas necessárias junto ao demais servidores desta Casa Legislativa.

Adv. *Roberto dos Reis*
ROBERTO DOS REIS

Diretor do Departamento de Licitações e Contratos

Roberto dos Reis - ADV
ROBERTO DOS REIS - ADV
DIR. LICITAÇÕES E CONTRATOS
Mat. 1804



PROPOSTA COMERCIAL

Zênite On Line
DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI
Nº 14.133/2021
30/08/2023 a 01/09/2023

CURITIBA, 28 de junho de 2023
Att: CAIO LUCIUS VALACE DE OLIVEIRA SILVA - Fone: 3137796300
CAMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
SETE LAGOAS - MG

Prezados Senhores,

Encaminhamos proposta para inscrição no Zênite On Line, para o curso: "DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 30/08/2023 a 01/09/2023, carga horária de 12 horas.

Detalhes da Proposta	
Participantes Pagantes:	001
Valor Unitário (Por Participante):	R\$ 2115,00
Desconto total:	R\$ 169,20
Total de Pagantes:	R\$ 1.945,80
Total de Participantes:	001
TOTAL:	R\$ 1.945,80

A proposta inclui:

- Lei Digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do Curso
- Certificado

Observações:

- O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorrido o período de 7 dias do replay serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, sendo que login e senha do sistema são individuais e intransferíveis.
- Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha é individual e não deve ser compartilhada. O link de acesso à sala deve ser utilizado por meio de único browser (sendo recomendável o google chrome).
- Por questão de segurança, a Zênite não tem controle ou guarda da senha que é gerada e enviada pela plataforma de aula. No caso de perda ou extravio, deve ser mantido contato com a Zênite para geração de novo login e senha.

- O acesso será liberado para os participantes que tiveram o processo de contratação concluído e devidamente formalizado por meio de nota de empenho ou seu substitutivo legal.
- É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.
- A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).
- Aos órgãos/entidades públicas serão aceitas apenas inscrições de servidores/empregados/agentes vinculados diretamente à Administração Pública direta e indireta contratante.
- Havendo eventual queda na transmissão ou qualquer outra dificuldade de acesso ao curso em tempo real, o curso ficará disponível para "replay" durante um período de 7 dias. Neste caso, o participante assistirá à gravação do curso ou aula, não podendo interagir com os professores.

DADOS DO EVENTO

Para ver o conteúdo completo, conteúdo, professores e programação [CLIQUE AQUI](#).

REQUISITOS TÉCNICOS

Após a confirmação da inscrição, a Zênite disponibilizará o link de acesso ao curso. O participante deverá entrar no link de acesso, no dia e hora do curso, preenchendo o seu *login* e senha, quando então terá acesso ao ambiente virtual do Curso.

Para o bom funcionamento da plataforma, recomenda-se a utilização de equipamento com as seguintes especificações:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core - 4 Gb Ram

Internet de 10 Mbps (de preferência por cabo)

Browser: Recomenda-se utilizar o Google Chrome

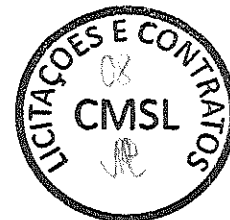
Banda ideal: Inbound participante: 3 mbps

A transmissão dos cursos se dá dentro do ambiente da Zênite (www.zeniteonline.com.br), sendo que para acessar a plataforma do curso e os conteúdos disponibilizados, é necessário que sua rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br>; *.pluz.app; *.clickmeeting.com; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com; *.magisto.com; *.akamaized.net; *.cloudfront.net

IMPORTANTE:

- Caso essas especificações não sejam atendidas, mesmo que possível assistir e participar do curso/aula, não podemos garantir a plena qualidade de áudio e vídeo.
- Cada participante deve ser inscrito com um e-mail próprio, válido e acessível pelo mesmo. O e-mail informado no ato da inscrição será utilizado para o envio dos dados de acesso à sala do curso. Assim, **participantes diferentes não devem ser inscritos com o mesmo e-mail, mesmo que sejam do mesmo órgão ou setor.**
- Após participar da aula, ao fechar o ambiente virtual do curso, o clickmeeting, que é a plataforma que usamos para a transmissão das aulas, direcionará o participante para a possibilidade de baixar o APP da clickmeeting. Solicitamos **ignorar esta mensagem** e assistir o curso por meio do ambiente Zênite (zeniteonline.com.br) que contempla todos os recursos necessários para o curso on line, inclusive a aferição de presença. Caso o participante baixe o aplicativo e assista o curso por meio do APP não será possível aferir o seu percentual de presença para fins de certificado.

EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

**Dados Bancários:**

BANCO DO BRASIL: Agência: 3041-4 | Conta Corrente: 84229-X
CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Agência: 1525-3 | Conta Corrente: 1566-2
SANTANDER: Agência: 3837- | Conta Corrente: 13001725-8
BANCO ITAU: Agência: 3833- | Conta Corrente: 63040-7
BRASESCO: Agência: 5723- | Conta Corrente: 0766622-5

A inscrição deverá ser realizada da seguinte forma:

- Preencher o formulário de inscrição disponível no portal <http://www.zenite.com.br>
- Enviar por e-mail cópia do documento de autorização de participação:

- * Nota de empenho; ou
- * Autorização de fornecimento; ou
- * Documento padrão utilizado para posterior emissão de nota fiscal; ou
- * Cópia de comprovante de depósito ou transferência bancária.

A ficha de inscrição contendo os dados do(s) participante(s) do curso devem ser enviados pelo órgão contratante à Zênite, em no máximo até 05 (cinco) dias antes da realização do evento. O não cumprimento deste prazo pode implicar em atrasos.

Observação: Para o mercado privado, estarão disponíveis outras opções de pagamento como:

- * Boleto
- * Transferência bancária
- * Depósito

A inscrição será confirmada somente após o recebimento dos documentos acima citados, pelo e-mail evento@zenite.com.br e desde que não haja pendência de pagamentos em atraso relativos a contratações anteriores.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se em informar antecipadamente à CONTRATANTE.

A Zênite reserva-se o direito de limitar o número de inscrições para determinado curso.

A Zênite não se responsabiliza por eventuais problemas decorrentes de interrupção dos serviços do provedor de acesso à internet, nem pela interrupção dos serviços em casos de falta de fornecimento de energia elétrica, incompatibilidade dos sistemas do participante ou qualquer ação de terceiros que impeçam a prestação de serviço ou na ocorrência de caso fortuito ou de força maior relacionados no Código Civil Brasileiro. Da mesma forma, não se responsabiliza por dificuldade de acesso à plataforma do curso, inclusive no que diz respeito ao funcionamento e qualidade da rede de internet do participante.

É expressamente proibida a gravação, cópia ou reprodução, por qualquer meio, do curso/aulas on line. O curso/aula é protegido(a) por direitos autorais e direitos de imagem.

Esta proposta é válida até: 28/07/23

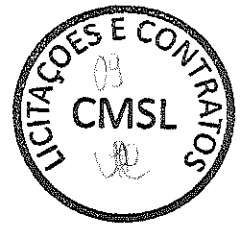
Manuella Ribereite Silva

Consultora Comercial de Eventos

manuella.silva@zenite.com.br

4121098666

Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR
Fone: (41) 2109-8666



DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021

ENFOQUE APLICADO: APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA, FLUXOS, RESOLUÇÃO DE CASOS CONCRETOS E BOAS PRÁTICAS

AO VIVO



30 de agosto a
01 de setembro

O Curso

As alterações da Lei nº 14.133/2021 com relação aos processos de contratação direta são importantes e impactantes. Também as regulamentações da nova Lei sobre esse assunto precisam ser dominadas pelos agentes responsáveis.



Os processos de contratação direta sempre geram dúvidas a respeito do correto enquadramento da hipótese legal e da instrução processual adequada e segura. O tema desperta especial atenção em razão da fiscalização exercida pelos tribunais de contas nessas contratações.

Destacamos as principais hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação, assim como a instrução dos processos que serão apresentados a partir de uma abordagem direta e aplicada, com orientações de passo a passo e boas práticas para a aplicação segura da nova Lei de Licitações.

Motivos para participar deste Seminário

Conhecer as alterações e polêmicas sobre as principais hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade), acordo com a Lei nº 14.133/2021.

Dominar as boas práticas para o enquadramento e a instrução segura dos processos de dispensa e inexigibilidade, a partir de uma abordagem aplicada.

Conhecer o sistema do governo federal (compras.gov) de dispensa eletrônica e os fluxos e procedimentos de acordo com a IN nº 67/2021.

Saber boas práticas e preparar-se para aplicar de modo seguro o novo regime das contratações públicas.

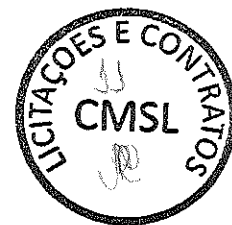
Compreender os entendimentos do TCU que devem guiar a interpretação e a aplicação da nova Lei.

Estudar e debater com especialistas no assunto.

Diferenciais do Zênite Online:

- ▶ Plataforma própria Zênite para realização do curso
- ▶ Aulas 100% ao vivo
- ▶ Replays disponíveis por 7 dias
- ▶ Professores especializados
- ▶ Metodologia que permite troca de conhecimento, abordagem prática e uso da tecnologia
- ▶ Esclarecimento de dúvidas ao vivo ao final de cada aula

Quem deve participar?



Agentes de contratação



Equipes de apoio



Departamento de compras e licitações



Assessoria jurídica

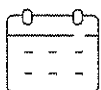


Auditoria interna



Agentes/
departamentos
responsáveis pelos
processos de
contratação direta

Agenda



Realização

30 de agosto a
01 de setembro
de 2023



Carga Horária

12 horas



Horários

14h às 18h
As aulas terão
duração diária de
4h, sendo
aproximadamente 3h
de apresentação,
intervalos e até 1h
para responder
perguntas.



Replay

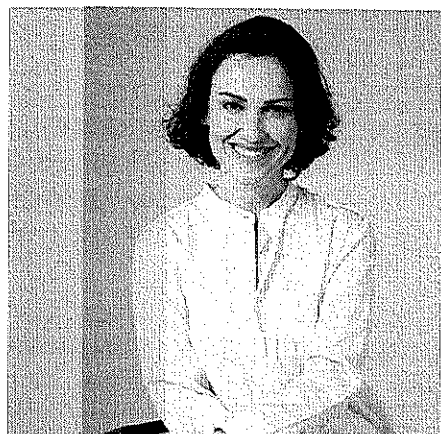
As aulas
podem ser
assistidas por
até
**7 dias após
sua realização**

Conheça os professores



Dawison Barcelos

Advogado, consultor e parecerista. Foi pregoeiro do Tribunal de Contas da União por vários anos e atualmente integra a Consultoria Jurídica do órgão. Membro da Associação Portuguesa da Contratação Pública e da Red Iberoamericana de Contratación Pública (Redicop). Membro-fundador e atual Secretário-Geral do Instituto Nacional da Contratação Pública (INCP). Docente na Pós-Graduação em Licitações e Contratos da Faculdade Baiana de Direito e das Faculdades CERS. Mestrando em Direito Administrativo pela Universidade de Lisboa. Especialista em Direito Público e em Contratos Administrativos pela Universidade de Coimbra. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Ganhador da 13ª e da 14ª edição do Prêmio XIX de Março nas categorias "Melhor artigo publicado sobre pregão em 2018" e "Melhor artigo publicado sobre pregão em 2019". Autor e coautor de artigos e de livros como: *Licitações e contratos nas empresas estatais* (Ed. Juspodivm); *Estatuto jurídico das estatais* (Ed. Fórum); *Registro de preços – Principais julgamentos do TCU*; e *Coleção teses jurídicas dos tribunais superiores – Direito administrativo* (Ed. Revista dos Tribunais). Idealizador do portal "O Licitante", no qual publica periodicamente trabalhos relacionados a licitações e contratos.



Suzana Maria Rossetti

Advogada. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Especialista em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Integra o corpo jurídico da Zênite Informação e Consultoria S.A. Gerente do serviço de Orientação Zênite. Autora da obra *Processos de contratação pública e desenvolvimento sustentável* (Fórum, 2017).

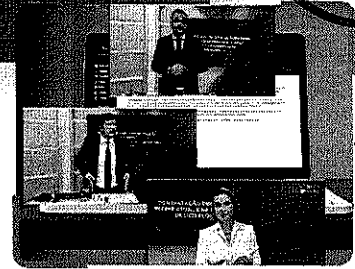
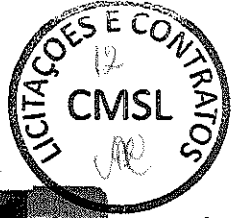


REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS: Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - **Internet** de 10Mbps (de preferência por cabo) - **Browser:** Google Chrome, preferencialmente - **Banda ideal:** Inbound participante: 3 Mbps

IMPORTANTE: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

Programa completo



Aula 1

Professora: Suzana Maria Rossetti

Dia 30 de agosto, das 14h às 18h



CONVIVÊNCIA DOS REGIMES, AGENTES E ATRIBUIÇÕES E A INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE DISPENSA E DE INEXIGIBILIDADE

- 1 Quais orientações e cautelas com relação ao período de convivência dos regimes e a transição definitiva para a Lei nº 14.133/2021? Quais os impactos práticos da coexistência dos dois regimes e da transição, especialmente no que se refere aos processos de contratação direta?
- 2 Quais os agentes responsáveis pela condução dos processos de dispensa e de inexigibilidade de acordo a Lei nº 14.133/2021? Trata-se de atribuição do agente de contratação? Qual o reflexo da segregação de funções na designação dos agentes?
- 3 Quais as cautelas para a condução da fase de planejamento das contratações diretas? Devem ser elaborados estudos técnicos preliminares (ETP) e termo de referência (TR)? Quais as orientações do TCU sobre o planejamento das contratações diretas?
- 4 De acordo com a nova Lei, em quais contratações diretas deve ser realizada a análise de riscos?
- 5 Qual a disciplina da Lei nº 14.133/2021 sobre os documentos de habilitação que podem/devem ser exigidos nos processos de contratação direta? Quais casos podem dispensar a exigência desses documentos?
- 6 Quanto à estimativa e justificativa de preços para as contratações diretas, especialmente a inexigibilidade, quais as cautelas e os procedimentos de acordo com a nova Lei e a IN nº 65/2021? Quais as orientações do TCU?
- 7 Quais os cuidados e o passo a passo para a instrução segura dos processos de contratação direta? De acordo com a nova Lei, qual é o fluxo de atos e documentos para a instrução da contratação direta desde a formalização da demanda até a autorização da autoridade? Quais os cuidados quanto à publicidade dos processos de contratação direta e ao PNCP? Qual o entendimento do TCU?

Programa completo



Aula 2

Professor: Dawison Barcelos

Dia 31 de agosto, das 14h às 18h

PRINCIPAIS HIPÓTESES DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E A CONTRATAÇÃO DE REMANESCENTE

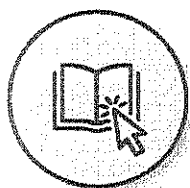
Apresentação do sistema de dispensa eletrônica de acordo com a IN nº 67/2021 (compras.gov) – Fluxos, funcionalidades e boas práticas

- 8 Quais os cuidados para não incorrer em fracionamento indevido? Qual o papel do Plano de Contratações Anual na atividade como instrumento para afastar o fracionamento indevido? Qual a disciplina da IN Seges nº 67/2021 para a aferição dos valores limites? O que deve ser entendido por unidade gestora e por ramo de atividade? Os precedentes do TCU podem ser adotados para referenciar a interpretação sobre esse tema?
- 9 Quais as novidades da Lei nº 14.133/2021 quanto ao procedimento nas dispensas pelo valor com objetivo de obter propostas adicionais e sobre a forma de pagamento nessa hipótese de dispensa?
- 10 De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quando será cabível a dispensa eletrônica? Quais os destaques e os fluxos previstos na IN nº 67/2021?
- 11 Quais requisitos devem estar reunidos e demonstrados para a configuração da dispensa por emergência? Como resolver o problema da emergência causada por falhas no planejamento? É possível prorrogar a contratação por emergência? Quais as orientações do TCU que podem guiar a aplicação do novo regime?
- 12 Quais as condições e as novidades previstas na hipótese do inc. XV do art. 75 da nova Lei? A abrangência da hipótese foi ampliada? O que se deve entender por ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades?
- 13 Em quais casos a Administração pode considerar a contratação de licitantes na ordem de classificação e a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, tendo em vista que não está mais entre as hipóteses de dispensa previstas no art. 74 da nova Lei? Quais as novidades e os cuidados em sua aplicação?

Aula 3

Professora: Suzana Maria Rossetti

Dia 01 de setembro, das 14h às 18h



PRINCIPAIS HIPÓTESES DE DISPENSA (CONTINUAÇÃO) E DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

- 14** Quais as condições e as novidades da nova Lei para a dispensa quando a licitação for fracassada e deserta? O que merece destaque e atenção?
- 15** As hipóteses de inexigibilidade de licitação por exclusividade abrangem apenas as contratações de compras (fornecimentos) ou também serviços? Quais objetos podem ser adquiridos por meio de inexigibilidade? Quais são as alterações relativas a essa hipótese de inexigibilidade previstas na nova Lei? Quais os entendimentos do TCU e da AGU sobre essa questão?
- 16** Quais as condições para o enquadramento no inc. III do art. 73 da nova Lei, que tratam da contratação de serviços técnicos profissionais especializados por inexigibilidade? O que é e como comprovar a notória especialização?
- 17** Ainda permanece a necessidade de demonstração da singularidade? Qual é a disciplina da nova Lei e o recente entendimento do STJ sobre o tema?
- 18** É possível contratar por inexigibilidade de licitação serviços técnicos profissionais especializados com terceiros que não sejam notoriamente especializados? Qual o fundamento legal no regime atual e na nova Lei?
- 19** Quais as condições e os cuidados para o correto enquadramento da inexigibilidade para aquisição e locação de imóvel? Quais as alterações relacionadas ao regime atual?
- 20** A Lei nº 14.133/2021 trouxe uma série de novidades sobre o credenciamento? Quando será cabível o credenciamento de acordo com a nova Lei? Quais os fluxos e procedimentos a serem observados? Quais os mecanismos de escolha do prestador/executor? O TCU vem evoluindo no entendimento e nas recomendações sobre esse procedimento, com uma ampliação em sua utilização. Quais acórdãos merecem destaque?

INVESTIMENTO

R\$ 2.115,00 / PARTICIPANTE*

- ★ Lei Digital – Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- ★ Apostila digital específica do curso
- ★ Certificado

* O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorrido o período de 7 dias do replay serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, sendo que login e senha do sistema são individuais e intransferíveis.

* Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

* É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

* A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas ao lado.

OBSERVAÇÃO: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X



bradesco

Banco Bradesco | Ag.: 5723 | Cc: 0766622-5

CAIXA

Caixa Econômica | Ag.: 1525-3 | Cc: 1566-2



Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7



Santander

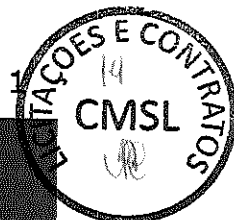
Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 130017258



Mais informações: www.zenite.com.br / evento@zenite.com.br

Whatsapp (41) 99643.4141 / Tel (41) 2109.8666

Av. Sete de Setembro, 4698 | Batel | Curitiba PR | CEP 80240-000



PROPOSTA COMERCIAL

Zênite On Line
DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI
Nº 14.133/2021
30/08/2023 a 01/09/2023

CURITIBA, 30 de maio de 2023
Att: JOSE ANTONIO LEITE GONCALVES - Fone: 81997906444
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RECIFE - PE

Prezados Senhores,

Encaminhamos proposta para inscrição no Zênite On Line, para o curso: "DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 30/08/2023 a 01/09/2023, carga horária de 12 horas.

Detalhes da Proposta

Participantes Pagantes: 001
Valor Unitário (Por Participante): R\$ 2.115,00
Total de Pagantes: R\$ 2.115,00

Total de Participantes: 001

TOTAL: R\$ 2.115,00

A proposta inclui:

- Lei Digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do Curso
- Certificado

Observações:

- O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorrido o período de 7 dias do replay serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, sendo que login e senha do sistema são individuais e intransferíveis.
- Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha é individual e não deve ser compartilhada. O link de acesso à sala deve ser utilizado por meio de único browser (sendo recomendável o google chrome).
- Por questão de segurança, a Zênite não tem controle ou guarda da senha que é gerada e enviada pela plataforma de aula. No caso de perda ou extravio, deve ser mantido contato com a Zênite para geração de novo login e senha.
- O acesso será liberado para os participantes que tiveram o processo de contratação concluído e devidamente formalizado por meio de nota de empenho ou seu substitutivo legal.



- É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.
- A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).
- Aos órgãos/entidades públicas serão aceitas apenas inscrições de servidores/empregados/agentes vinculados diretamente à Administração Pública direta e indireta contratante.
- Havendo eventual queda na transmissão ou qualquer outra dificuldade de acesso ao curso em tempo real, o curso ficará disponível para "replay" durante um período de 7 dias. Neste caso, o participante assistirá à gravação do curso ou aula, não podendo interagir com os professores.

DADOS DO EVENTO

Para ver o conteúdo completo, conteúdo, professores e programação [CLIQUE AQUI](#).

REQUISITOS TÉCNICOS

Após a confirmação da inscrição, a Zênite disponibilizará o link de acesso ao curso. O participante deverá entrar no link de acesso, no dia e hora do curso, preenchendo o seu *login* e senha, quando então terá acesso ao ambiente virtual do Curso.

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomenda-se a utilização de equipamento com as seguintes especificações:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core - 4 Gb Ram

Internet de 10 Mbps (de preferência por cabo)

Browser: Recomenda-se utilizar o Google Chrome

Banda ideal: Inbound participante: 3 mbps

A transmissão dos cursos se dá dentro do ambiente da Zênite (www.zeniteonline.com.br), sendo que para acessar a plataforma do curso e os conteúdos disponibilizados, é necessário que sua rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br> *.pluz.app; *.clickmeeting.com; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com; *.magisto.com; *.akamaized.net; *.cloudfront.net

IMPORTANTE:

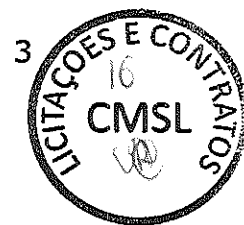
- Caso essas especificações não sejam atendidas, mesmo que possível assistir e participar do curso/aula, não podemos garantir a plena qualidade de áudio e vídeo.
- Cada participante deve ser inscrito com um e-mail próprio, válido e acessível pelo mesmo. O e-mail informado no ato da inscrição será utilizado para o envio dos dados de acesso à sala do curso. Assim, **participantes diferentes não devem ser inscritos com o mesmo e-mail, mesmo que sejam do mesmo órgão ou setor.**
- Após participar da aula, ao fechar o ambiente virtual do curso, o clickmeeting, que é a plataforma que usamos para a transmissão das aulas, direcionará o participante para a possibilidade de baixar o APP da clickmeeting. Solicitamos **ignorar esta mensagem** e assistir o curso por meio do ambiente Zênite (zeniteonline.com.br) que contempla todos os recursos necessários para o curso on line, inclusive a aferição de presença. Caso o participante baixe o aplicativo e assista o curso por meio do APP não será possível aferir o seu percentual de presença para fins de certificado.

EFEITIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O pagamento será efetuado em nome de **ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A**, CNPJ: **86.781.069/0001-15** - Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR, com o envio de nota de empenho, autorização de serviço/fornecimento ou similar, e posterior pagamento em uma das contas abaixo indicadas:

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL: Agência: 3041-4 | Conta Corrente: 84229-X



CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Agência: 1525-3 | Conta Corrente: 1566-2
SANTANDER: Agência: 3837- | Conta Corrente: 13001725-8
BANCO ITAU: Agência: 3833- | Conta Corrente: 63040-7
BRADESCO: Agência: 5723- | Conta Corrente: 0766622-5

A inscrição deverá ser realizada da seguinte forma:

- Preencher o formulário de inscrição disponível no portal <http://www.zenite.com.br>
- Enviar por e-mail cópia do documento de autorização de participação:

- * Nota de empenho; ou
- * Autorização de fornecimento; ou
- * Documento padrão utilizado para posterior emissão de nota fiscal; ou
- * Cópia de comprovante de depósito ou transferência bancária.

A ficha de inscrição contendo os dados do(s) participante(s) do curso devem ser enviados pelo órgão contratante à Zênite, em no máximo até 05 (cinco) dias antes da realização do evento. O não cumprimento deste prazo pode implicar em atrasos.

Observação: Para o mercado privado, estarão disponíveis outras opções de pagamento como:

- * Boleto
- * Transferência bancária
- * Depósito

A inscrição será confirmada somente após o recebimento dos documentos acima citados, pelo e-mail evento@zenite.com.br e desde que não haja pendência de pagamentos em atraso relativos a contratações anteriores.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se em informar antecipadamente à CONTRATANTE.

A Zênite reserva-se o direito de limitar o número de inscrições para determinado curso.

A Zênite não se responsabiliza por eventuais problemas decorrentes de interrupção dos serviços do provedor de acesso à internet, nem pela interrupção dos serviços em casos de falta de fornecimento de energia elétrica, incompatibilidade dos sistemas do participante ou qualquer ação de terceiros que impeçam a prestação de serviço ou na ocorrência de caso fortuito ou de força maior relacionados no Código Civil Brasileiro. Da mesma forma, não se responsabiliza por dificuldade de acesso à plataforma do curso, inclusive no que diz respeito ao funcionamento e qualidade da rede de internet do participante.

É expressamente proibida a gravação, cópia ou reprodução, por qualquer meio, do curso/aulas on line. O curso/aula é protegido(a) por direitos autorais e direitos de imagem.

Esta proposta é válida até: 29/06/23

Manuella Ribereite Silva
Consultora Comercial de Eventos
manuella.silva@zenite.com.br
4121098666



ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A

Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR

Fone: (41) 2109-8666

**PROPOSTA COMERCIAL**

Zênite On Line
DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI
Nº 14.133/2021
30/08/2023 a 01/09/2023

CURITIBA, 24 de maio de 2023
Att: GRACIENE DE OLIVEIRA SOUSA - Fone: 6133153136
COORDENACAO GERAL DE MATERIAL E PATRIMONIO
BRASILIA - DF

Prezados Senhores,

Encaminhamos proposta para inscrição no Zênite On Line, para o curso: "DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 30/08/2023 a 01/09/2023, carga horária de 12 horas.

Detalhes da Proposta

Participantes Pagantes: 001
Valor Unitário (Por Participante): R\$ 2.115,00
Total de Pagantes: R\$ 2.115,00

Total de Participantes: 001

TOTAL: R\$ 2.115,00

A proposta inclui:

- Lei Digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do Curso
- Certificado

Observações:

- O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorrido o período de 7 dias do replay serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, sendo que login e senha do sistema são individuais e intransferíveis.
- Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha é individual e não deve ser compartilhada. O link de acesso à sala deve ser utilizado por meio de único browser (sendo recomendável o google chrome).
- Por questão de segurança, a Zênite não tem controle ou guarda da senha que é gerada e enviada pela plataforma de aula. No caso de perda ou extravio, deve ser mantido contato com a Zênite para geração de novo login e senha.
- O acesso será liberado para os participantes que tiveram o processo de contratação concluído e devidamente formalizado por meio de nota de empenho ou seu substitutivo legal.



- É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.
- A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).
- Aos órgãos/entidades públicas serão aceitas apenas inscrições de servidores/empregados/agentes vinculados diretamente à Administração Pública direta e indireta contratante.
- Havendo eventual queda na transmissão ou qualquer outra dificuldade de acesso ao curso em tempo real, o curso ficará disponível para "replay" durante um período de 7 dias. Neste caso, o participante assistirá à gravação do curso ou aula, não podendo interagir com os professores.

DADOS DO EVENTO

Para ver o conteúdo completo, conteúdo, professores e programação [CLIQUE AQUI](#).

REQUISITOS TÉCNICOS

Após a confirmação da inscrição, a Zênite disponibilizará o link de acesso ao curso. O participante deverá entrar no link de acesso, no dia e hora do curso, preenchendo o seu *login* e senha, quando então terá acesso ao ambiente virtual do Curso.

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomenda-se a utilização de equipamento com as seguintes especificações:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core - 4 Gb Ram

Internet de 10 Mbps (de preferência por cabo)

Browser: Recomenda-se utilizar o Google Chrome

Banda ideal: Inbound participante: 3 mbps

A transmissão dos cursos se dá dentro do ambiente da Zênite (www.zeniteonline.com.br), sendo que para acessar a plataforma do curso e os conteúdos disponibilizados, é necessário que sua rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br> *.pluz.app; *.clickmeeting.com; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com; *.magisto.com; *.akamaized.net; *.cloudfront.net

IMPORTANTE:

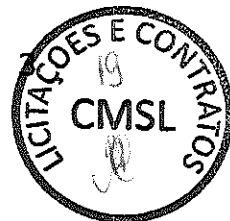
- Caso essas especificações não sejam atendidas, mesmo que possível assistir e participar do curso/aula, não podemos garantir a plena qualidade de áudio e vídeo.
- Cada participante deve ser inscrito com um e-mail próprio, válido e acessível pelo mesmo. O e-mail informado no ato da inscrição será utilizado para o envio dos dados de acesso à sala do curso. Assim, **participantes diferentes não devem ser inscritos com o mesmo e-mail, mesmo que sejam do mesmo órgão ou setor.**
- Após participar da aula, ao fechar o ambiente virtual do curso, o clickmeeting, que é a plataforma que usamos para a transmissão das aulas, direcionará o participante para a possibilidade de baixar o APP da clickmeeting. Solicitamos **ignorar esta mensagem** e assistir o curso por meio do ambiente Zênite (zeniteonline.com.br) que contempla todos os recursos necessários para o curso on line, inclusive a aferição de presença. Caso o participante baixe o aplicativo e assista o curso por meio do APP não será possível aferir o seu percentual de presença para fins de certificado.

EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O pagamento será efetuado em nome de **ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A**, CNPJ: **86.781.069/0001-15** - Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR, com o envio de nota de empenho, autorização de serviço/fornecimento ou similar, e posterior pagamento em uma das contas abaixo indicadas:

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL: Agência: 3041-4 | Conta Corrente: 84229-X



CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Agência: 1525-3 | Conta Corrente: 1566-2
SANTANDER: Agência: 3837- | Conta Corrente: 13001725-8
BANCO ITAU: Agência: 3833- | Conta Corrente: 63040-7
BRADESCO: Agência: 5723- | Conta Corrente: 0766622-5

A inscrição deverá ser realizada da seguinte forma:

- Preencher o formulário de inscrição disponível no portal <http://www.zenite.com.br>
- Enviar por e-mail cópia do documento de autorização de participação:

- * Nota de empenho; ou
- * Autorização de fornecimento; ou
- * Documento padrão utilizado para posterior emissão de nota fiscal; ou
- * Cópia de comprovante de depósito ou transferência bancária.

A ficha de inscrição contendo os dados do(s) participante(s) do curso devem ser enviados pelo órgão contratante à Zênite, em no máximo até 05 (cinco) dias antes da realização do evento. O não cumprimento deste prazo pode implicar em atrasos.

Observação: Para o mercado privado, estarão disponíveis outras opções de pagamento como:

- * Boleto
- * Transferência bancária
- * Depósito

A inscrição será confirmada somente após o recebimento dos documentos acima citados, pelo e-mail evento@zenite.com.br e desde que não haja pendência de pagamentos em atraso relativos a contratações anteriores.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se em informar antecipadamente à CONTRATANTE.

A Zênite reserva-se o direito de limitar o número de inscrições para determinado curso.

A Zênite não se responsabiliza por eventuais problemas decorrentes de interrupção dos serviços do provedor de acesso à internet, nem pela interrupção dos serviços em casos de falta de fornecimento de energia elétrica, incompatibilidade dos sistemas do participante ou qualquer ação de terceiros que impeçam a prestação de serviço ou na ocorrência de caso fortuito ou de força maior relacionados no Código Civil Brasileiro. Da mesma forma, não se responsabiliza por dificuldade de acesso à plataforma do curso, inclusive no que diz respeito ao funcionamento e qualidade da rede de internet do participante.

É expressamente proibida a gravação, cópia ou reprodução, por qualquer meio, do curso/aulas on line. O curso/aula é protegido(a) por direitos autorais e direitos de imagem.

Esta proposta é válida até: 23/06/23

Manuella Ribereite Silva
Consultora Comercial de Eventos
manuella.silva@zenite.com.br
4121098666



ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A
Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR
Fone: (41) 2109-8666

**PROPOSTA COMERCIAL**

Zênite On Line
DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI
Nº 14.133/2021
30/08/2023 a 01/09/2023

CURITIBA, 5 de junho de 2023
Att: ANA LUISA MACEDO MEI - Fone: 1133156360
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RECEITA FED DO BR 8 REG FISCAL
SAO PAULO - SP

Prezados Senhores,

Encaminhamos proposta para inscrição no Zênite On Line, para o curso: "DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 30/08/2023 a 01/09/2023, carga horária de 12 horas.

Detalhes da Proposta

Participantes Pagantes: 001
Valor Unitário (Por Participante): R\$ 2115,00
Total de Pagantes: R\$ 2.115,00

Total de Participantes: 001

TOTAL: R\$ 2.115,00

A proposta inclui:

- Lei Digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do Curso
- Certificado

Observações:

- O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorrido o período de 7 dias do replay serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, sendo que login e senha do sistema são individuais e intransferíveis.
- Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha é individual e não deve ser compartilhada. O link de acesso à sala deve ser utilizado por meio de único browser (sendo recomendável o google chrome).
- Por questão de segurança, a Zênite não tem controle ou guarda da senha que é gerada e enviada pela plataforma de aula. No caso de perda ou extravio, deve ser mantido contato com a Zênite para geração de novo login e senha.
- O acesso será liberado para os participantes que tiveram o processo de contratação concluído e devidamente formalizado por meio de nota de empenho ou seu substitutivo legal.

- É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.
- A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).
- Aos órgãos/entidades públicas serão aceitas apenas inscrições de servidores/empregados/agentes vinculados diretamente à Administração Pública direta e indireta contratante.
- Havendo eventual queda na transmissão ou qualquer outra dificuldade de acesso ao curso em tempo real, o curso ficará disponível para "replay" durante um período de 7 dias. Neste caso, o participante assistirá à gravação do curso ou aula, não podendo interagir com os professores.

DADOS DO EVENTO

Para ver o conteúdo completo, conteúdo, professores e programação [CLIQUE AQUI](#).

REQUISITOS TÉCNICOS

Após a confirmação da inscrição, a Zênite disponibilizará o link de acesso ao curso. O participante deverá entrar no link de acesso, no dia e hora do curso, preenchendo o seu *login* e senha, quando então terá acesso ao ambiente virtual do Curso.

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomenda-se a utilização de equipamento com as seguintes especificações:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core - 4 Gb Ram

Internet de 10 Mbps (de preferência por cabo)

Browser: Recomenda-se utilizar o Google Chrome

Banda ideal: Inbound participante: 3 mbps

A transmissão dos cursos se dá dentro do ambiente da Zênite (www.zeniteonline.com.br), sendo que para acessar a plataforma do curso e os conteúdos disponibilizados, é necessário que sua rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br> *.pluz.app; *.clickmeeting.com; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com; *.magisto.com; *.akamaized.net; *.cloudfront.net

IMPORTANTE:

- Caso essas especificações não sejam atendidas, mesmo que possível assistir e participar do curso/aula, não podemos garantir a plena qualidade de áudio e vídeo.
- Cada participante deve ser inscrito com um e-mail próprio, válido e acessível pelo mesmo. O e-mail informado no ato da inscrição será utilizado para o envio dos dados de acesso à sala do curso. Assim, **participantes diferentes não devem ser inscritos com o mesmo e-mail, mesmo que sejam do mesmo órgão ou setor.**
- Após participar da aula, ao fechar o ambiente virtual do curso, o clickmeeting, que é a plataforma que usamos para a transmissão das aulas, direcionará o participante para a possibilidade de baixar o APP da clickmeeting. Solicitamos **ignorar esta mensagem** e assistir o curso por meio do ambiente Zênite (zeniteonline.com.br) que contempla todos os recursos necessários para o curso on line, inclusive a aferição de presença. Caso o participante baixe o aplicativo e assista o curso por meio do APP não será possível aferir o seu percentual de presença para fins de certificado.

EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O pagamento será efetuado em nome de **ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A**, CNPJ: 86.781.069/0001-15 - Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR, com o envio de nota de empenho, autorização de serviço/fornecimento ou similar, e posterior pagamento em uma das contas abaixo indicadas:

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL: Agência: 3041-4 | Conta Corrente: 84229-X

CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Agência: 1525-3 | Conta Corrente: 1566-2
SANTANDER: Agência: 3837- | Conta Corrente: 13001725-8
BANCO ITAU: Agência: 3833- | Conta Corrente: 63040-7
BRADESCO: Agência: 5723- | Conta Corrente: 0766622-5



A inscrição deverá ser realizada da seguinte forma:

- Preencher o formulário de inscrição disponível no portal <http://www.zenite.com.br>
- Enviar por e-mail cópia do documento de autorização de participação:

- * Nota de empenho; ou
- * Autorização de fornecimento; ou
- * Documento padrão utilizado para posterior emissão de nota fiscal; ou
- * Cópia de comprovante de depósito ou transferência bancária.

A ficha de inscrição contendo os dados do(s) participante(s) do curso devem ser enviados pelo órgão contratante à Zênite, em no máximo até 05 (cinco) dias antes da realização do evento. O não cumprimento deste prazo pode implicar em atrasos.

Observação: Para o mercado privado, estarão disponíveis outras opções de pagamento como:

- * Boleto
- * Transferência bancária
- * Depósito

A inscrição será confirmada somente após o recebimento dos documentos acima citados, pelo e-mail evento@zenite.com.br e desde que não haja pendência de pagamentos em atraso relativos a contratações anteriores.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se em informar antecipadamente à CONTRATANTE.

A Zênite reserva-se o direito de limitar o número de inscrições para determinado curso.

A Zênite não se responsabiliza por eventuais problemas decorrentes de interrupção dos serviços do provedor de acesso à internet, nem pela interrupção dos serviços em casos de falta de fornecimento de energia elétrica, incompatibilidade dos sistemas do participante ou qualquer ação de terceiros que impeçam a prestação de serviço ou na ocorrência de caso fortuito ou de força maior relacionados no Código Civil Brasileiro. Da mesma forma, não se responsabiliza por dificuldade de acesso à plataforma do curso, inclusive no que diz respeito ao funcionamento e qualidade da rede de internet do participante.

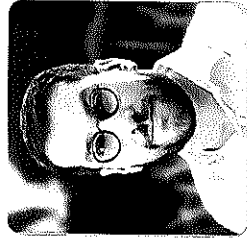
É expressamente proibida a gravação, cópia ou reprodução, por qualquer meio, do curso/aulas on line. O curso/aula é protegido(a) por direitos autorais e direitos de imagem.

Esta proposta é válida até: 05/07/23

Manuella Ribeirete Silva
Consultora Comercial de Eventos
manuella.silva@zenite.com.br
4121098666



ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A
Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR
Fone: (41) 2109-8666



Dawison Moreira Barcelos

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8277502794078839>

ID Lattes: **8277502794078839**

Última atualização do currículo em 13/03/2021

Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília(2006). Atualmente é Servidor Público Federal da Tribunal de Contas da União. (Texto gerado automaticamente pela aplicação CVLattes)

Identificação


Nome

Dawison Moreira Barcelos

Nome em citações bibliográficas

BARCELOS, D. M.

Lattes ID

 <http://lattes.cnpq.br/8277502794078839>

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2018

Mestrado em andamento em Mestrado em Direito Administrativo.
Universidade de Lisboa, UL, Portugal. Orientador: .

2000 - 2006

Graduação em Direito.
Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
Orientador: Mamede Said Maia Filho.

Atuação Profissional

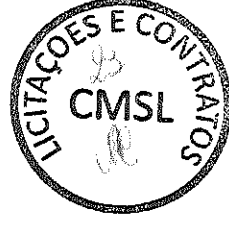
Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Servidor Público Federal

Idiomas



Espanhol
Inglês

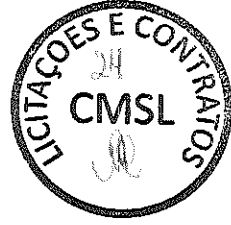
Produções

Produção bibliográfica

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 08/11/2022 às 9:18:22

Impressão concluída

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, F



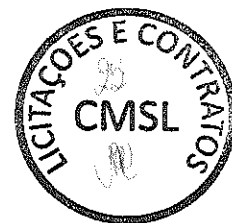


Suzana Maria Rossetti

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4175077155722607>

ID Lattes: **4175077155722607**

Última atualização do currículo em 27/10/2022



Possui graduação em Direito - Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (2004) e graduação em Letras - Português e Inglês e Respectivas Literaturas pela Faculdade Dinâmica das Cataratas (2006). Mestre em Direito - Área de concentração: Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2016). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, especialmente licitações e contratos administrativos. Gerente do serviço de consultoria em licitações e contratos da Zênite Informação S. A. há mais de 10 anos. Palestrante em cursos e capacitações na área da contratação pública. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Suzana Maria Rossetti
Nome em citações bibliográficas	ROSSETTI, S. M.; ROSSETTI, SUZANA MARIA
Lattes ID	http://lattes.cnpq.br/4175077155722607

Endereço

Endereço Profissional	ZENITE - INFORMAÇÃO E CONS. EM ADM. PUBL. Avenida Sete de Setembro, 4698 3 andar Batel 80240000 - Curitiba, PR - Brasil Telefone: (41) 21098610
-----------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2014 - 2016	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 6). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil. Título: Processos de Contratação Pública e Desenvolvimento Sustentável, Ano de Obtenção: 2016. Orientador: Daniel Wunder Hachem.
2003 - 2006	Graduação em Letras - Português e Inglês e Respectivas Literaturas. Centro Universitário Dinâmica das Cataratas, UDC, Brasil.
1999 - 2004	Graduação em Direito. Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu, UNIFOZ, Brasil.

Formação Complementar

2006 - 2007	Direito Constitucional. Academia Brasileira de Direito Constitucional, ABDCONST, Brasil.
-------------	---

Atuação Profissional

Centro Universitário Autônomo do Brasil, UNIBRASIL, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2016

Vínculo: Professor convidado, Enquadramento Funcional: professor



ZÊNITE - INFORMAÇÃO E CONS. EM ADM. PUBL, ZICAP_FORM, Brasil.

Vínculo institucional**2011 - Atual**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Gerente do serviço de consultoria, Regime: Dedicção exclusiva.

Vínculo institucional**2007 - 2011**

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Consultor jurídico, Carga horária: 35, Regime: Dedicção exclusiva.

CENTRO CULTURAL ANGLO-AMERICANO, CCAA, Brasil.

Vínculo institucional**2000 - 2005**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 12

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

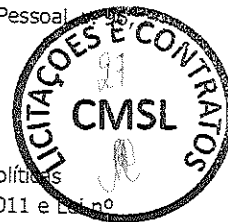
Ordenar por

Ordem Cronológica



1. ★ **ROSSETTI, S. M.**. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA. Juris Plenum Direito Administrativo, v. 9, p. 163-190, 2016.
2. **ROSSETTI, S. M.**. É POSSÍVEL REVISAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 255, p. 444-448, 2015.
3. **ROSSETTI, S. M.**. Dispensa de licitação para contratação do SERPRO visando à execução de serviços de informática.. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 256, p. 546-551, 2015.
4. ★ **ROSSETTI, SUZANA MARIA**. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: Desenvolvimento social e perspectivas frente a uma Administração Pública inclusiva.. Revista do Direito (UNISC. Impresso), v. 3, p. 144-173, 2015.
5. **ROSSETTI, S. M.**; MONASTIER, A. B. . SISTEMA S ? COMO CONTRATAR LEILOEIROS?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 245, p. 670-673, 2014.
6. **ROSSETTI, S. M.**; ABREU JUNIOR, C. J. . É POSSÍVEL CELEBRAR CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 248, p. 966-970, 2014.
7. **ROSSETTI, S. M.**. Processos de contratação do Sistema S - Regime jurídico a ser observado sob a perspectiva do Tribunal de Contas da União. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 227, p. 18-20, 2013.
8. **ROSSETTI, S. M.**. Garantia quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos ajustes formalizados pelos Serviços Sociais Autônomos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 231, p. 473-476, 2013.
9. **ROSSETTI, S. M.**; MELLO, M. M. . Matriz e Filial - Questões afetas à participação nas licitações públicas e à execução dos contratos administrativos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 232, p. 576-581, 2013.
10. **ROSSETTI, S. M.**. Padronização no âmbito dos Serviços Sociais Autônomos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 233, p. 693-696, 2013.
11. **ROSSETTI, S. M.**; SAMPAIO, R. A. . Prorrogação do cronograma de execução - Contratos por escopo do Sistema S. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 232, p. 1015-1018, 2013.
12. **ROSSETTI, S. M.**; SAMPAIO, R. A. ; MELLO, M. M. ; REQUI, E. M. S. ; VITA, P. H. B. . O cadastro de reserva previsto no Decreto nº 7.892/2013. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 236, p. 1025-1031, 2013.

13. **ROSSETTI, S. M.**. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - Noções gerais e aspectos práticos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 219, p. 496-502, 2012.
14. **ROSSETTI, S. M.**. Terceirização no âmbito dos Serviços Sociais Autônomos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 224, p. 1017-1019, 2012.
15. **ROSSETTI, S. M.**. Comentários sobre a visita técnica. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 181, p. 255, 2009.
16. **ROSSETTI, S. M.**. Continuidade na prestação de serviços públicos. Revista Zênite Informativo de Regime de Pessoal, p. 1136, 2009.



Livros publicados/organizados ou edições

1. **ROSSETTI, S. M.**. Processos de contratação pública e desenvolvimento sustentável: premissas teóricas, políticas públicas e medidas concretas, considerando os regimes da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei nº 12.462/2011 e Lei nº 13.303/2016. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 341p.

Capítulos de livros publicados

1. **ROSSETTI, S. M.**; GONCALVES, O. O. . PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RELATÓRIO DO TCU/ 2014 SOBRE SAÚDE PÚBLICA.. In: Ana Luisa Celino Coutinho; Roberto Correia da Silva Gomes Caldas; Fernando Gustavo Knoerr. (Org.). Direito e administração pública I. 23ed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. , p. 565-593.

Apresentações de Trabalho

1. **ROSSETTI, S. M.**; QUETES, R. B. . Processos licitatórios éticos: a nova funcionalidade do Comprasnet como medida eficiente. 2015. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
2. **ROSSETTI, S. M.**. Perspectivas para uma Administração Pública inclusiva a partir de Tratados Internacionais de Direitos Humanos.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Outra).

Produção técnica

Redes sociais, websites e blogs

1. **ROSSETTI, S. M.**. Ocorrências impeditivas indiretas: o que é? o que fazer?. 2015. (Blog).
2. **ROSSETTI, S. M.**. O órgão gerenciador é obrigado a aceitar as solicitações de adesão à ata de registro de preços?. 2015. (Blog).
3. **ROSSETTI, S. M.**. Regime jurídico das contratações do Sistema S X TCU. 2014. (Blog).
4. **ROSSETTI, S. M.**. É possível a execução de serviços após o fim da vigência contratual? Qual a orientação do TCU nesse caso?. 2014. (Blog).
5. **ROSSETTI, S. M.**. Entidades do Sistema S e seus processos de contratação: afinal qual é a orientação do Tribunal de Contas da União?. 2013. (Blog).
6. **ROSSETTI, S. M.**. Consórcio ou subcontratação?. 2013. (Blog).
7. **ROSSETTI, S. M.**. A Administração está obrigada a se utilizar da intenção de registro de preços?. 2013. (Blog).
8. **ROSSETTI, S. M.**. Decreto nº 7.892/2013: e aí, o art. 12 possibilita a realização de acréscimos?. 2013. (Blog).
9. **ROSSETTI, S. M.**. Decreto nº 7.892/2013: solução para o remanescente de ata de registro de preços. 2013. (Blog).
10. **ROSSETTI, S. M.**. Terceirização no âmbito dos serviços sociais autônomos. 2013. (Blog).
11. **ROSSETTI, S. M.**. Exigências de qualificação técnica: necessidade de motivação.. 2013. (Blog).
12. **ROSSETTI, S. M.**. Gerenciamento de frota: pode a Administração Pública se valer dessa solução de mercado?. 2012. (Blog).
13. **ROSSETTI, S. M.**. Tratamento diferenciado das MEs e EPPs - Dever de comunicar o desenquadramento. 2012. (Blog).
14. **ROSSETTI, S. M.**. Ano eleitoral e a distribuição gratuita de bens. 2012. (Blog).
15. **ROSSETTI, S. M.**. Contratação emergencial: carta branca para a escolha do fornecedor?. 2012. (Blog).
16. **ROSSETTI, S. M.**. CNDT - exigência a cada pagamento. 2012. (Blog).
17. **ROSSETTI, S. M.**. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. 2012. (Blog).
18. **ROSSETTI, S. M.**. Qualificação técnica e o julgamento objetivo nas licitações.. 2011. (Blog).
19. **ROSSETTI, S. M.**. Fracionamento indevido: uma cautela relativa ao dever de planejamento.. 2011. (Blog).
20. **ROSSETTI, S. M.**. Pagamento e manutenção dos requisitos de habilitação.. 2011. (Blog).
21. **ROSSETTI, S. M.**. O rigor do limite de 25% para as alterações unilaterais, previstas no §1º do art. 65 da Lei de Licitações, aplica-se em qualquer situação?. 2011. (Blog).
22. **ROSSETTI, S. M.**. Convênio envolvendo ações de natureza contratual: dispensa indevida de licitação.. 2011. (Blog).
23. **ROSSETTI, S. M.**. Vedação à celebração de convênios em período eleitoral. 2010. (Blog).
24. **ROSSETTI, S. M.**. Formalização de contratos e convênios administrativos. 2010. (Blog).



Zênite On Line
COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021:TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA
17/10/2023 a 23/10/2023

CURITIBA, 6 de julho de 2023
Att: CAIO LUCIUS VALACE DE OLIVEIRA SILVA - Fone: 3137796300
CAMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
SETE LAGOAS - MG

Prezados Senhores,

Encaminhamos proposta para inscrição no Zênite On Line, para o curso: "COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021:TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 17/10/2023 a 23/10/2023, carga horária de 20 horas.

Detalhes da Proposta

Participantes Pagantes: 001
Valor Unitário (Por Participante): R\$ 2970,00
Desconto total: R\$ 237,60
Total de Pagantes: R\$ 2.732,40

Total de Participantes: 001

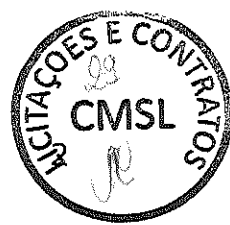
TOTAL: R\$ 2.732,40

A proposta inclui:

- Lei Digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do Curso
- Certificado

Observações:

- O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorrido o período de 7 dias do replay serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, sendo que login e senha do sistema são individuais e intransferíveis.
- Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha é individual e não deve ser compartilhada. O link de acesso à sala deve ser utilizado por meio de único browser (sendo recomendável o google chrome).
- Por questão de segurança, a Zênite não tem controle ou guarda da senha que é gerada e enviada pela plataforma de aula. No caso de perda ou extravio, deve ser mantido contato com a Zênite para geração de novo login e senha.
- O acesso será liberado para os participantes que tiveram o processo de contratação concluído e devidamente formalizado por meio de nota de empenho ou seu substitutivo legal.



DADOS DO EVENTO

Para ver a programação completa, o local de hospedagem e o mapa do evento [CLIQUE AQUI](#).

EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, em favor de:

CNPJ: 86.781.069/0001-15

ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A

Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL: Agência: 3041-4 | Conta Corrente: 84229-X

CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Agência: 1525-3 | Conta Corrente: 1566-2

SANTANDER: Agência: 3837- | Conta Corrente: 13001725-8

BANCO ITAU: Agência: 3833- | Conta Corrente: 63040-7

BRDESCO: Agência: 5723- | Conta Corrente: 0766622-5

A inscrição deverá ser realizada da seguinte forma:

- Preencher o formulário de inscrição disponível no portal <http://www.zenite.com.br>
- Enviar por e-mail cópia do documento de autorização de participação:

- * Nota de empenho; ou
- * Autorização de fornecimento; ou
- * Documento padrão utilizado para posterior emissão de nota fiscal; ou
- * Cópia de comprovante de depósito.

A ficha de inscrição contendo os dados do(s) participante(s) do curso devem ser enviados pelo órgão contratante à Zênite, em no máximo até 05 (cinco) dias antes da realização do evento. O não cumprimento deste prazo pode implicar em atrasos.

A inscrição será confirmada somente após o recebimento dos documentos acima citados, pelo e-mail evento@zenite.com.br e desde que não haja pendência de pagamentos em atraso relativos a contratações anteriores.

O ingresso no curso liberado para os participantes que tiveram o processo de contratação concluído e devidamente formalizado por meio de nota de empenho ou seu substitutivo legal.

Obtenha a documentação da Zênite neste link [DADOS CADASTRAIS](#), com a senha **ZNT2109**.

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se a informar antecipadamente à CONTRATANTE.

A Zênite reserva-se o direito de limitar o número de cortesias para determinado evento.

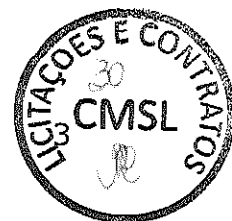
Esta proposta é válida até: 23/10/23

Manuella Ribeirete Silva

Consultora Comercial de Eventos

manuella.silva@zenite.com.br

4121098666



ZENITE INFORMACÃO E CONSULTORIA S/A

Av. Sete de Setembro, 4698, 3  e 4  Andar - Batel - CURITIBA/PR

Fone: (41) 2109-8666

COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021: TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA

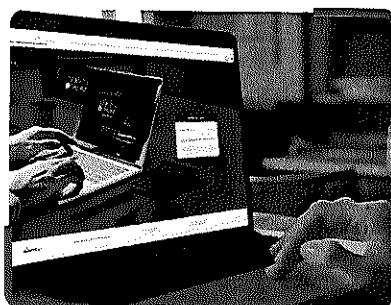
AO VIVO



17 a 20 e 23
de outubro

O Curso

A aplicação segura do novo regime de contratação pública trazido pela Lei nº 14.133/2021, assim como dos atos regulamentares já editados, requer a capacitação e a preparação dos agentes responsáveis. Só assim é possível dar conta do desafio de interpretar a lei e fazer as escolhas mais eficientes.



Para este curso, escolhemos temas fundamentais relacionados ao planejamento e julgamento da licitação, especialmente pregão, sistema de registro de preços e saneamento de vícios na licitação e no contrato, destacando as principais mudanças e inovações. Esses assuntos são indispensáveis para aplicar a Lei nº 14.133/2021, e sobre eles já existem várias polêmicas e controvérsias.

Abordagem direta, descomplicada e com um viés prático e aplicado, com soluções e boas práticas para seu dia a dia.

Motivos para participar deste Seminário

Necessidade urgente de capacitar e preparar os agentes responsáveis pela aplicação segura da Lei nº 14.133/2021 e de seus regulamentos.

Dominar polêmicas e controvérsias relacionadas ao planejamento e julgamento das licitações, SRP e saneamento de vícios e a resolução de intercorrência na licitação e nos contratos.

Conhecer novidades e temas em destaque a partir de um enfoque aplicado e que aborde os problemas que você vai enfrentar no dia a dia.

Compreender os entendimentos do TCU e do Judiciário que devem guiar a interpretação e a aplicação da nova Lei.

Estudar e debater as principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos com grandes especialistas no assunto.

Diferenciais do Zênite Online:

- ▶ Plataforma própria Zênite para realização do curso
- ▶ Aulas 100% ao vivo
- ▶ Replays disponíveis por 7 dias
- ▶ Professores especializados
- ▶ Metodologia que permite troca de conhecimento, abordagem prática e uso da tecnologia
- ▶ Esclarecimento de dúvidas ao vivo ao final de cada aula

Quem deve participar?



Profissionais responsáveis pela elaboração dos documentos de planejamento



Pregoeiros e equipes de apoio



Agentes de contratação



Departamento de contratos



Assessores jurídicos



Controle interno



Departamento de compras de licitação

Agenda



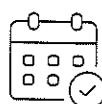
Realização

17 a 20 e 23
de outubro
de 2023



Carga Horária

20 horas



Horários

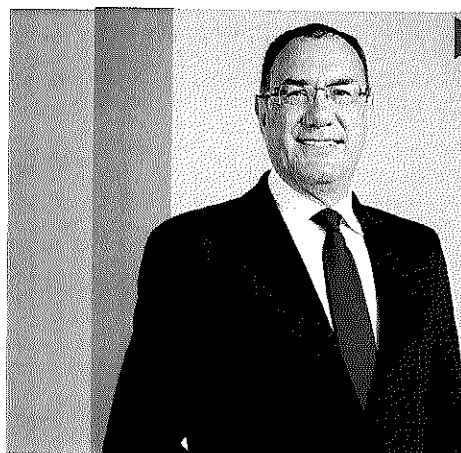
14h às 18h
As aulas terão duração diária de 4h, sendo aproximadamente 3h de apresentação, intervalos e até 1h para responder perguntas



Replay

As aulas poderão ser assistidas por até **7 dias após sua realização**

Conheça os professores



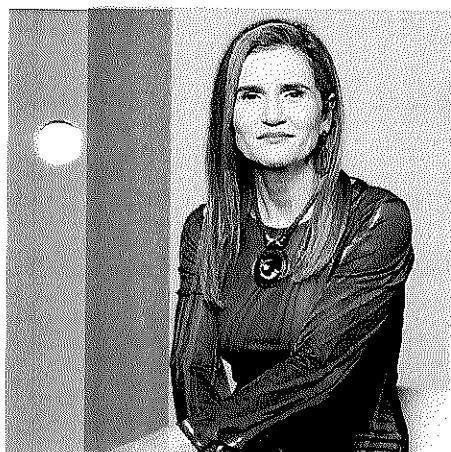
José Anacleto Abduch Santos

Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da Parana Previdência; e Presidente de Comissões Especiais Permanentes de Licitação no Estado do Paraná. Membro das Comissões de Gestão Pública e Infraestrutura da OAB/PR e da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal. Autor das obras *Contratos administrativos: formação e controle interno da execução – com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados*; *Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro*; e *Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte*. Coautor das obras *Comentários à Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção*; e *Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016*. Autor de vários artigos jurídicos.



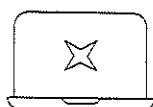
Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra *Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021*. Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.



Solange Afonso de Lima

Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogada e Consultora jurídica na área de licitações e contratos há mais de vinte e cinco anos. Foi chefe da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Autora de diversos artigos jurídicos.

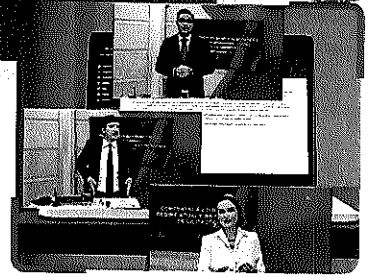


REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS: Para o bom funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - **Internet** de 10Mbps (de preferência por cabo) - **Browser:** Google Chrome, preferencialmente - **Banda ideal:** Inbound participante: 3 Mbps

IMPORTANTE: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

Programa completo



Aulas 1 e 2

Dias 17 e 18 de outubro, das 14h às 18h

Professor: José Anacleto Abduch Santos

CONVIVÊNCIA ENTRE OS REGIMES, REGULAMENTAÇÕES, ATORES E ATRIBUIÇÕES, SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES E PARECER JURÍDICO

- 1 Licitação cujo planejamento iniciou até dezembro de 2023 deve seguir qual regime? Qual o marco previsto na legislação para definição de qual lei regerá o processo de contratação? E os contratos formalizados com base no regime antigo, como ficam?
- 2 A nova Lei reporta-se várias vezes à edição de regulamentos sobre vários assuntos. Os assuntos ainda não regulamentados não podem ser aplicados? Quais os impactos práticos dessas previsões na aplicação e na eficácia da nova Lei?
- 3 Quais os principais atores na condução das licitações e dos contratos de acordo com a nova Lei? Quais contratações são conduzidas por agente de contratação, por pregoeiro, por comissão de contratação e por banca específica?
- 4 Qual o papel da assessoria jurídica e do controle de acordo com a nova Lei de Licitações? Quais os impactos aplicados sobre essas responsabilidades na atuação do agente de contratação, do pregoeiro e da própria assessoria jurídica e controle interno?
- 5 A Lei nº 14.133/2021 destacou a importância da segregação de funções. Como dar efetividade a esse princípio dentro da reserva do possível, considerando a redução de recursos humanos em algumas estruturas administrativas? Qual a orientação do TCU?
- 6 Qual a tratativa da nova Lei sobre parecer jurídico, especialmente com relação a conteúdo, obrigação de elaboração ou dispensa, parecer padronizado e responsabilidade do parecerista? Quais os entendimentos do TCU e da jurisprudência sobre o assunto?

PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES: GOVERNANÇA, PCA, PLS ETP, TR, PESQUISA DE PREÇOS, PRÉ-QUALIFICAÇÃO, AMOSTRA, CERTIFICAÇÃO, INDICAÇÃO/VEDAÇÃO DE MARCA E HABILITAÇÃO

- 7 Quais as novidades da nova Lei com relação à estrutura e às fases do planejamento da contratação?

- 8 Quais as novidades sobre governança das contratações? Quais os destaques da Portaria Seges/ME nº 8.678/2021? Essas boas práticas podem referenciar órgãos e entidades municipais e estaduais?
- 9 O que é Plano de Contratações Anual (PCA)? O que é Plano de Logística Sustentável (PLS)? Qual é sua importância e sua finalidade? Quais os destaques do Decreto nº 10.947/2022 e da Portaria Seges/ME nº 8.678/2021?
- 10 Qual o conteúdo mínimo do estudo técnico preliminar (ETP) e do termo de referência (TR)? O que diferencia esses documentos? Quais as boas práticas a serem adotadas na elaboração desses documentos? Quais os destaques da IN nº 58/2022 e da IN nº 81/2022?
- 11 O que envolve a gestão de riscos de acordo com a nova Lei? Qual o entendimento do TCU? Qual a distinção e o conteúdo do mapa de riscos, da matriz de riscos e da cláusula de alocação dos riscos?
- 12 Sobre a estimativa do valor da contratação e da pesquisa de preços na nova Lei, bem como a respeito das novidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e na IN nº 65/2021, pergunta-se:
 - a. Quais as fontes/parâmetros de pesquisa, o prazo da pesquisa e o número de orçamentos que devem instruir o processo? Podem ser combinados?
 - b. Quais as metodologias para a definição de preços estimado e máximo? Conforme a nova Lei, o critério de aceitabilidade de preços para fins de julgamento pode ser o preço estimado ou o preço máximo? Qual o impacto aplicado sobre esse tema?
 - c. Quem é responsável pela pesquisa de preços?
 - d. Quais são as recomendações diante de grandes variações na cesta de preços pesquisada? Quais as orientações reiteradas do TCU sobre esse tema?
 - e. Segundo a nova Lei, o orçamento pode ou deve ser sigiloso? O que deve sempre ser divulgado no edital? Até que momento do procedimento o orçamento permanecerá sigiloso?
 - f. Diante de desatualização da pesquisa e do valor estimado, qual deve ser o procedimento a ser adotado? Qual o impacto aplicado no julgamento da licitação?
- 13 Quais os instrumentos previstos na nova Lei que podem auxiliar na garantia da qualidade das contratações públicas? Pré-qualificação de produto, exigência de amostra, certificação de qualidade, indicação/vedação de marca ou modelo são alguns desses instrumentos? Quando devem ser usados e quais as boas práticas em sua adoção?
- 14 Quais as principais novidades relacionadas à fase de habilitação e aos documentos a serem exigidos?
- 15 Em quais contratações podem ser dispensados os documentos de habilitação?



Aula 3

Dia 19 de outubro, das 14h às 18h

Professora: Solange Afonso de Lima

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES COM DESTAQUE PARA AS NOVIDADES DO DECRETO Nº 11.462/2023

- 16 O novo Decreto nº 11.462/2023 vincula quais órgãos e entidades? Quem não está obrigado pode adotar o Decreto? Um estado ou município que não tenha regulamento sobre SRP pode prever disciplina em edital a partir do regime da Lei nº 14.133/2021?
- 17 Como ficam as licitações em andamento realizadas de acordo com o regime antigo e o Decreto nº 7.892/2013? De acordo com o Decreto nº 11.462/2023, qual a data-limite para a adoção do regime antigo nos processos de SRP? E as atas já formalizadas com base no Decreto nº 7.892/2013, podem continuar sendo utilizadas, inclusive para novas contratações?
- 18 Quais as hipóteses de cabimento do SRP? É possível contratar obras e serviços de engenharia por SRP?
- 19 Qual o fluxo e prazo previsto no Decreto nº 11.462/2023 para realizar o procedimento de intenção de registro de preços (IRP)? O IRP deve ser aberto em todos os processos?
- 20 Qual a modalidade e qual o critério de julgamento para a contratação por SRP?
- 21 Quais as condições para cogitar a adoção do menor preço por grupo de itens? Quais os cuidados previstos para a contratação posterior de um item específico? Quais as novidades da nova Lei de Licitações e do Decreto nº 11.462/2023? Essas novidades resolvem os problemas práticos sobre esse tema?
- 22 O que é cadastro reserva e como funciona?
- 23 Quais as condições, as vedações e os limites previstos para a adesão à ata por não participantes? Quais casos não estão sujeitos aos limites de adesão?
- 24 De acordo com a nova Lei, a adesão ocorre entre órgãos/entidades de qual esfera? Órgão/entidade municipal pode pegar carona em ata de municípios? Qual a interpretação adequada a ser dada ao art. 86, § 3º da nova Lei de Licitações? Qual a tratativa do Decreto nº 11.462/2023?
- 25 Qual o prazo máximo da ata e dos contratos decorrentes? No caso de prorrogação da ata, será ampliado apenas o prazo ou deve ser "devolvido" o quantitativo?
- 26 A ata de registro de preços pode ser reajustada, repactuada ou revisada?



Aulas 4 e 5

Dias 20 e 23 de outubro, das 14h às 18h

Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

PROCEDIMENTO DO PREGÃO E DA CONCORRÊNCIA POR MENOR PREÇO E POR MAIOR DESCONTO, MODOS DE DISPUTA DE ACORDO COM A IN Nº 73/2022

- 27** Quem está vinculado à IN nº 73/2022? Órgãos do Judiciário e do Legislativo podem/devem aplicar essa IN? Órgãos e entidades estaduais, municipais e distritais devem/podem usar o sistema do governo federal ou podem usar outros sistemas?
- 28** Quando são cabíveis o pregão e a concorrência eletrônicos? O que distingue e o que aproxima o pregão e a concorrência eletrônicos? É possível fazer um pregão com inversão de fases?
- 29** Quando se aplicam os critérios de julgamento menor preço e maior desconto? Em quais contratações o critério de maior desconto se mostra mais adequado e quais os impactos práticos?
- 30** Há novidades previstas na IN nº 73/2022 envolvendo temas que merecem destaque. Quais os pontos de atenção nos casos a seguir elencados e os impactos aplicados no procedimento?
- a) Possibilidade de o licitante parametrizar sua proposta ("robô" dentro do sistema?)
 - b) Exclusão de lances e de proposta pelo licitante e pelo pregoeiro
 - c) Envio de documentos de habilitação (inclusive fiscal) e propostas – Momento do procedimento
 - d) Verificação de conformidade da proposta – Momento do procedimento
 - e) Condições e valores de inexecutabilidade em obras e serviços de engenharia e em compras e serviços em geral
- 31** Qual o fluxo dos modos de disputa aberto, aberto e fechado e fechado e aberto de acordo com a IN nº 73/2022? Quais as cautelas relacionadas ao lance mínimo e aos lances intermediários?
- 32** De acordo com a IN nº 73/2022, como deve ser conduzida a fase de recursos? Quais os prazos para a apresentação da intenção de recurso, das razões de recurso e das contrarrazões?
- 33** A fase de recursos deve ser uma? E no caso de inversão das fases?
- 34** Quais as cautelas na condução da negociação, especialmente quando o orçamento for sigiloso?

COMO RESOLVER E SANEAR INTERCORRÊNCIAS E VÍCIOS NA LICITAÇÃO E NO CONTRATO – OS LIMITES PARA O SANEAMENTO NA LEI Nº 14.133/2021 E DE ACORDO COM OS NOVOS ENTENDIMENTOS DO TCU

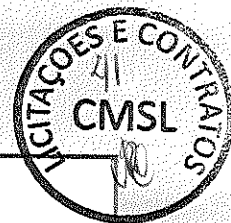
- 35** Quais as diretrizes seguras para a resolução de intercorrências, erros e vícios durante a licitação e a fase contratual? Quais vícios não podem ser saneados e o que deve ser ponderado e analisado para a decisão de convalidar, sanear ou anular? Quais condutas podem ser adotadas pelo agente público diante de um vício?
- 36** O que são erros grosseiros? Quais os precedentes do TCU que podem auxiliar nessa identificação?
- 37** Existem um alinhamento com relação à disciplina sobre saneamento prevista na nova Lei de Licitações e a tratativa da LINDB?
- 38** A Lei nº 14.133/2021 trouxe novidades importantes sobre o regime de nulidade das licitações e contratos. Sobre esse assunto, pergunta-se:
- a) Quais são as novidades?
 - b) O que precisa ser ponderado para decidir pela nulidade da contratação?
 - c) O contrato nulo opera efeitos concretos? A nova Lei reconhece essa realidade? É possível continuar executando contrato reconhecido como nulo?
 - d) É possível afirmar que a mudança no regime de nulidades prevista na Lei nº 14.133/2021 traz consigo a superação da Súmula nº 473 do STF?
 - e) É possível declarar nulidade com efeitos futuros? Como funciona essa modulação de efeitos?
 - f) Quais as novidades sobre o dever de indenização no caso de declaração da nulidade?
 - g) As premissas sobre as nulidades dos contratos da nova Lei podem ser aplicados aos contratos formalizados de acordo com a Lei nº 8.666/1993?
- 39** De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quem é responsável pelo saneamento de vícios da fase de propostas e de habilitação? Quais as repercussões práticas da opção legal, quais as ponderações críticas e qual a melhor interpretação nesse caso?
- 40** Com relação ao julgamento da licitação, incluindo proposta comercial, planilha de custos e documentos de habilitação, quais falhas podem ser corrigidas? Quais os limites para a correção? Quais as recentes orientações do TCU sobre o tema já conforme o regime da Lei nº 14.133/2021? Qual a previsão da IN nº 73/2022?

41 Como resolver as seguintes situações concretas:

- a) Requisitos técnicos exigidos no edital X Descrição do objeto/serviço na proposta comercial – Divergência – Quando desclassificar, diligenciar ou corrigir? – Quais os limites?
- b) Falha ou falta de documentos de habilitação – Possível o envio/reenvio e complementação? – Limites para o saneamento – Recentes orientações do TCU
- c) Falta de envio de todos os documentos de habilitação – Existe possibilidade de envio/saneamento?
- d) Defeitos na planilha de custos e o que pode ser corrigido – Como corrigir? – Alteração de preços unitários e global
- e) Número de correções aceitáveis na planilha de custos
- f) Orçamento sigiloso – Justificativa para sua divulgação – Informações que devem ser divulgadas no caso de orçamento sigiloso – Cautelas internas, instrução do processo, restrições de acesso e as consequências no vazamento de informações

INVESTIMENTO

R\$ 2.970,00 / PARTICIPANTE*



- ★ **Lei Digital – Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública**
- ★ **Apostila digital específica do curso**
- ★ **Certificado**

* O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorrido o período de 7 dias do replay serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, sendo que login e senha do sistema são individuais e intransferíveis.

* Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

* É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

* A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas ao lado.

OBSERVAÇÃO: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X



Banco Bradesco | Ag.: 5723 | Cc: 0766622-5



Caixa Econômica | Ag.: 1525-3 | Cc: 1566-2



Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7



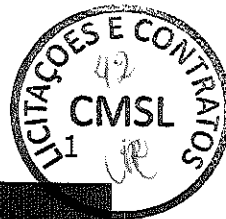
Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 130017258



Mais informações: www.zenite.com.br / evento@zenite.com.br

Whatsapp (41) 99643.4141 / Tel (41) 2109.8666

Av. Sete de Setembro, 4698 | Batel | Curitiba PR | CEP 80240-000



Zênite On Line
COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021:TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA
17/10/2023 a 23/10/2023

CURITIBA, 12 de julho de 2023
Att: DAIANE DE LIMA VANDERLEY - Fone: 35334331323
MUNICIPIO DE CAMANDUCAIA
CAMANDUCAIA - MG

Prezados Senhores,

Encaminhamos proposta para inscrição no Zênite On Line, para o curso: "COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021:TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 17/10/2023 a 23/10/2023, carga horária de 20 horas.

Detalhes da Proposta

Participantes Pagantes:	001
Valor Unitário (Por Participante):	R\$ 2970,00
Total de Pagantes:	R\$ 2.970,00

Total de Participantes: **001**

TOTAL:	R\$ 2.970,00
---------------	---------------------

A proposta inclui:

- Lei Digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do Curso
- Certificado

Observações:

- O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorrido o período de 7 dias do replay serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, sendo que login e senha do sistema são individuais e intransferíveis.

- Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha é individual e não deve ser compartilhada. O link de acesso à sala deve ser utilizado por meio de único browser (sendo recomendável o google chrome).

- Por questão de segurança, a Zênite não tem controle ou guarda da senha que é gerada e enviada pela plataforma de aula. No caso de perda ou extravio, deve ser mantido contato com a Zênite para geração de novo login e senha.

- O acesso será liberado para os participantes que tiveram o processo de contratação concluído e devidamente formalizado por meio de nota de empenho ou seu substitutivo legal.



- É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.
- A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).
- Aos órgãos/entidades públicas serão aceitas apenas inscrições de servidores/empregados/agentes vinculados diretamente à Administração Pública direta e indireta contratante.
- Havendo eventual queda na transmissão ou qualquer outra dificuldade de acesso ao curso em tempo real, o curso ficará disponível para "replay" durante um período de 7 dias. Neste caso, o participante assistirá à gravação do curso ou aula, não podendo interagir com os professores.

DADOS DO EVENTO

Para ver o conteúdo completo, conteúdo, professores e programação [CLIQUE AQUI](#).

REQUISITOS TÉCNICOS

Após a confirmação da inscrição, a Zênite disponibilizará o link de acesso ao curso. O participante deverá entrar no link de acesso, no dia e hora do curso, preenchendo o seu *login* e senha, quando então terá acesso ao ambiente virtual do Curso.

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomenda-se a utilização de equipamento com as seguintes especificações:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core - 4 Gb Ram

Internet de 10 Mbps (de preferência por cabo)

Browser: Recomenda-se utilizar o Google Chrome

Banda ideal: Inbound participante: 3 mbps

A transmissão dos cursos se dá dentro do ambiente da Zênite (www.zeniteonline.com.br), sendo que para acessar a plataforma do curso e os conteúdos disponibilizados, é necessário que sua rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br> *.pluz.app; *.clickmeeting.com; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com; *.magisto.com; *.akamaized.net; *.cloudfront.net

IMPORTANTE:

- Caso essas especificações não sejam atendidas, mesmo que possível assistir e participar do curso/aula, não podemos garantir a plena qualidade de áudio e vídeo.
- Cada participante deve ser inscrito com um e-mail próprio, válido e acessível pelo mesmo. O e-mail informado no ato da inscrição será utilizado para o envio dos dados de acesso à sala do curso. Assim, **participantes diferentes não devem ser inscritos com o mesmo e-mail, mesmo que sejam do mesmo órgão ou setor.**
- Após participar da aula, ao fechar o ambiente virtual do curso, o clickmeeting, que é a plataforma que usamos para a transmissão das aulas, direcionará o participante para a possibilidade de baixar o APP da clickmeeting. Solicitamos **ignorar esta mensagem** e assistir o curso por meio do ambiente Zênite (zeniteonline.com.br) que contempla todos os recursos necessários para o curso on line, inclusive a aferição de presença. Caso o participante baixe o aplicativo e assista o curso por meio do APP não será possível aferir o seu percentual de presença para fins de certificado.

EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O pagamento será efetuado em nome de **ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A**, CNPJ: **86.781.069/0001-15** - Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR, com o envio de nota de empenho, autorização de serviço/fornecimento ou similar, e posterior pagamento em uma das contas abaixo indicadas:

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL: Agência: 3041-4 | Conta Corrente: 84229-X

CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Agência: 1525-3 | Conta Corrente: 1566-2



SANTANDER: Agência: 3837- | Conta Corrente: 13001725-8
BANCO ITAU: Agência: 3833- | Conta Corrente: 63040-7
BRADESCO: Agência: 5723- | Conta Corrente: 0766622-5

A inscrição deverá ser realizada da seguinte forma:

- Preencher o formulário de inscrição disponível no portal <http://www.zenite.com.br>
- Enviar por e-mail cópia do documento de autorização de participação:

- * Nota de empenho; ou
- * Autorização de fornecimento; ou
- * Documento padrão utilizado para posterior emissão de nota fiscal; ou
- * Cópia de comprovante de depósito ou transferência bancária.

A ficha de inscrição contendo os dados do(s) participante(s) do curso devem ser enviados pelo órgão contratante à Zênite, em no máximo até 05 (cinco) dias antes da realização do evento. O não cumprimento deste prazo pode implicar em atrasos.

Observação: Para o mercado privado, estarão disponíveis outras opções de pagamento como:

- * Boleto
- * Transferência bancária
- * Depósito

A inscrição será confirmada somente após o recebimento dos documentos acima citados, pelo e-mail evento@zenite.com.br e desde que não haja pendência de pagamentos em atraso relativos a contratações anteriores.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se em informar antecipadamente à CONTRATANTE.

A Zênite reserva-se o direito de limitar o número de inscrições para determinado curso.

A Zênite não se responsabiliza por eventuais problemas decorrentes de interrupção dos serviços do provedor de acesso à internet, nem pela interrupção dos serviços em casos de falta de fornecimento de energia elétrica, incompatibilidade dos sistemas do participante ou qualquer ação de terceiros que impeçam a prestação de serviço ou na ocorrência de caso fortuito ou de força maior relacionados no Código Civil Brasileiro. Da mesma forma, não se responsabiliza por dificuldade de acesso à plataforma do curso, inclusive no que diz respeito ao funcionamento e qualidade da rede de internet do participante.

É expressamente proibida a gravação, cópia ou reprodução, por qualquer meio, do curso/aulas on line. O curso/aula é protegido(a) por direitos autorais e direitos de imagem.

Esta proposta é válida até: 11/08/23

Manuella Ribereite Silva

Consultora Comercial de Eventos
manuella.silva@zenite.com.br
4121098666



ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A

Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR

Fone: (41) 2109-8666



Zênite On Line
COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021:TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA
17/10/2023 a 23/10/2023

CURITIBA, 11 de julho de 2023
Att: JOSE VIEIRA DE SANTANA - Fone: 8131817726
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RECIFE - PE

Prezados Senhores,

Encaminhamos proposta para inscrição no **Zênite On Line**, para o curso: "**COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021:TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA**", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 17/10/2023 a 23/10/2023, carga horária de 20 horas.

Detalhes da Proposta	
Participantes Pagantes:	001
Valor Unitário (Por Participante):	R\$ 2970,00
Total de Pagantes:	R\$ 2.970,00
Total de Participantes:	001
TOTAL:	R\$ 2.970,00

A proposta inclui:

- Lei Digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do Curso
- Certificado

Observações:

- O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorrido o período de 7 dias do replay serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, sendo que login e senha do sistema são individuais e intransferíveis.
- Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha é individual e não deve ser compartilhada. O link de acesso à sala deve ser utilizado por meio de único browser (sendo recomendável o google chrome).
- Por questão de segurança, a Zênite não tem controle ou guarda da senha que é gerada e enviada pela plataforma de aula. No caso de perda ou extravio, deve ser mantido contato com a Zênite para geração de novo *login* e senha.
- O acesso será liberado para os participantes que tiveram o processo de contratação concluído e devidamente formalizado por meio de nota de empenho ou seu substitutivo legal.



- É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.
- A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).
- Aos órgãos/entidades públicas serão aceitas apenas inscrições de servidores/empregados/agentes vinculados diretamente à Administração Pública direta e indireta contratante.
- Havendo eventual queda na transmissão ou qualquer outra dificuldade de acesso ao curso em tempo real, o curso ficará disponível para "replay" durante um período de 7 dias. Neste caso, o participante assistirá à gravação do curso ou aula, não podendo interagir com os professores.

DADOS DO EVENTO

Para ver o conteúdo completo, conteúdo, professores e programação [CLIQUE AQUI](#).

REQUISITOS TÉCNICOS

Após a confirmação da inscrição, a Zênite disponibilizará o link de acesso ao curso. O participante deverá entrar no link de acesso, no dia e hora do curso, preenchendo o seu *login* e senha, quando então terá acesso ao ambiente virtual do Curso.

Para o bom funcionamento da plataforma, recomenda-se a utilização de equipamento com as seguintes especificações:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core - 4 Gb Ram

Internet de 10 Mbps (de preferência por cabo)

Browser: Recomenda-se utilizar o Google Chrome

Banda ideal: Inbound participante: 3 mbps

A transmissão dos cursos se dá dentro do ambiente da Zênite (www.zeniteonline.com.br), sendo que para acessar a plataforma do curso e os conteúdos disponibilizados, é necessário que sua rede (privativa ou corporativa) tenha liberada a reprodução de mídias streaming e permita acesso aos domínios: <https://zeniteonline.com.br> *.pluz.app; *.clickmeeting.com; <https://player.vimeo.com>; *.vimeo.com; *.vimeocdn.com; *.magisto.com; *.akamaized.net; *.cloudfront.net

IMPORTANTE:

- Caso essas especificações não sejam atendidas, mesmo que possível assistir e participar do curso/aula, não podemos garantir a plena qualidade de áudio e vídeo.
- Cada participante deve ser inscrito com um e-mail próprio, válido e acessível pelo mesmo. O e-mail informado no ato da inscrição será utilizado para o envio dos dados de acesso à sala do curso. Assim, **participantes diferentes não devem ser inscritos com o mesmo e-mail, mesmo que sejam do mesmo órgão ou setor.**
- Após participar da aula, ao fechar o ambiente virtual do curso, o clickmeeting, que é a plataforma que usamos para a transmissão das aulas, direcionará o participante para a possibilidade de baixar o APP da clickmeeting. Solicitamos **ignorar esta mensagem** e assistir o curso por meio do ambiente Zênite (zeniteonline.com.br) que contempla todos os recursos necessários para o curso on line, inclusive a aferição de presença. Caso o participante baixe o aplicativo e assista o curso por meio do APP não será possível aferir o seu percentual de presença para fins de certificado.

EFEETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O pagamento será efetuado em nome de **ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A**, CNPJ: **86.781.069/0001-15** - Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR, com o envio de nota de empenho, autorização de serviço/fornecimento ou similar, e posterior pagamento em uma das contas abaixo indicadas:

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL: Agência: 3041-4 | Conta Corrente: 84229-X

CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Agência: 1525-3 | Conta Corrente: 1566-2



SANTANDER: Agência: 3837- | Conta Corrente: 13001725-8

BANCO ITAU: Agência: 3833- | Conta Corrente: 63040-7

BRADESCO: Agência: 5723- | Conta Corrente: 0766622-5

A inscrição deverá ser realizada da seguinte forma:

- Preencher o formulário de inscrição disponível no portal <http://www.zenite.com.br>
- Enviar por e-mail cópia do documento de autorização de participação:

- * Nota de empenho; ou
- * Autorização de fornecimento; ou
- * Documento padrão utilizado para posterior emissão de nota fiscal; ou
- * Cópia de comprovante de depósito ou transferência bancária.

A ficha de inscrição contendo os dados do(s) participante(s) do curso devem ser enviados pelo órgão contratante à Zênite, em no máximo até 05 (cinco) dias antes da realização do evento. O não cumprimento deste prazo pode implicar em atrasos.

Observação: Para o mercado privado, estarão disponíveis outras opções de pagamento como:

- * Boletto
- * Transferência bancária
- * Depósito

A inscrição será confirmada somente após o recebimento dos documentos acima citados, pelo e-mail evento@zenite.com.br e desde que não haja pendência de pagamentos em atraso relativos a contratações anteriores.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se em informar antecipadamente à CONTRATANTE.

A Zênite reserva-se o direito de limitar o número de inscrições para determinado curso.

A Zênite não se responsabiliza por eventuais problemas decorrentes de interrupção dos serviços do provedor de acesso à internet, nem pela interrupção dos serviços em casos de falta de fornecimento de energia elétrica, incompatibilidade dos sistemas do participante ou qualquer ação de terceiros que impeçam a prestação de serviço ou na ocorrência de caso fortuito ou de força maior relacionados no Código Civil Brasileiro. Da mesma forma, não se responsabiliza por dificuldade de acesso à plataforma do curso, inclusive no que diz respeito ao funcionamento e qualidade da rede de internet do participante.

É expressamente proibida a gravação, cópia ou reprodução, por qualquer meio, do curso/aulas on line. O curso/aula é protegido(a) por direitos autorais e direitos de imagem.

Esta proposta é válida até: 10/08/23

Manuella Ribeiro Silva

Consultora Comercial de Eventos

manuella.silva@zenite.com.br

4121098666



ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A

Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR

Fone: (41) 2109-8666



PROPOSTA COMERCIAL

Seminário Nacional COMO APLICAR A LEI N  14.133/2021:TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA

17/10/2023 a 23/10/2023
CURITIBA - PR

CURITIBA, 6 de julho de 2023

Att: FLAGIA PEPILASKU - Fone: 2125995426
HOSPITAL NAVAL MARCILIO DIAS
RIO DE JANEIRO - RJ

Prezados Senhores,

Encaminhamos proposta para inscrição no Seminário Nacional: "COMO APLICAR A LEI N  14.133/2021:TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA", a ser realizado em CURITIBA, nos dias 17/10/2023 a 23/10/2023, no , carga horária de 20 horas.

Detalhes da Proposta

Participantes Pagantes: 001

Valor Unitário (Por Participante): R\$ 2970,00

Total de Pagantes: R\$ 2.970,00

Total de Participantes: 001

TOTAL: R\$ 2.970,00

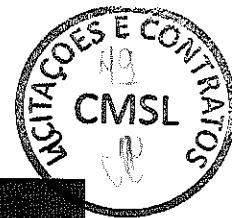
A proposta inclui 0 almoços; 0 *coffee breaks*; apostila específica do Seminário, material de apoio e certificado.

O certificado será entregue ao final do curso. O percentual da frequência constará no certificado de acordo com as listas de presença assinadas no Seminário. Todos os dias, haverá duas listas: uma de manhã, e outra,   tarde.

Observação aos órgãos/entidades públicas: serão aceitas apenas inscrições de servidores/empregados/agentes vinculados diretamente   Administração Pública direta e indireta contratante.

CORTESIA

A cada 3 inscrições neste Seminário, efetuadas pelo mesmo órgão e vinculadas à mesma fonte pagadora, a Zênite fornecer  cortesia para uma quarta inscrição.



DADOS DO EVENTO

Para ver a programação completa, o local de hospedagem e o mapa do evento [CLIQUE AQUI](#).

EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, em favor de:

CNPJ: 86.781.069/0001-15

ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A

Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL: Agência: 3041-4 | Conta Corrente: 84229-X

CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Agência: 1525-3 | Conta Corrente: 1566-2

SANTANDER: Agência: 3837- | Conta Corrente: 13001725-8

BANCO ITAU: Agência: 3833- | Conta Corrente: 63040-7

BRDESCO: Agência: 5723- | Conta Corrente: 0766622-5

A inscrição deverá ser realizada da seguinte forma:

- Preencher o formulário de inscrição disponível no portal <http://www.zenite.com.br>
- Enviar por e-mail cópia do documento de autorização de participação:

- * Nota de empenho; ou
- * Autorização de fornecimento; ou
- * Documento padrão utilizado para posterior emissão de nota fiscal; ou
- * Cópia de comprovante de depósito.

A ficha de inscrição contendo os dados do(s) participante(s) do curso devem ser enviados pelo órgão contratante à Zênite, em no máximo até 05 (cinco) dias antes da realização do evento. O não cumprimento deste prazo pode implicar em atrasos.

A inscrição será confirmada somente após o recebimento dos documentos acima citados, pelo e-mail evento@zenite.com.br e desde que não haja pendência de pagamentos em atraso relativos a contratações anteriores.

O ingresso no curso liberado para os participantes que tiveram o processo de contratação concluído e devidamente formalizado por meio de nota de empenho ou seu substitutivo legal.

Obtenha a documentação da Zênite neste link [DADOS CADASTRAIS](#), com a senha **ZNT2109**.

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se a informar antecipadamente à CONTRATANTE.

A Zênite reserva-se o direito de limitar o número de cortesias para determinado evento.

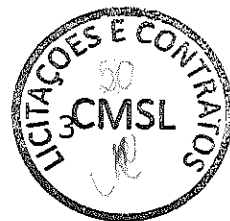
Esta proposta é válida até: 05/08/23

Manuella Ribeiro Silva

Consultora Comercial de Eventos

manuella.silva@zenite.com.br

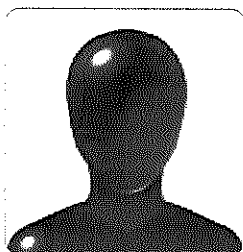
4121098666



ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A

Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR

Fone: (41) 2109-8666



Jose Anacleto Abduch Santos

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5637223172703835>

ID Lattes: **5637223172703835**

Última atualização do currículo em 27/04/2018



Advogado especialista em licitações e contratos administrativos, Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela UFPR, Procurador do Estado do Paraná, Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito do UNICURITIBA. Professor de cursos de especialização e cursos na área de Direito Administrativo, com atuação especialmente nas áreas de licitações e contratos administrativos, contratações públicas sustentáveis, desenvolvimento nacional sustentável, sustentabilidade, microempresa e empresa de pequeno porte, concessões de serviços públicos, parcerias público-privadas. Autor das obras "Contratos Administrativos - formação e controle interno da execução - com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados"; "Lei das Estatais - Comentários ao Regime Jurídico Licitatório e Contratual da Lei nº 13.303/16"; "Contratos de Concessão de Serviços Públicos - equilíbrio econômico-financeiro", "Licitações e o Estatuto da Microempresa"; e "Comentários à Lei anticorrupção" Coordenador e professor do curso de Especialização em Licitações e Contratos dministrativos da UNIBRASIL (Texto informado pelo autor)

Identificação

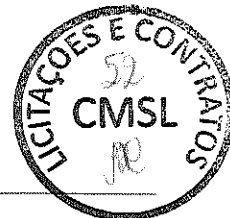
Nome	Jose Anacleto Abduch Santos
Nome em citações bibliográficas	SANTOS, J. A. A.
Lattes iD	http://lattes.cnpq.br/5637223172703835

Endereço

Endereço Profissional	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ. Rua Conselheiro Laurindo nº 82220-350 - Curitiba, PR - Brasil
-----------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2008 - 2012	Doutorado em Direito Administrativo. Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. Título: O princípio da supremacia do interesse público como fundamento de legitimação da ação estatal, Ano de obtenção: 2012. Orientador: Angela Cássia Costaldello. Palavras-chave: interesse público; Supremacia do interesse público; Direito Administrativo; Administração Pública. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública. Setores de atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.
1996 - 2000	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 6). Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. Título: EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, Ano de Obtenção: 2001. Orientador: ANGELA CÁSSIA COSTALDELLO. Palavras-chave: EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO; CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS; CONTRATOS DE CONCESSÃO.
1993 - 1994	Especialização em DIREITO CONTEMPORÂNEO E SUAS INSTITUIÇÕES FUNDAM. (Carga Horária: 360h). PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, PUC PR, Brasil. Título: sem monografia. Orientador: sem monografia.
1984 - 1988	Graduação em DIREITO. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil. Título: NAO HOUVE.



Atuação Profissional

INSTITUTO BUSATO DE ENSINO, BUSATO, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2006

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

Atividades

08/2006 - 12/2006

Ensino, DIREITO ADMINISTRATIVO, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO
BENS PÚBLICOS
CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

LEX EDITORA, LEX, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

Atividades

09/2006 - Atual

Ensino,
Disciplinas ministradas
LICITAÇÕES E ESTATUTO DA MICROEMPRESA
PREGÃO PRESENCIAL E PREGÃO ELETRÔNICO
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
LICITAÇÕES

Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, INSTITUTO BACELL, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - 2004

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, IBEJ, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2002

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

Atividades

08/2002 - 08/2002

Ensino, DIREITO PÚBLICO, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, PGE, Brasil.

Vínculo institucional

1990 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: PROCURADOR DO ESTADO, Carga horária: 40

Outras informações

DIRETOR GERAL DA INSTITUIÇÃO DE 1996 A 2002

Atividades

01/2000 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

Cargo ou função

PRESIDENTE DA COMISSÃO.

08/2004 - 10/2004

Conselhos, Comissões e Consultoria, COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PUBLICIDADE OFICIAL.

Cargo ou função

PRESIDENTE DA COMISSÃO.

05/1996 - 08/2001

Direção e administração, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

Cargo ou função

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO SUBSTITUTO.

05/1996 - 08/2001

Direção e administração, DIRETORIA GERAL.

Cargo ou função

DIRETOR GERAL.

01/1995 - 02/1996

Conselhos, Comissões e Consultoria, COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

Cargo ou função

PRESIDENTE DA COMISSÃO.

UNICURITIBA CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CURITIBA, UNICURITIBA, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - Atual
Outras informações

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: PROFESSOR AUXILIAR, Carga horária: 8
PROFESSOR DE DIREITO ADMINISTRATIVO



Centro Universitário Autônomo do Brasil, UNIBRASIL, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - Atual

Vínculo: PROFESSOR, Enquadramento Funcional: CONVIDADO

Atividades

01/2003 - Atual

Direção e administração, PÓS GRADUAÇÃO.

Cargo ou função

Coordenador de Curso.

03/2002 - Atual

Ensino, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

SERVIDORES PÚBLICOS

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

02/2003 - 10/2003

Direção e administração, DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Cargo ou função

Coordenador de Curso.

ADVOCACIA, ADV, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - Atual

Outras informações

Vínculo: PROFISSIONAL LIBERAL, Enquadramento Funcional: ADVOGADO

ADVOGADO NA ÁREA DO DIREITO PÚBLICO COM FOCO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Faculdade CESUSC, CESUSC, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Atividades

10/2005 - 10/2005

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

Ensino, DIREITO ADMINISTRATIVO, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PARANAPREVIDENCIA, PARANAPREV, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - 2004

Atividades

09/2004 - 10/2007

Vínculo: PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL, Enquadramento Funcional: NOMEADO

Conselhos, Comissões e Consultoria, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Cargo ou função

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

03/2000 - 08/2004

Conselhos, Comissões e Consultoria, CONSELHO FISCAL.

Cargo ou função

PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL.

BB&G Sociedade de Ensino, BB&G, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2003

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

FACULDADE MATER DEI, MATER DEI, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2007

Atividades

07/2007 - 07/2007

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

Ensino, DIREITO PÚBLICO, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

AGENCIAS REGULADORAS E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Idiomas

Inglês

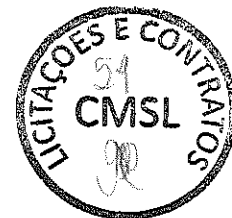
Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica



Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **SANTOS, J. A. A.** O EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - A MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES ORIGINAIS DA PROPOSTA À LUZ DA LEI Nº 8987/95. Revista de Direito Público da Economia, v. 51, p. 187-217, 2015.
2. **SANTOS, J. A. A.** EFEITOS DAS SANÇÕES APLICADAS AOS LICITANTES OU CONTRATADOS EM CASO DE TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISAÇÃO DE EMPRESAS. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 261, p. 1026-1037, 2015.
3. **SANTOS, J. A. A.** O PROCESSO ADMINISTRATIVO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO MATERIAL DE AÇÃO. Interesse Público (Impresso), v. 69, p. 143-159, 2011.
4. ★ **SANTOS, J. A. A.** As decisões administrativas na fase interna do processo licitatório. Revista Brasileira de Direito Público, v. 20, p. 35-60, 2008.
5. **SANTOS, J. A. A.** O Sistema de Registro de Preços para Contratação de Serviços e Obras. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 169, p. 304-310, 2008.
6. **SANTOS, J. A. A.** AS LICITAÇÕES E O ESTATUTO DA MICROEMPRESA. Revista Brasileira de Direito Público, v. 16, p. 39-75, 2007.
7. **SANTOS, J. A. A.** LICITAÇÃO E TERCEIRO SETOR. Forum de Contratação e Gestão Pública, v. 58, p. 7859-7870, 2006.
8. ★ **SANTOS, J. A. A.** A LESÃO À ORDEM PÚBLICA COMO FUNDAMENTO DA SUSPENSÃO DE MEDIDA LIMINAR E DE SENTENÇA. Revista Brasileira de Direito Público, v. 07, p. 201-209, 2004.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **SANTOS, J. A. A.**; EDGAR GUIMARÃES. LEI DAS ESTATAIS COMENTÁRIOS AO REGIME JURÍDICO LICITATÓRIO E CONTRATUAL DA LEI Nº 13.303/16. 1ª. ed. BELO HORIZONTE: FORUM, 2016. 316p.
2. **SANTOS, J. A. A.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - FORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO DA EXECUÇÃO - COM PARTICULARIDADES DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA. 1ª. ed. BELO HORIZONTE: EDITORA FORUM, 2015. v. 600. 357p.
3. ★ **SANTOS, J. A. A.** LICITAÇÕES E O ESTATUTO DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. 1. ed. CURITIBA: JURUÁ EDITORA, 2008. v. 1. 173p.
4. ★ **SANTOS, J. A. A.** CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. 1ª. ed. CURITIBA: JURUÁ, 2002. v. 1. 255p.

Capítulos de livros publicados

1. **SANTOS, J. A. A.**; Costódio Filho, Ubirajara ; MATEUS BERTONCINI. LEI ANTICORRUPÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. 1ª. ed. SÃO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS RT, 2014, v. , p. 157-230.
2. ★ **SANTOS, J. A. A.** LICITAÇÃO E TERCEIRO SETOR. In: GUSTAVO JUSTINO DE OLIVEIRA. (Org.). TERCEIRO SETOR - EMPRESAS E ESTADO. 1ª. ed. BELO HORIZONTE: FORUM, 2007, v. , p. 281-307.

Textos em jornais de notícias/revistas

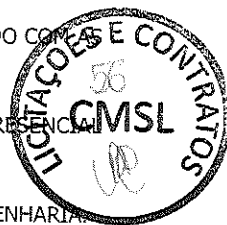
1. **SANTOS, J. A. A.**; SANTOS, G. L. S. A. . CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS. GAZETA DO POVO, CURITIBA, p. 3 - 3, 20 jan. 2016.
2. **SANTOS, J. A. A.** SAMARCO: O ESTADO NÃO FUNCIONOU. GAZETA DO POVO, CURITIBA, 14 dez. 2015.
3. **SANTOS, J. A. A.** Controle seu dinheiro. Gazeta do Povo, Curitiba - Paraná, p. 2 - 2, 15 maio 2008.
4. **SANTOS, J. A. A.** Os ébrios do poder. Gazeta do Povo, Curitiba - Paraná, p. 2 - 2, 23 abr. 2008.
5. **SANTOS, J. A. A.** Burocratizar. Gazeta do Povo, Curitiba - Paraná, p. 2 - 2, 01 abr. 2008.
6. **SANTOS, J. A. A.** Respeito ao dinheiro público. Gazeta do Povo, Curitiba - Paraná, p. 10 - 10, 14 mar. 2008.
7. **SANTOS, J. A. A.** Decoro Parlamentar. Gazeta do Povo, Curitiba - Paraná, p. 10 - 10, 18 fev. 2008.

Demais tipos de produção técnica

1. **SANTOS, J. A. A.** COMO ELABORAR REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DAS ESTATAIS. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. **SANTOS, J. A. A.** COMO FISCALIZAR CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ? PARALELO ENTRE OS REGIMES DA LEI Nº 8.666/93 E DA LEI Nº 13.303/16 E A RESPECTIVA TRANSIÇÃO. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
3. **SANTOS, J. A. A.** GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NO SISTEMA S ? DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO TCU. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
4. **SANTOS, J. A. A.** ASPECTOS FUNDAMENTAIS DAS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
5. **SANTOS, J. A. A.** CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

6. **SANTOS, J. A. A..** CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
7. **SANTOS, J. A. A.;** EDGAR GUIMARÃES . LICITAÇÕES E CONTRATOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DAS ESTATAIS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
8. **SANTOS, J. A. A..** A NOVA LEI DE RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS ESTATAIS - LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
9. **SANTOS, J. A. A..** O QUE MUDA NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DE ACORDO COM A LEI Nº 13.303/16. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
10. **SANTOS, J. A. A..** O QUE MUDA NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DE ACORDO COM A LEI Nº 13.303/16. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
11. **SANTOS, J. A. A..** O QUE MUDA NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DE ACORDO COM A LEI Nº 13.303/16. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
12. **SANTOS, J. A. A..** O QUE MUDA NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DE ACORDO COM A LEI Nº 13.303/16. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
13. **SANTOS, J. A. A..** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO ? FORMALIZAÇÃO E GESTÃO DOS CONTRATOS DECORRENTES DE CONTRATAÇÃO DIRETA. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
14. **SANTOS, J. A. A..** NOVA LEI DAS ESTATAIS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
15. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÕES E CONTRATOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DAS ESTATAIS ? LEI Nº 13.303/16. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
16. **SANTOS, J. A. A..** SEMINÁRIO LICITAÇÕES E CONTRATOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DAS ESTATAIS ? LEI Nº 13.303/16. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
17. **SANTOS, J. A. A..** COMO FISCALIZAR CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ? MELHORES PRÁTICAS PARA UMA ATUAÇÃO EFICIENTE DO FISCAL E DO GESTOR. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
18. **SANTOS, J. A. A..** CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
19. **SANTOS, J. A. A..** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO ? COMO FORMALIZAR O PROCEDIMENTO E GERIR OS CONTRATOS DECORRENTES DE CONTRATAÇÃO DIRETA. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
20. **SANTOS, J. A. A..** SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
21. **SANTOS, J. A. A..** APLICAÇÃO DE SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS POR AÇÕES E OMISSÕES. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
22. **SANTOS, J. A. A..** APLICAÇÃO DE SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS POR AÇÕES E OMISSÕES. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
23. **SANTOS, J. A. A..** REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES ? RDC ? TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
24. **SANTOS, J. A. A..** IRREGULARIDADES NAS LICITAÇÕES, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E NOS CONVÊNIOS SOB A ÓTICA DO TCU. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
25. **SANTOS, J. A. A..** ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERÊNCIA. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
26. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÕES E CONTRATOS NO SISTEMA ?S? PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
27. **SANTOS, J. A. A..** O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC). 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
28. **SANTOS, J. A. A..** O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC). 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
29. **SANTOS, J. A. A..** RESPONSABILIDADE DOS AGENTES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E AS SANÇÕES POR ATOS E DECISÕES. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
30. **SANTOS, J. A. A..** CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS - REPERCUSSÕES NO PLANEJAMENTO, JULGAMENTO E CONTRATO. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
31. **SANTOS, J. A. A..** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO ? COMO FORMALIZAR O PROCEDIMENTO E GERIR OS CONTRATOS DECORRENTES DE CONTRATAÇÃO DIRETA. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
32. **SANTOS, J. A. A..** RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
33. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÕES E CONTRATOS ? TEMAS POLÊMICOS E OS ENTENDIMENTOS DO TCU E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
34. **SANTOS, J. A. A..** SRP - COMO LICITAR, PARTICIPAR, GERENCIAR E ADERIR DE ACORDO COM AS REGRAS DO DECRETO FEDERAL Nº 7.892/2013 E DO CÓDIGO DE LICITAÇÕES DO MARANHÃO. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
35. **SANTOS, J. A. A..** E ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
36. **SANTOS, J. A. A..** APLICAÇÃO DE SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS POR AÇÕES E OMISSÕES. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
37. **SANTOS, J. A. A..** PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
38. **SANTOS, J. A. A..** GESTÃO PÚBLICA ? VEDAÇÕES EM FINAL DE MANDATO MUNICIPAL. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
39. **SANTOS, J. A. A..** RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
40. **SANTOS, J. A. A..** AS CONTRATAÇÕES DA PETROBRAS E O DECRETO Nº 2.745/98. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
41. **SANTOS, J. A. A..** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ? DO PLANEJAMENTO E JULGAMENTO ATÉ A GESTÃO DA ATA E DO CONTRATO. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
42. **SANTOS, J. A. A..** CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS E PREFERÊNCIAS NAS LICITAÇÕES ? REPERCUSSÕES NO PLANEJAMENTO, JULGAMENTO E CONTRATO. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
43. **SANTOS, J. A. A..** TEMAS POLÊMICOS DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS E OS ENTENDIMENTOS DO TCU E DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
44. **SANTOS, J. A. A..** PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).





45. **SANTOS, J. A. A..** ASPECTOS PRÁTICOS E POLÊMICOS DA ELABORAÇÃO DE EDITAL, PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERÊNCIA. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
46. **SANTOS, J. A. A..** PREGÃO: COMO ELABORAR TERMO DE REFERÊNCIA EM PROCESSO LICITATÓRIO DE ACORDO COM AS INOVAÇÕES DAS IN 02/08 E IN 01/10 ? PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
47. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÕES E CONTRATOS DE ACORDO COM O TCU E TRIBUNAIS SUPERIORES: PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO, REGISTRO DE PREÇOS, REVISÃO, REPACTUAÇÃO E REAJUSTE. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
48. **SANTOS, J. A. A..** MELHORES PRÁTICAS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
49. **SANTOS, J. A. A..** ASPECTOS JURÍDICOS E PRÁTICOS DA DISPENSA E DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
50. **SANTOS, J. A. A..** GESTÃO EFICAZ DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
51. **SANTOS, J. A. A..** PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO ? ASPECTOS POLÊMICOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
52. **SANTOS, J. A. A..** CURSO PRÁTICO DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
53. **SANTOS, J. A. A..** ATUAÇÃO DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO ? ATUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA ? FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ? GARANTIAS CONTRATUAIS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
54. **SANTOS, J. A. A..** RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
55. **SANTOS, J. A. A..** GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
56. **SANTOS, J. A. A..** ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
57. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
58. **SANTOS, J. A. A..** CONVENIOS ADMINISTRATIVOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
59. **SANTOS, J. A. A..** CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E LIMPEZA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
60. **SANTOS, J. A. A..** CONTRATAÇÃO DE OBJETO ESPECÍFICO: AGENCIA DE PUBLICIDADE, COFFEE BREAK E PATROCÍNIO. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
61. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE: LEI Nº 12.232/10. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
62. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÃO PELA MODALIDADE DE PREGÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
63. **SANTOS, J. A. A..** CONTRATOS DE SEGURO E DE UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
64. **SANTOS, J. A. A..** CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
65. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÃO PELA MODALIDADE DE PREGÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
66. **SANTOS, J. A. A..** PREGÃO: COMO ELABORAR TERMO DE REFERÊNCIA EM PROCESSO LICITATÓRIO DE ACORDO COM AS INOVAÇÕES DAS IN 02/08 E IN 01/10 ? PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
67. **SANTOS, J. A. A..** TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
68. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÃO PELA MODALIDADE DE PREGÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
69. **SANTOS, J. A. A..** REGIME CONSTITUCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
70. **SANTOS, J. A. A..** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
71. **SANTOS, J. A. A..** AS LICITAÇÕES E O ESTATUTO DA MICROEMPRESA. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
72. **SANTOS, J. A. A..** AGENCIAS REGULADORAS E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
73. **SANTOS, J. A. A..** SERVIDORES PÚBLICOS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
74. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
75. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
76. **SANTOS, J. A. A..** SERVIÇOS PÚBLICOS E CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
77. **SANTOS, J. A. A..** BENS PÚBLICOS. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
78. **SANTOS, J. A. A..** RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
79. **SANTOS, J. A. A..** PREGÃO ELETRÔNICO. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
80. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÕES. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
81. **SANTOS, J. A. A..** PREGÃO ELETRÔNICO. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
82. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
83. **SANTOS, J. A. A..** LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
84. **SANTOS, J. A. A..** CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

85. **SANTOS, J. A. A.**. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
86. **SANTOS, J. A. A.**. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
87. **SANTOS, J. A. A.**. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
88. **SANTOS, J. A. A.**. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).



Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **SANTOS, J. A. A.**; LIMA, R. E.. Participação em banca de ENRICO ZORZI E OUTROS. Sempre alerta para a vida - uma estratégia de educação ambiental para o escotismo. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE) - Universidade Federal do Paraná.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **SANTOS, J. A. A.**; Mello, Tanya Kristyane Kozicki de; Ferreira, Daniel. Participação em banca de Miriam Sasaki França.Limites constitucionais à competência regulamentar em um estado democrático de direito. 2006 - Centro Universitário Curitiba.
2. **SANTOS, J. A. A.**; Ferreira, Daniel; Mello, Tanya Kristyane Kozicki de. Participação em banca de Thiago Antônio Nascimento.Da incidência das cláusulas exorbitantes nos contratos de parceria público-privada. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.
3. **SANTOS, J. A. A.**; Torres, Katya Isaguirre.; Reis, Clayton. Participação em banca de Melina Faucz Kletemberg.Responsabilidade civil do estado e do agente causador do dano. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.
4. **SANTOS, J. A. A.**; Schoreder Sobrinho, Lincoln; Mello, Tanya Kristyane Kozicki de. Participação em banca de Caroline Inês Maes.As parcerias público-privadas na lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.
5. **SANTOS, J. A. A.**; Schoreder Sobrinho, Lincoln; Mello, Tanya Kristyane Kozicki de. Participação em banca de Arlindo Frare Neto.Responsabilidade civil do estado por danos decorrente de atos legislativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.
6. **SANTOS, J. A. A.**; Hilú Neto, Miguel; Costódio Filho, Ubirajara. Participação em banca de Cassiê Di Castro Silva.Natureza jurídica e contornos legais da instituto da permissão de serviços públicos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.
7. **SANTOS, J. A. A.**; Rodrigues, Danielle Tetu; Marchesini, Luciano Tinoco.. Participação em banca de Juliana Sandoval Leal.Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental e formas de atuação da administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.
8. **SANTOS, J. A. A.**; Martins, Daniel Muller.; Schoreder Sobrinho, Lincoln. Participação em banca de Laura Aline Vígano.O princípio da moralidade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.
9. **SANTOS, J. A. A.**; Knoerr, Cibele Fernandes Dias; Martins, Daniel Muller.. Participação em banca de Ana Paula Santos Pereira.Mutação constitucional. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.
10. **SANTOS, J. A. A.**; Hilú Neto, Miguel; Costódio Filho, Ubirajara. Participação em banca de Marluze Mathias.Interrupção no fornecimento de energia elétrica por inadimplência do usuário. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE AUTORIDADES SUPERIORES E ORDENADORES DE DESPESAS. RESPONSABILIDADE DAS AUTORIDADES E ORDENADORES DE DESPESAS NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 2014. (Congresso).
2. 6º SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.ASPETOS RELEVANTES DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO À LUZ DO ACÓRDÃO Nº 1214/13 DO TCU. 2014. (Seminário).
3. I ENCONTRO NACIONAL DE GESTORES E FISCAIS.PLANEJANDO A CONTRATAÇÃO COM FOCO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL. 2014. (Encontro).
4. II CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. MODIFICAÇÕES DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2014. (Congresso).

5. II CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS REGIDOS PELO RDC. 2014. (Congresso).
6. II CONGRESSO NACIONAL DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA. O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO ? RDC: AVANÇO OU RETROCESSO. 2014. (Congresso).
7. SEMINÁRIO ANTICORRUPÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. ASPECTOS RELEVANTES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DE SANÇÃO COM FUNDAMENTO NA LEI ANTICORRUPÇÃO. 2014. (Seminário).
8. SEMINÁRIO NACIONAL APLICAÇÃO DE SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE DOS AGENTES. APLICAÇÃO DE SANÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS POR AÇÕES E OMISSÕES. 2014. (Seminário).
9. XVI CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. TIPICIDADE E JUIZ NATURAL: REPERCUSSÕES FUNDAMENTAIS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. 2014. (Congresso).
10. CONGRESSO NACIONAL NORMAS PROCEDIMENTAIS DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. ASPECTOS ATUAIS DO REGISTRO DE PREÇOS. 2013. (Congresso).
11. FOMENTA SEBRAE ALAGOAS 2013. COMO APLICAR O TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP NAS LICITAÇÕES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS. 2013. (Encontro).
12. FOMENTA SEBRAE NACIONAL. AVANÇOS, BARREIRAS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DAS ME E EPP SOB A ÓTICA JURÍDICA. 2013. (Encontro).
13. FOMENTA SEBRAE RJ 2013. OS DIREITOS DAS ME E EPP NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2013. (Encontro).
14. SEMINÁRIO NACIONAL ? RESPONSABILIDADE DOS AGENTES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E AS SANÇÕES POR ATOS E DECISÕES. RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2013. (Seminário).
15. SEMINÁRIO SEBRAE COMPRAS PÚBLICAS UM BOM NEGÓCIO PARA O DESENVOLVIMENTO. COMPRAS PÚBLICAS: MUDANÇAS E REPERCUSSÕES DA LEI Nº 8666/93. 2013. (Seminário).
16. 4º SEMINÁRIO MARANHENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. ASPECTOS PRÁTICOS DA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2012. (Seminário).
17. 4º SEMINÁRIO MARANHENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. ASPECTOS POLÊMICOS DAS CONTRATAÇÕES DE OBJETO ESPECÍFICO. 2012. (Seminário).
18. 4º SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. ASPECTOS PRÁTICOS DA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2012. (Seminário).
19. 4º SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. ASPECTOS PRÁTICOS DA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2012. (Seminário).
20. CICLO DE PALESTRAS E DEBATES SOBRE REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES E INFRAESTRUTURA PARA A COPA DO MUNDO DE 2014 E AS OLÍMPIADAS DE 2016. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PARA A COPA DO MUNDO. 2012. (Encontro).
21. FOMENTA ALAGOAS 2012. COTA RESERVADA E SUBCONTRATAÇÃO OBRIGATÓRIA DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. 2012. (Encontro).
22. FOMENTA ALAGOAS SEBRAE 2012. VENDA MAIS, VENDA PARA O GOVERNO. 2012. (Encontro).
23. FOMENTA SEBRAE AMAPÁ 2012. OS BENEFÍCIOS DA LEI GERAL NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS. 2012. (Encontro).
24. I CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE/REVISÃO, REAJUSTE E REACTUAÇÃO. 2012. (Congresso).
25. I CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. A LEI 12.440/2011 E A CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO TRABALHISTA: OS CONTORNOS DA NOVA EXIGÊNCIA E SUA REPERCUSSÃO NO PLANO DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO. 2012. (Congresso).
26. II FORUM BRASILEIRO DE DIREITO DISCIPLINÁRIO. ISONOMIA NAS CARREIRAS PÚBLICAS. 2012. (Seminário).
27. SEMINÁRIO NACIONAL ? CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS E PREFERÊNCIAS NAS LICITAÇÕES ? REPERCUSSÕES NO PLANEJAMENTO, JULGAMENTO E CONTRATO. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS. 2012. (Seminário).
28. SEMINÁRIO NACIONAL ? CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS E PREFERÊNCIAS NAS LICITAÇÕES ? REPERCUSSÕES NO PLANEJAMENTO, JULGAMENTO E CONTRATO?. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS. 2012. (Seminário).
29. SEMINÁRIO NACIONAL ? RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2012. (Seminário).
30. SEMINÁRIO NACIONAL ? SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ? DO PLANEJAMENTO E JULGAMENTO ATÉ A GESTÃO DA ATA E DO CONTRATO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2012. (Seminário).
31. VII NÚCLEO NACIONAL DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA ?S?. CONTRATAÇÃO DIRETA NO SISTEMA S?. 2012. (Seminário).
32. 3º SEMINÁRIO MARANHENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. O QUE MUDA NAS LICITAÇÕES E PREGÕES COM A NOVA LEI 12.349/2010. 2011. (Seminário).
33. CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS IDEHA. CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS ? NOVOS DESAFIOS. 2011. (Congresso).
34. CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS IDEHA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2011. (Congresso).
35. FOMENTA SEBRAE ESPÍRITO SANTO. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS FIRMADOS PELO SEBRAE: REAJUSTE, REACTUAÇÃO E REVISÃO. 2011. (Seminário).
36. I CONGRESSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO NORTE. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. 2011. (Congresso).
37. I CONGRESSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO NORTE. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/08: INOVAÇÕES. 2011. (Congresso).
38. III FORUM LATINOAMERICANO DE GESTÃO PÚBLICA OAB/PR - II CONGRESSO ITALO-LATINOAMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTROLE POPULAR. 2011. (Congresso).
39. SEMANA DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA ?S?. ASPECTOS POLÊMICOS DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS POR DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 2011. (Seminário).
40. XII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. AGÊNCIA REGULADORA DO ESTADO DO PARANÁ. 2011. (Congresso).



41. I CONGRESSO ITALO LATINO AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CORRUPÇÃO E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA. 2010. (Congresso).
42. I CONGRESSO JAM JURÍDICA DE LICITAÇÕES. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. 2010. (Congresso).
43. XI CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. 2010. (Congresso).
44. ASPECTOS POLÊMICOS SOBRE LICITAÇÕES. QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE LICITAÇÕES. 2007. (Seminário).
45. COMO PREVENIR, ENTRETER E SUPERAR PROBLEMAS NA CONDUÇÃO DAS LICITAÇÕES E PREGÕES. PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2007. (Seminário).
46. REPERCUSSÕES DO ESTATUTO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. REPERCUSSÕES DO ESTATUTO DA MICROEMPRESA NAS LICITAÇÕES. 2007. (Seminário).
47. REPERCUSSÕES DO ESTATUTO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA - O NOVO PANORAMA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS. REPERCUSSÕES DO ESTATUTO DA MICROEMPRESA NAS LICITAÇÕES. 2007. (Seminário).
48. SEMINÁRIO NACIONAL CONTRATOS E CONVENIOS ADMINISTRATIVOS. GESTÃO EFICAZ DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2007. (Seminário).
49. SEMINÁRIO NACIONAL CONTRATOS E CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS. GESTÃO EFICAZ DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2007. (Seminário).
50. SEMINÁRIO NACIONAL CONTRATOS E CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS. GESTÃO EFICAZ DOS CONTRATOS E RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. 2007. (Seminário).
51. VIII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA ENTRE OS REGIMES PÚBLICO E PRIVADO. 2007. (Congresso).
52. I SEMANA DE EXTENSÃO CIDADANIA SABERES E TRANSFORMAÇÕES. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM ANO ELEITORAL. 2005. (Seminário).
53. VI CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS. 2005. (Congresso).
54. V CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. ?LIMITES DA ALTERAÇÃO UNILATERAL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO. 2004. (Congresso).
55. IV SIMPÓSIO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. ?SUSPENSÃO DO CONTRATO E O INSTITUTO DA ENCAMPAÇÃO?.. 2003. (Simpósio).

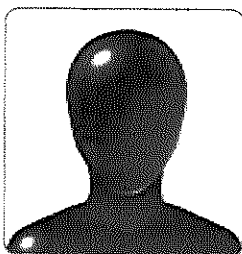


Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. MAURO BORGES DE MACEDO. LICITAÇÃO PÚBLICA NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Jose Anacleto Abduch Santos.
2. ANTONIO OSMAR PASSARELLA. DISPENSA DE LICITAÇÃO NOS CASOS DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Jose Anacleto Abduch Santos.
3. JULIO CESAR CORDOVA FERREIRA. PREGÃO ELETRÔNICO. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Jose Anacleto Abduch Santos.
4. SERGIO LUIZ ANTONIASSE. PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS NO ESTADO DO PARANÁ. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Jose Anacleto Abduch Santos.
5. PEDRO PAULO DE AVELAR. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Jose Anacleto Abduch Santos.
6. DIRCE MARIA REINEHR. PREGÃO ELETRÔNICO - UMA NOVA MODALIDADE LICITATÓRIA. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Jose Anacleto Abduch Santos.

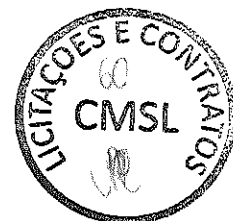


Ricardo Alexandre Sampaio

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1216782065283289>


ID Lattes: **1216782065283289**

Última atualização do currículo em 16/11/2022



Advogado inscrito na OAB-PR sob o nº 32.409. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (2001). Atuou como diretor técnico da Zênite Informação e Consultoria S.A. (2006 - 2013), Coordenador Editorial da Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF - IDAF e da Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC (2006 - 2013) e professor dos cursos de capacitação e seminários promovidos pela Zênite Informação e Consultoria S.A. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Ricardo Alexandre Sampaio
Nome em citações bibliográficas	SAMPAIO, R. A.
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/1216782065283289

Endereço

Endereço Profissional	Edgar Guimarães Advogados Associados. Alameda Presidente Taunay, 1360 Mercês 80430042 - Curitiba, PR - Brasil Telefone: (41) 32322800
-----------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2007 - 2007	Aperfeiçoamento em O Direito do Terceiro Setor. Escola Superior da Advocacia, ESA-OAB, Brasil. Título: Não há monografia. Ano de finalização: 2007.
2003 - 2004	Aperfeiçoamento em Direito Administrativo. Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, IDRFB, Brasil. Título: Não há monografia. Ano de finalização: 2004.
1996 - 2001	Graduação em Direito. Faculdade de Direito de Curitiba, FDC, Brasil. Título: A Ampla Defesa e o Contraditório nas Licitações Públicas. Orientador: Professor Mestre Daniel Ferreira.

Formação Complementar

Atuação Profissional

Edgar Guimarães Advogados Associados, EGAA, Brasil.

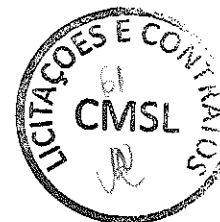
Vínculo institucional

2017 - Atual

Outras informações

Vínculo: Autônomo, Enquadramento Funcional: Advogado, Carga horária: 40
- Advogado inscrito na OAB/PR sob nº 32.409, desde 2001; - Diretor Técnico da Zênite Informação e Consultoria S.A. no período entre 2005 e 2014; - Coordenador Editorial da Revista Zênite de Licitações e Contratos ? ILC e da Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, no período entre 2006 e 2014; - Consultor integrante do quadro de consultores da Consultoria Zênite, desde 2001; - Advogado militante na área de contratação pública promovendo a representação de empresas que participam de processos licitatórios e celebram contratos com a Administração Pública, bem como a representação de agentes públicos perante os órgãos de controle externo e ações de

improbidade; - Coordenador do projeto de elaboração e revisão do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. ? Embasa; - Coautor da proposta de Regulamento Interno de Licitações e Contratos para a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, para a Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul ? Sanesul e de outras empresas estatais; - Ministrante de treinamentos e seminários sobre contratação pública pela Zênite Eventos S.A.



Membro de corpo editorial

2005 - Atual

Periódico: Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC

2005 - Atual

Periódico: Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF - IDAF

Idiomas

Italiano

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. **SAMPAIO, R. A.** Considerações iniciais a respeito da Medida Provisória nº 961. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. x, 2020.
2. **SAMPAIO, R. A.** APLICABILIDADE DO DECRETO Nº 9.507/2018 PELOS ÓRGÃOS E TRIBUNAIS QUE INTEGRAM O PODER JUDICIÁRIO FEDERAL. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 125, 2019.
3. **SAMPAIO, R. A.** OS EFEITOS DA RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.116/2019 SOBRE A APLICAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO PARA AS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 673, 2019.
4. **SAMPAIO, R. A.** EXIGÊNCIA DE GARANTIA ALÉM DA GARANTIA CONTRATUAL NAS CONTRATAÇÕES DE OBRAS FIRMADAS PELAS ENTIDADES DO SISTEMA S ? EXAME DE LEGALIDADE. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 684, 2016.
5. **SAMPAIO, R. A.** A FIXAÇÃO DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA EXAME DE INEQUILIBRILIDADE NAS LICITAÇÕES VISANDO À CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA PELAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA S. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 891, 2016.
6. **SAMPAIO, R. A.** (RE)PENSANDO O CONCEITO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO CNJ Nº 182/13. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 821, 2015.
7. **SAMPAIO, R. A.** CABIMENTO DA REPACTUAÇÃO QUANDO SUPERVENIENTE NOVA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO APLICADA AOS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO AJUSTE, MESMO NAS CONTRATAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME EMERGENCIAL PELO PRAZO MÁXIMO DE 180 DIAS. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 638, 2015.
8. **SAMPAIO, R. A.** A ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS CONTÍNUOS ? BREVE COMENTÁRIO. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 149, 2014.
9. **SAMPAIO, R. A.** IMPUGNAÇÃO DE EDITAIS DE LICITAÇÕES PROMOVIDAS POR ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA S. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 472, 2014.
10. **SAMPAIO, R. A.** A REVISÃO DO PREÇO CONTRATADO EM RAZÃO DA MAJORAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 62, 2014.
11. **SAMPAIO, R. A.** INCLUSÃO DE CLÁUSULA DE REAJUSTE EM CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA LICITADOS E CELEBRADOS SEM ESSA PREVISÃO - POSSIBILIDADE E CRITÉRIO A SER ADOTADO. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 262, 2014.
12. **SAMPAIO, R. A.** INAPLICABILIDADE DO PREGÃO À CONTRATAÇÃO DE CURSOS IN COMPANY PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 361, 2014.
13. **SAMPAIO, R. A.** 20 ANOS DE LEI Nº 8.666/93 E O QUE APRENDEMOS?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 569, 2013.
14. **SAMPAIO, R. A.** QUANDO A ECONOMIA GERADA PELO PREGÃO ELETRÔNICO É DE MAIS, O GESTOR DEVE DESCONFIAR DO PREÇO ESTIMADO DA LICITAÇÃO. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 1095, 2013.
15. **SAMPAIO, R. A.** CNDT - A CERTIDÃO POSITIVA POSTERIOR REVOGA A CERTIDÃO NEGATIVA ANTERIOR, POR QUE NÃO?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 889, 2013.



16. **SAMPAIO, R. A.** NEM TUDO QUE RELUZ É OURO! TCU VEDA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE 10% PARA INGRESSO EM FASE DE LANCES NO PREGÃO ELETRÔNICO. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 1231, 2013.
17. **SAMPAIO, R. A.** BREVE EXAME ACERCA DA DISCIPLINA SOBRE O FRACIONAMENTO DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS PELAS ENTIDADES DO SISTEMA S. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 138, 2013.
18. **SAMPAIO, R. A.** A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA TRABALHISTA E O DEVER DE A ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE ADOTAR MEDIDAS EFETIVAS QUE AFASTEM O PREJUÍZO DOS TRABALHADORES NO CASO DE INADIMPLEMENTO DA CONTRATADA. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 264, 2013.
19. **SAMPAIO, R. A.** SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO E VIGILÂNCIA - PREÇO MÁXIMO DEFINIDO PELA SLTI/MPOG X PREÇO ESTIMADO A PARTIR DE PLANILHAS DE CUSTOS. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 376, 2013.
20. **SAMPAIO, R. A.; ROSSETTI, S. M.** PRORROGAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO - CONTRATOS POR ESCOPO DO SISTEMA S. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 1015, 2013.
21. **SAMPAIO, R. A.** CONTRATOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS ? DISTINÇÕES NO QUE DIZ RESPEITO À SUBORDINAÇÃO E À REALIZAÇÃO DE TREINAMENTOS DOS TERCEIRIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 41, 2013.
22. **SAMPAIO, R. A.** TERCEIRIZAÇÃO ? UM RETRATO DA APLICAÇÃO DESSE INSTITUTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 277, 2012.
23. **SAMPAIO, R. A.** A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES DO SISTEMA ?S? COM BASE NO ART. 24, INC. XIII, DA LEI Nº 8.666/93 ? EXAME DE LEGALIDADE. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 360, 2012.
24. **SAMPAIO, R. A.** CUIDADOS QUE DEVEM SER OBSERVADOS QUANDO DA ADEÇÃO A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 472, 2012.
25. **SAMPAIO, R. A.** EXAME DAS REGRAS CONSTANTES DOS REGULAMENTOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DAS ENTIDADES DO SISTEMA ?S? A RESPEITO DA ELABORAÇÃO, DIVULGAÇÃO E DO EXERCÍCIO DO CONTROLE DO EDITAL. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 586, 2012.
26. **SAMPAIO, R. A.** A SISTEMÁTICA RECURSAL SEGUNDO OS REGULAMENTOS DE LICITAÇÕES DAS ENTIDADES DO SISTEMA ?S?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 836, 2012.
27. **SAMPAIO, R. A.; MENDES, R. G.** DÚVIDAS QUE PODEM SURTIR NA APLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7/12, DA SLTI/MPOG, QUE INSTITUI MODELO DE CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 1105, 2012.
28. **SAMPAIO, R. A.** A NOVA LEI Nº 8.666/93. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 18, 2011.
29. **SAMPAIO, R. A.** A AMEAÇA DA DITADURA DO SISTEMA. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 359, 2011.
30. **SAMPAIO, R. A.** RESOLUÇÃO CNJ Nº 98 ? AFINAL, QUAL O OBJETO DA TERCEIRIZAÇÃO?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 144, 2011.
31. **SAMPAIO, R. A.; VITA, P. H. B.** A INAPLICABILIDADE DO REGIME JURÍDICO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS AOS SERVIÇOS NOTARIAIS. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 762, 2011.
32. **SAMPAIO, R. A.** CENÁRIO NORMATIVO DO REAJUSTE DE PREÇOS EM CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS COM ALOCAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA FIRMADOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 566, 2011.
33. **SAMPAIO, R. A.** QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM LICITAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 698, 2010.
34. **SAMPAIO, R. A.** APLICAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ? BREVES APONTAMENTOS. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 59, 2010.
35. **SAMPAIO, R. A.** EXIGÊNCIA ILEGAL DE INSCRIÇÃO NO CRA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 830, 2010.
36. **SAMPAIO, R. A.** ANÁLISE CRÍTICA DA PORTARIA Nº 04/08, DA MPOG/SLTI, QUE ATUALIZA OS VALORES LIMITES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 680, 2009.
37. **SAMPAIO, R. A.** DIVULGAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO NO EDITAL DE PREGÃO ? DEVER OU FACULDADE?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 755, 2009.
38. **SAMPAIO, R. A.** INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/08 ? UM NOVO MARCO REGULATÓRIO PARA AS CONTRATAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 486, 2008.
39. **SAMPAIO, R. A.** LIMITES DA COMPETÊNCIA DO PREGOEIRO PARA O EXERCÍCIO DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 693, 2008.
40. **DOETZER, I. C. ; SAMPAIO, R. A.** A FORMAÇÃO DO CUSTO DO INSUMO TRANSPORTE NO MOMENTO DA ESTIMATIVA DO PREÇO. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. I, p. 832, 2008.
41. ★ **SAMPAIO, R. A.** A questão da preferência das micro e pequenas empresas no pregão. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 157, p. 269, 2007.
42. ★ **SAMPAIO, R. A.** A fixação dos salários dos empregados de empresas terceirizadas pela administração pública contratante ? hipótese de ilegalidade. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 159, p. 494, 2007.
43. ★ **SAMPAIO, R. A.** O contraditório nas alterações unilaterais dos contratos administrativos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 130, p. 1162, 2004.
44. **SAMPAIO, R. A.** Soluções de casos concretos em licitações em face da legalidade estrita. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 121, p. 201, 2004.

45. **SAMPAIO, R. A.** Previsão de responsabilidade solidária para a equipe de apoio nas licitações processadas pela modalidade pregão: impossibilidade jurídica. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 123, p. 453, 2004.
46. ☆ **SAMPAIO, R. A.; JUNKES, R. V.** A restrição à aquisição de bens e serviços de informática por pregão. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 113, p. 591, 2003.
47. **SAMPAIO, R. A.; ALMEIDA** . A compreensão proposta para a expressão ?desenvolvimento institucional? contida no art. 24, inc. XIII da lei nº 8.666/93. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 118, p. 1031, 2003.
48. **SAMPAIO, R. A.** O devido processo legal e a revogação das licitações. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 101, p. 592, 2002.
49. **SAMPAIO, R. A.; lima** . As propostas apresentadas pelas cooperativas e seu verdadeiro ônus para a administração. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 76, p. 484, 2000.



Livros publicados/organizados ou edições

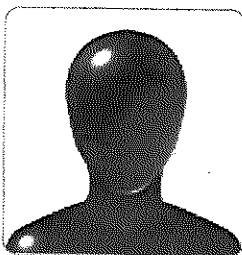
1. **SAMPAIO, R. A.; GUIMARAES, E.** . Dispensa e Inexigibilidade de Licitação: Aspectos jurídicos à luz da Lei nº 14.133/2021. 1. ed. São Paulo: Forense, 2022. v. 1.
2. ☆ **MENDES, R. G. (Org.) ; SAMPAIO, R. A. (Org.) ; JUNKES, R. V. (Org.)** . Lei de Licitações e Contratos - Anotada (colaborador). 6. ed. Curitiba: Zênite, 2005. 946p .

Capítulos de livros publicados

1. **SAMPAIO, R. A.; GUIMARAES, E.** . O EDITAL DA LICITAÇÃO: ASPECTOS GERAIS. In: Coordenado por Marcelo Harger. (Org.). Aspectos polêmicos sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133/2021. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 89-120.

Apresentações de Trabalho

1. **SAMPAIO, R. A.** DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
2. **SAMPAIO, R. A.** Seminário ?VÍCIOS E ERROS GROSSEIROS NA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES ? COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER A PARTIR DE PRECEDENTES DO TCU?. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
3. **SAMPAIO, R. A.** Seminário ?ADVOGADOS PÚBLICOS E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES ? TEMAS E NOVIDADES QUE DEVEM SER CONHECIDOS POR ASSESSORES, PROCURADORES JURÍDICOS E PROFISSIONAIS DO CONTROLE?. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
4. **SAMPAIO, R. A.** Seminário ?DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS NOS REGIMES DA LEI Nº 8.666/1993 E DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES?. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
5. **SAMPAIO, R. A.** Seminário ?40 VÍCIOS MAIS COMUNS NAS CONTRATAÇÕES DAS ESTATAIS ? COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER DE ACORDO COM O TCU?. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
6. **SAMPAIO, R. A.** 5º ENCONTRO NACIONAL DAS ESTATAIS. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

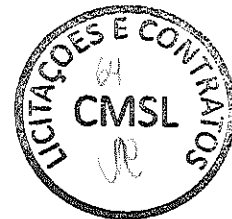


Solange Afonso de Lima

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5787029683173419>


ID Lattes: **5787029683173419**

Última atualização do currículo em 17/02/2011



advogada, mestre em Direito Econômico e Socioambiental na PUC/PR. Consultora jurídica da Zênite Informação e Consultoria S/A. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, especialmente em licitações e contratos administrativos. (Texto informado pelo autor)


Identificação

Nome	Solange Afonso de Lima
Nome em citações bibliográficas	LIMA, S. A.
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/5787029683173419

Endereço

Endereço Profissional	Zênite Informação e Consultoria S/A. Avenida Sete de Setembro, 4698 Batel 80240-000 - Curitiba, PR - Brasil Telefone: (41) 21098666 Fax: (41) 21098666 URL da Homepage: www.zenite.com.br
-----------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2008 - 2010	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 6). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC-PR, Brasil. Título: Funções econômica e social do contrato administrativo: equilíbrio econômico-financeiro., Ano de Obtenção: 2010. Orientador:  Prof. Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho. Palavras-chave: Contratos administrativos; equilíbrio econômico. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito. Graduação em Direito.
1991 - 1995	Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Formação Complementar

1996 - 1996	Extensão universitária em Aperfeiçoamento p/ Ingresso no Ministério Público. (Carga horária: 700h). Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná.
-------------	---

Atuação Profissional

Zênite Informação e Consultoria S/A, ZÊNITE, Brasil.

Vínculo institucional

1996 - Atual

Atividades

2008 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Advogada

Ensino, Cursos na área de licitações e contratos, Nível: Aperfeiçoamento
Disciplinas ministradas

Professora de Direito Administrativo, cursos de licitações e contratos

Serviços técnicos especializados.

Serviço realizado

Elaboração de orientações jurídicas em Direito Administrativo, especialmente em licitações

06/1996 - Atual

01/2004 - 04/2004

03/2001 - 02/2002

e contratos, tanto na versão escrita, quanto via telefone.
Direção e administração, Zênite eventos.
Cargo ou função
Gerente de eventos.
Direção e administração, Consultoria.
Cargo ou função
Supervisora técnica da Consultoria Zênite..



Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

Idiomas

Italiano	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Inglês	Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. **LIMA, S. A..** Coisa julgada e declaração de inconstitucionalidade. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 100, p. 375-383, 2009.
2. ★ **LIMA, S. A.; RIBEIRO, M. C. P. .** Estado empresário: considerações sobre a sociedade de economia mista. Revista Direito Empresarial (Curitiba), v. 10, p. 11-42, 2008.
3. **LIMA, S. A..** Breves considerações sobre a inexigibilidade de licitação com fulcro na exclusividade do fornecedor. Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC, v. 130, p. 1121-1126, 2004.
4. **LIMA, S. A.;** Ricardo Alexandre Sampaio . As propostas apresentadas pelas cooperativas e seu verdadeiro ônus para a Administração. Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC, v. 76, p. 484-486, 2000.
5. **LIMA, S. A..** A qualificação econômico-financeira e a apresentação de balanço patrimonial. Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC, v. 66, p. 614-619, 1999.
6. **LIMA, S. A..** A participação das microempresas e empresas de pequeno porte nos certames licitatórios - A questão da avaliação econômico-financeira. Revista Zênite de Licitações e Contratos Administrativos - ILC, v. 60, p. 82-86, 1999.
7. **LIMA, S. A..** Passagens aéreas - Impossibilidade de a Administração obter as referidas passagens de terceiro, bem como, regra geral, contratar diretamente com fulcro em dispensa - Fiscalização da execução do contrato. Revista Zênite de Licitações e Contratos - ILC, v. 57, p. 971-973, 1998.
8. Renato Geraldo Mendes ; **LIMA, S. A. .** A suspensão cautelar da eficácia do art. 7º e parágrafos da Medida Provisória nº 1.490/96 e seus reflexo sobre as contratações públicas. Revista Zênite de Licitações e Contratos Administrativos - ILC, v. 29, p. 514-516, 1996.

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. **LIMA, S. A..** Membro do Tribunal Especial e Tribunal de Recursos de Justiça e Disciplina Desportiva. 2006.

Eventos

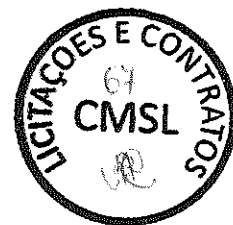
Participação em eventos, congressos, exposições e feiras



1. Dispensa e inexistência de licitação. Sistema de registro de preços. Sistema de registro de preços. 2009. (Encontro).
2. Professora no evento: Dispensa e inexistência de licitação. Sistema de registro de preços. Sistema de registro de preços. 2009. (Encontro).
3. Professora no evento: Dispensa e inexistência de licitação e Sistema de registro de preços. Sistema de registro de preços. 2009. (Encontro).
4. Professora no evento: Sistema de registro de preços e Dispensa e inexistência de licitação. Sistema de registro de preços. 2009. (Encontro).
5. Professora no evento: Sistema de registro de preços e pregão - Enfoques aplicados e práticos. Especificidades do planejamento das contratações pelo sistema de registro de preços. Acompanhamento e gerenciamento da ata e do contrato. 2009. (Seminário).
6. II Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental e Seminário Estatuto dos Povos Indígenas. 2008. (Congresso).
7. Novas Perspectivas do Direito Privado - Diálogos entre Direito Civil e Direito Empresarial. 2008. (Simpósio).
8. Por uma noção de sociedade de informação. 2008. (Simpósio).
9. Professora no evento: Aspectos polêmicos das licitações, pregões e registro de preços. A instituição e o gerenciamento do sistema de registro de preços. 2008. (Seminário).
10. Professora no evento: Capacitação e Aperfeiçoamento de Pregoeiros e Membros de Equipe de Apoio. Principais aspectos da instituição e gerenciamento do sistema de registro de preços de acordo com o Decreto nº 3.931/01. 2008. (Seminário).
11. Semana Internacional de Pesquisa em Direito e Desenvolvimento Tecnológico: da Sociedade Globalizada aos Desafios da Biomedicina. 2008. (Simpósio).
12. Workshop de pesquisa com o professor Ejan Mackaay. Tema: Liberdade de mercado, desenvolvimento e ética: o caso do comércio de sangue. 2008. (Encontro).
13. VIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2007. (Congresso).
14. Seminário de Lançamento do Livro: Curso de Direito Administrativo, de Marçal Justen Filho. 2005. (Seminário).
15. Congresso Brasileiro de Justiça e Direito Desportivo. 2003. (Congresso).
16. IV Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul. 2002. (Congresso).
17. Curso de Direito Processual Administrativo. 2000. (Outra).
18. VI Encontro Nacional de Comissões de Licitação. 2000. (Encontro).
19. VI Ciclo Nacional de Conferências e Debates sobre Temas de Administração Pública. 1999. (Outra).
20. Seminário sobre Licitação Pública. 1998. (Seminário).
21. I Congresso Sul-Americano de Direito Administrativo. 1997. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. Eduardo Villela ; Joel de Menezes Niebuhr ; Renato Geraldo Mendes ; **LIMA, S. A.** . A contratação de bens e serviços contínuos na Administração Pública de acordo com as modalidades da Lei nº 8.666/93 e pregão. 2004. (Outro).
2. **LIMA, S. A.** ; Jessé Torres Pereira Junior ; Joel de Menezes Niebuhr ; Nilton Cordoní Junior . Habilitação nas licitações públicas. 2004. (Outro).
3. **LIMA, S. A.** ; Eduardo Villela ; Joel de Menezes Niebuhr . A licitação para terceirização de serviços na Administração Pública. 2004. (Outro).
4. Diogenes Gasparini ; Joel de Menezes Niebuhr ; Eduardo Villela ; **LIMA, S. A.** . Os contratos administrativos e o seu gerenciamento pela Administração Pública. 2004. (Outro).
5. Renato Geraldo Mendes ; Joel de Menezes Niebuhr ; Carlos Pinto Coelho Motta ; Diogenes Gasparini ; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes ; **LIMA, S. A.** . 1º Encontro Nacional de Pregoeiros da Administração Pública. 2004. (Outro).



DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

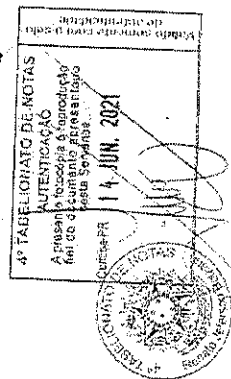
ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016

aprovadas, para substituir a menção ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento Humano-Organizacional pela menção ao cargo de Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos; **exclusão do item 'b') do artigo 18**, para excluir a atribuição constante na alínea 'b' e por conseguinte reenumerar as atribuições das alíneas 'c' e 'd', do mesmo dispositivo; e **exclusão do artigo 23**, e por conseguinte reenumerar os artigos subsequentes. (II) Foi aprovada a eleição dos membros da Diretoria para o período de 2016-2019, como segue: Recondição dos membros da Diretoria ocupantes dos cargos de Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente Executivo para mais um mandato de 03 anos, a contar da assinatura desta ata; bem como eleição de membro para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos, também com mandato de 3 anos. Foram aprovadas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, i) a reeleição do Sr. **Ronato Geraldo Mendes**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade 6.378.812-0 II/ SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 475.956.399-72, residente e domiciliado na Rua Carneiro Lobo, nº 789, apartamento 1001, Batel, em Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de Diretor Presidente, e ii) a reeleição da Sra. **Anadriacea Vicente Vieira de Almeida**, brasileira, casada, advogada registrada na OAB/PR sob o nº 26.067, inscrita no CPF sob o nº 909.921.999-72, residente e domiciliada na Rua Bom Jesus, 21, apartamento 701, em Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de Vice-Presidente Executiva. Foi também aprovada por unanimidade de votos dos acionistas presentes a eleição, para o primeiro mandato, da Sra. **Hilda Victoria Deryns Carrasco Chiarotto**, casada, administradora de empresas, CRA/PR 18817, RG: 7.778.009-2, CPF: 032.957.699-23, residente e domiciliada na Rua São Januário, 931 - Jardim Botânico, CEP: 80.210-300, em Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos. **DECLARAÇÕES:** Os membros da Diretoria declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Renato Jefferson Bolzani, em segunda-feira, 14 de junho de 2021 10:34:20 GMT-03:00. CNS: 08.321-2 - 4º Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deve ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016

relações de consumo, fé pública, ou propriedade. Em razão das deliberações previstas nos itens 'i' a 'viii' supra, alteram-se os artigos 17 e 18 e exclui-se o artigo 23, todos do Estatuto Social, passando a ter a seguinte redação:

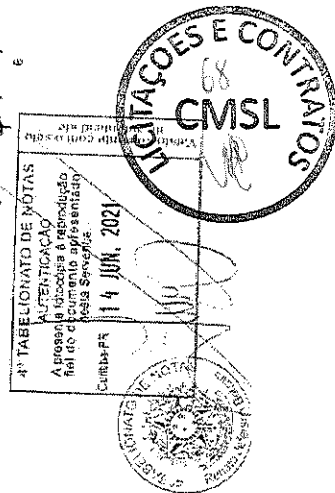
Artigo 17. A Diretoria é composta por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente Executivo e um Diretor Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos, podendo ser cumuladas as funções.

Artigo 18. Compete aos Diretores, isoladamente:

- a) praticar os atos necessários à plena realização do objeto social, atendendo às determinações da Assembleia Geral;
- b) planejar e coordenar a contratação de serviços e aquisição de bens necessários ao desenvolvimento das atividades sociais; e
- c) supervisionar e administrar os negócios e atividades da Companhia e controlar a documentação financeira, comercial e técnica.

§ 1º Compete ao Diretor Presidente as seguintes atribuições:

- a) administrar a sociedade com amplos poderes, deliberando e resolvendo todos os assuntos de interesse social;
- b) definir diretrizes e propor metas a serem alcançadas;
- c) estabelecer o plano de negócio com os seus respectivos orçamentos;
- d) convocar, presidir e instalar as Assembleias Gerais e as reuniões da Diretoria;
- e) supervisionar a ação de todos os setores, de maneira a garantir o funcionamento harmônico e eficiente dos serviços em geral;
- f) gerir e orientar a área da consultoria;
- g) representar a Sociedade, em quaisquer circunstâncias, em juízo ou fora dele, para administrar, de forma geral, a Sociedade e para executar todos os atos necessários para as operações da Sociedade, incluindo



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Renato Jefferson Bolzani, em segunda-feira, 14 de junho de 2021 10:34:20 GMT-03:00. CNS: 08.321-2 - 4º Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deve ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981
C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016**

autorização para outorgar procuração em nome da Sociedade e receber citações;

h) firmar contratos, acordos e ajustes com pessoas de direito público e privado, bem como pessoas físicas, que tenham por objeto negócios de interesse da companhia, inclusive serviços de auditoria, consultoria, assessoria, dentre outros;

i) prestar fiança em recurso para instâncias administrativas e fiscais;

j) autorizar a realização de despesas, pagamentos, assinar os cheques, bem como realizar as transações online com bancos e instituições financeiras;

k) representar a Companhia perante o Governo e todos e quaisquer órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, formulando toda classe de reivindicações, impugnações e recursos, seguindo e acompanhando todos os expedientes e procedimentos administrativos até seu término, podendo deles desistir se entender conveniente;

l) Representar a Companhia perante as aduanas e quaisquer outros órgãos oficiais nas operações de importação e exportação de mercadorias, realizando todos os atos necessários e relacionados às referidas operações;

m) realizar quaisquer operações de crédito em nome da ZÊNITE;

n) assumir ou contratar, em nome da ZÊNITE, empréstimos ou financiamentos, conceder avais ou fianças;

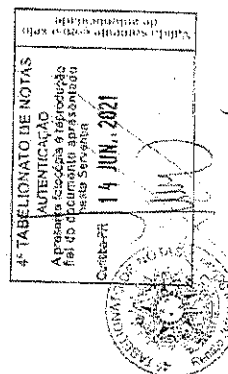
§ 2º. Compete ao Diretor Vice-Presidente Executivo as seguintes atribuições:

a) cumprir as disposições do Estatuto da Companhia;

b) atender as determinações e orientações da Assembleia Geral de Acionistas;

c) executar fielmente o planejamento e diretrizes estratégicas, táticas e operacionais da companhia, relacionados com as suas áreas de competência, sendo elas: tecnologia da informação, capacitação e administrativo, produtos, e financeiro;

d) autorizar a realização de despesas, pagamentos, assinar os cheques, bem como realizar as transações online com bancos e instituições financeiras, sendo-lhe vedado: i) realizar quaisquer operações de crédito em nome da



ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981
C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016**

ZÊNITE, subo mediante autorização expressa e específica da Assembleia Geral; ii) assumir ou contratar empréstimos ou financiamentos, conceder avais ou fianças, salvo mediante autorização expressa e específica da Assembleia Geral; iii) tomar por empréstimo recursos ou bens da ZÊNITE, salvo mediante autorização expressa e específica da Assembleia Geral;

e) zelar pela boa situação financeira da Companhia;

f) firmar contratos, acordos e ajustes com pessoas de direito público e privado, bem como pessoas físicas e assinar documentos, tais como declarações, justificativas, propostas comerciais, contrato de trabalho, sua rescisão e prorrogação, dentre outros documentos trabalhistas e comerciais de interesse da companhia;

g) adotar as medidas adequadas para tornar a Companhia mais competitiva, rentável, com maior participação no mercado e menos dependente do setor público;

h) assegurar a visão, missão, valores e cultura da Companhia;

i) manter excelente relacionamento com os clientes, notadamente os preferenciais;

j) intervir-se dos acontecimentos internos da Companhia e os externos, de modo a agir ou propor medidas eficazes;

k) viabilizar e otimizar a lucratividade nos negócios da Companhia;

l) reconhecer os gestores e colaboradores com desempenho adequado ou superior ao esperado, multando-os de forma justa e profissional;

m) identificar e propor novos negócios e oportunidades;

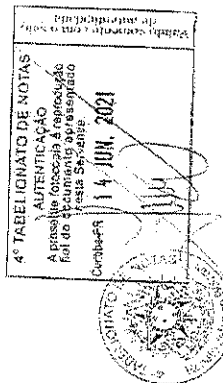
n) administrar a Companhia na ausência e afastamentos do Diretor-presidente;

o) praticar os atos necessários ao desempenho ótimo de suas funções;

p) colaborar na gestão da companhia e praticar outras atividades determinadas pela Presidência;

§ 3º Compete ao Diretor Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos:

a) cumprir as disposições do Estatuto da Companhia;

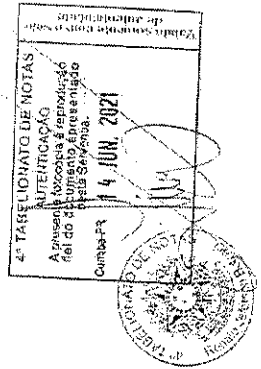


ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981
C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016**

- b) atender as determinações e orientações da Assembleia Geral de Acionistas;
- c) executar fielmente o planejamento e orientações estratégicas, táticas e operacionais da companhia, relacionadas com suas áreas de competência, sendo elas: operação de vendas, marketing e recursos humanos;
- d) firmar contratos, acordos e ajustes com pessoas de direito público e privado, bem como pessoas físicas e assinar documentos, tais como declarações, justificativas, propostas comerciais, contratos de trabalho, sua rescisão e prorrogação, dentre outros documentos trabalhistas e comerciais de interesse da companhia;
- e) adotar as medidas adequadas para tornar a Companhia mais competitiva, rentável, com maior participação no mercado e menos dependente do setor público;
- f) assegurar a visão, missão, valores e cultura da Companhia;
- g) manter excelente relacionamento com os clientes, notadamente os preferenciais;
- h) intervir-se dos acontecimentos internos da Companhia e os externos, de modo a agir ou propor medidas eficazes;
- i) viabilizar e otimizar a lucratividade nos negócios da Companhia;
- j) identificar e propor novos negócios e oportunidades;
- k) em relação aos recursos humanos: gerir e acompanhar os processos de recrutamento e seleção, avaliação de desempenho e capacitação das equipes; em conjunto com o Diretor Presidente, gerir a folha de pagamento, propondo melhorias na remuneração, gerir os processos trabalhistas e as relações sindicais, tudo em conformidade com a legislação vigente;
- l) reconhecer os gestores e colaboradores com desempenho adequado ou superior ao esperado, motivando-os de forma justa e profissional;
- m) praticar os atos necessários ao desempenho ótimo de suas funções;
- n) colaborar na gestão da companhia e praticar outras atividades determinadas pela Presidência."



ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981
C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016**

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, procedeu-se à consolidação do Estatuto Social da Companhia, que restou redigido nos seguintes termos:

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

NIRE. 41300023981
CNPJ n.º 86.781.069/0001-15

CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

"CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

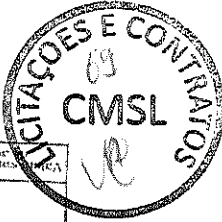
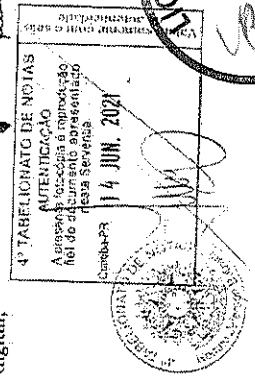
Artigo 1º. ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A. é uma sociedade anônima fechada regida por este estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Artigo 2º. A Sociedade tem sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, no 3º (terceiro) andar do Edifício Batel Office Tower, na Av. Sete de Setembro, nº 4.690/4.698.

Parágrafo único. A Companhia poderá abrir filiais, escritórios, agências ou sucursais, em qualquer parte do território nacional, ou no exterior, por deliberação da Diretoria.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto as seguintes atividades:

- Elaboração e comercialização de revistas e informativos sobre Licitações e Contratos, Direito Administrativo, Financeiro, Trabalhista, Previdenciário e demais temas e áreas do Direito para Órgãos e Entidades Públicas e Empresas Privadas, bem como consultoria e assessoria em assuntos relacionados aos mesmos;
- Editoração, comercialização e distribuição de livros e periódicos;
- Desenvolvimento, distribuição e comercialização de programas de informática e produtos em meio magnético e digital;



ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016**

- d) Concepção, planejamento e organização de congressos, encontros, seminários, simpósios, jornadas, cursos, palestras e eventos em geral;
- e) Treinamento e capacitação de recursos humanos em áreas do conhecimento técnico, científico, cultural e artístico;
- f) Edição, produção, reprodução e distribuição fonográfica e audiovisual em geral;
- g) Participação em outras sociedades, empresárias ou simples, nacionais ou estrangeiras como sócia ou acionista.

Artigo 4º. A Sociedade terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

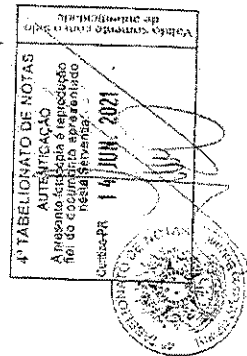
Artigo 5º. O capital social é de R\$ 3.423.447,22 (três milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e dois centavos), dividido em 118.936 (cento e dezoito mil, novecentas e trinta e seis) ações ordinárias nominativas, de classe única, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

§1º. A sociedade não emitirá certificados, cautelares ou outros documentos representativos de ações, provando-se a propriedade das mesmas pela inserção do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas.

§2º. A sociedade reconhecerá apenas um proprietário para cada ação, sendo os direitos a ela relativos exercidos por um só representante, em caso de co-propriedade.

Artigo 6º. A cada ação ordinária nominativa corresponde um voto nas deliberações sociais tomadas em assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias.

Artigo 7º. A transferência ou cessão de ações será formalizada por termo próprio, lavrado no Livro de Transferência de Ações Nominativas, que será assinado pelo cedente e peloessionário, ou por seus representantes.



11

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016**

§1º. Na transferência ou cessão de ações, os demais acionistas terão direito de preferência, na proporção das ações que já detêm, facultando-se a cessão do direito de preferência entre eles.

§2º. O acionista que desejar alienar ações deverá, antes de iniciar qualquer negociação ou contato com terceiros, comunicar sua intenção à Diretoria da Companhia, com indicação do preço que pretende receber pelas mesmas e com a especificação das demais condições.

§3º. O Diretor que houver recebido a comunicação de que trata o parágrafo anterior terá o prazo de 5 (cinco) dias para comunicar aos demais acionistas, por escrito, para que estes, no prazo de 30 (trinta) dias, possam exercer o seu direito de preferência, nos termos da proposta de venda.

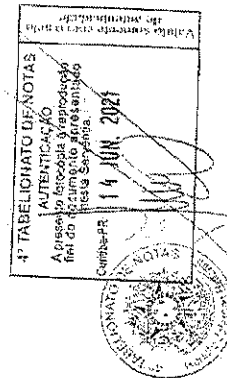
§4º. Havendo ações não adquiridas no prazo estipulado no parágrafo anterior, estas poderão ser oferecidas a terceiros.

§5º. Preliminarmente à realização da transferência ou cessão de ações a terceiros, o acionista que desejar transferir seus valores mobiliários deve comunicar sua intenção à Diretoria da Companhia, informando a quantidade de ações que pretende transferir, o valor que está sendo pelas mesmas oferecido e o nome e qualificação da pessoa interessada na aquisição.

§6º. O Diretor que houver recebido a comunicação de que trata o parágrafo anterior terá o prazo de 5 (cinco) dias para comunicar aos demais acionistas, por escrito, para que estes, no prazo de 30 (trinta) dias, possam exercer o seu direito de preferência, nos termos da proposta de compra comunicada pelo acionista vendedor.

§7º. Havendo saldo de ações não adquiridas por meio do exercício do direito de preferência, caberá aos acionistas decidir, em Assembleia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, a respeito do resgate das ações não adquiridas por meio do exercício do direito de preferência.

§8º. Não havendo deliberação no sentido do resgate de ações, na forma do parágrafo antecedente, terão os acionistas o prazo de 15 (quinze) dias para aquisição do saldo de ações, nas condições descritas na proposta de compra comunicada pelo acionista vendedor.



12

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/05/2016

§9º. Se ainda houver saldo não negociado de ações, após o vencimento do prazo referido no parágrafo anterior, este será transferido à pessoa indicada como proponente pelo acionista vendedor, na informação de que trata o §5º deste artigo.

§10º. Se todos os acionistas manifestarem por escrito seu desinteresse na aquisição das ações, e a Companhia Geral se manifestar quanto ao desinteresse no resgate destes valores mobiliários, a transferência poderá ser ultimada sem a observância dos prazos descritos nos §§ 3º a 6º deste artigo.

Artigo 8º. O valor para o reembolso de ações será o valor do patrimônio líquido das ações, apurado com base no último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III – DA ASSEMBLEIA GERAL

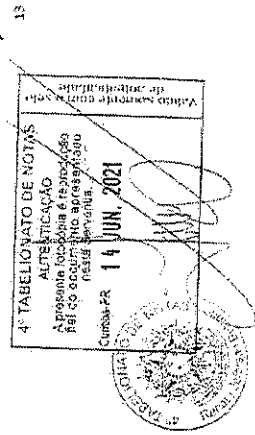
Artigo 9º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinária e anualmente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem.

Parágrafo único. As deliberações tomadas em observância ao presente estatuto e à legislação em vigor obrigam a todos os acionistas, ainda que estes não tenham comparecido à assembleia ou tenham restado vencidos na votação.

Artigo 10º. A Assembleia Geral será convocada por qualquer Diretor, ou ainda por qualquer dos integrantes do Conselho Fiscal, quando em funcionamento.

Artigo 11º. A convocação será feita por meio de publicação de editais, em jornal de grande circulação publicado na cidade de Curitiba e no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Independentemente do cumprimento das formalidades de convocação, serão consideradas válidas as deliberações tomadas em Assembleia a que compareçam todos os acionistas.



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Renato Jefferson Bozani, em segunda-feira, 14 de junho de 2021 10:34:20 GMT-03:00. CNS: 08.321-2 - 4º Tabelamento de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N.º 2.002-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelamento de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/05/2016

Artigo 12. As Assembleias Gerais serão realizadas na sede da Companhia, ou excepcionalmente, em outro local, desde que o órgão responsável pela convocação justifique a alteração de local e o indique, de forma clara, nos termos de convocação.

Artigo 13. Para poder participar das Assembleias Gerais, as pessoas presentes deverão comprovar sua qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da lei, e, depois de identificadas, assinarão o Livro de Presenças dos Acionistas.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14. A administração da sociedade compete à Diretoria.

Artigo 15. Os Diretores tomarão posse mediante assinatura de termo no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria.

Artigo 16. Os administradores estão sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos arts. 145 a 158 da Lei 6.404/76, ou nas disposições congêneres da Lei que a suceder.

CAPÍTULO V – DA DIRETORIA

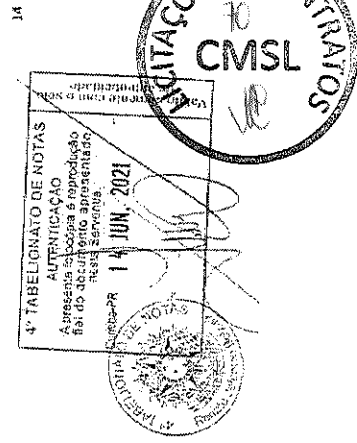
Artigo 17. A Diretoria é composta por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente Executivo e um Diretor Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos, podendo ser cumuladas as funções.

§1º. Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral.

§2º. Os Diretores terão residência e domicílio em território nacional, e não precisam integrar o quadro de acionistas da Companhia.

§3º. O prazo de gestão dos Diretores é de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

§4º. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores, salvo nos casos de destituição ou renúncia.



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Renato Jefferson Bozani, em segunda-feira, 14 de junho de 2021 10:34:20 GMT-03:00. CNS: 08.321-2 - 4º Tabelamento de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N.º 2.002-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelamento de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016**

§5º. Em caso de destituição ou renúncia do cargo de Diretor, será convocada desde logo reunião extraordinária da Assembleia Geral, para eleição de novo Diretor, cujo mandato inicial terá a duração do tempo restante do mandato do Diretor destituído ou renunciante. Enquanto não houver a posse do novo Diretor, o Diretor remanescente acumulará as funções do Diretor destituído ou renunciante.

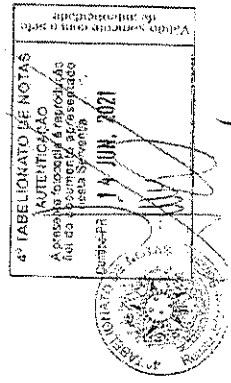
§6º. Após o encerramento de suas funções, seja por ausência de recondução, por renúncia ou por destituição, veda-se ao ex-Diretor, pelo prazo de 06 (seis) meses, a atuação, por qualquer forma e sob qualquer vínculo, em empresa que por qualquer forma concorra com a Companhia, salvo se houver expressa liberação do referido prazo pela Assembleia Geral.

Artigo 18. Compete aos Diretores, isoladamente:

- praticar os atos necessários à plena realização do objeto social, atendendo às determinações da Assembleia Geral;
- planejar e coordenar a contratação de serviços e aquisição de bens necessários ao desenvolvimento das atividades sociais; e
- supervisionar e administrar os negócios e atividades da Companhia e controlar a documentação financeira, comercial e técnica.

§ 1º Compete ao Diretor Presidente as seguintes atribuições:

- administrar a sociedade com amplos poderes, deliberando e resolvendo todos os assuntos de interesse social;
- definir diretrizes e propor metas a serem alcançadas;
- estabelecer o plano de negócio com os seus respectivos orçamentos;
- convocar, presidir e instalar as Assembleias Gerais e as reuniões da Diretoria;
- supervisionar a ação de todos os setores, de maneira a garantir o funcionamento harmônico e eficiente dos serviços em geral;
- gerir e orientar a área da consultoria;
- representar a Sociedade, em quaisquer circunstâncias, em juízo ou fora dele, para administrar, de forma geral, a Sociedade e para executar todos os atos



ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016**

necessários para as operações do cotidiano da Sociedade, incluindo autorizações para outorgar procuração em nome da Sociedade e receber citações;

- firmar contratos, acordos e ajustes com pessoas de direito público e privado, bem como pessoas físicas, que tenham por objeto negócios de interesse da companhia, inclusive serviços de auditoria, consultoria, assessoria, dentre outros;

- prestar fiança em recurso para instâncias administrativas e fiscais;

- autorizar a realização de despesas, pagamentos, assinar os cheques, bem como realizar as transações online com bancos e instituições financeiras;

- representar a Companhia perante o Governo e todos e quaisquer órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, formulando toda classe de pretensões, impugnações e recursos, seguindo e acompanhando todos os expedientes e procedimentos administrativos até seu término, podendo deles desistir se entender conveniente;

- Representar a Companhia perante as autônomas e quaisquer outros órgãos oficiais nas operações de importação e exportação de mercadorias, realizando todos os atos necessários e relacionados às referidas operações;

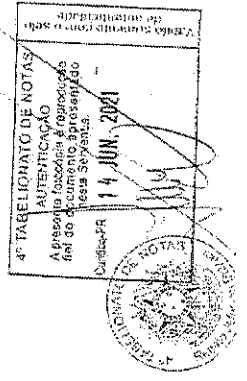
- realizar quaisquer operações de crédito em nome da ZÊNITE;

- assumir ou contratar, em nome da ZÊNITE, empréstimos ou financiamentos, conceder avais ou fianças;

§ 2º. Compete ao Diretor Vice-Presidente as seguintes atribuições:

- cumprir as disposições do Estatuto da Companhia;
- atender as determinações e orientações da Assembleia Geral de Acionistas;
- executar fielmente o planejamento e diretrizes estratégicas, táticas e operacionais da companhia, relacionados com as suas áreas de competência, sendo elas: tecnologia da informação, capacitação e administrativo, produtos, e financeiro;

- autorizar a realização de despesas, pagamentos, assinar os cheques, bem como realizar as transações online com bancos e instituições financeiras, sendo-lhe vedado: i) realizar quaisquer operações de crédito em nome da ZÊNITE;



ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016**

salvo mediante autorização expressa e específica da Assembleia Geral; **II)** assumir ou contratar empréstimos ou financiamentos, conceder avais ou fianças, salvo mediante autorização expressa e específica da Assembleia Geral; **III)** tomar por empréstimo recursos ou bens da ZÊNITE, salvo mediante autorização expressa e específica da Assembleia Geral;

e) zelar pela boa situação financeira da Companhia;
f) firmar contratos, acordos e ajustes com pessoas de direito público e privado, bem como pessoas físicas e assinar documentos, tais como declarações, justificativas, propostas comerciais, contrato de trabalho, sua rescisão e prorrogação, dentre outros documentos trabalhistas e comerciais de interesse da companhia;

g) adotar as medidas adequadas para tornar a Companhia mais competitiva, rentável, com maior participação no mercado e menos dependente do setor público;

h) assegurar a visão, missão, valores e cultura da Companhia;
i) manter excelente relacionamento com os clientes, notadamente os preferenciais;

j) inteirar-se dos acontecimentos internos da Companhia e os externos, de modo a agir ou propor medidas eficazes;

k) viabilizar e otimizar a lucratividade nos negócios da Companhia;

l) reconhecer os gestores e colaboradores com desempenho adequado ou superior ao esperado, motivando-os de forma justa e profissional;

m) identificar e propor novos negócios e oportunidades;

n) administrar a Companhia na ausência e afastamentos do Diretor-presidente;
o) praticar os atos necessários ao desempenho ótimo de suas funções;

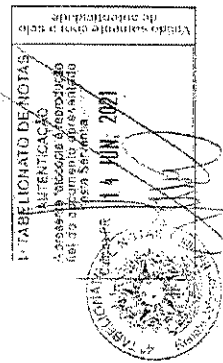
p) colaborar na gestão da companhia e praticar outras atividades determinadas pela Presidência;

§ 3º Compete ao Diretor Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos:

a) cumprir as disposições do Estatuto da Companhia;

b) atender as determinações e orientações da Assembleia Geral de Acionistas;

17



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Renato Jefferson Bolzani, em segunda-feira, 14 de junho de 2021 10:34:20 GMT-03:00. CNS: 08.321-2 - 4º Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 12/05/2016**

c) executar fielmente o planejamento e orientações estratégicas, táticas e operacionais da companhia, relacionadas com suas áreas de competência, sendo elas: operação de vendas, marketing e recursos humanos;

d) firmar contratos, acordos e ajustes com pessoas de direito público e privado, bem como pessoas físicas e assinar documentos, tais como declarações, justificativas, propostas comerciais, contratos de trabalho, sua rescisão e prorrogação, dentre outros documentos trabalhistas e comerciais de interesse da companhia;

e) adotar as medidas adequadas para tornar a Companhia mais competitiva, rentável, com maior participação no mercado e menos dependente do setor público;

f) assegurar a visão, missão, valores e cultura da Companhia;
g) manter excelente relacionamento com os clientes, notadamente os preferenciais;

h) inteirar-se dos acontecimentos internos da Companhia e os externos, de modo a agir ou propor medidas eficazes;

i) viabilizar e otimizar a lucratividade nos negócios da Companhia;

j) identificar e propor novos negócios e oportunidades;

k) em relação aos recursos humanos: gerir e acompanhar os processos de recrutamento e seleção, avaliação de desempenho e capacitação das equipes; em conjunto com o Diretor Presidente, gerir a folha de pagamento, propondo melhorias na remuneração, gerir os processos trabalhistas e as relações sindicais, tudo em conformidade com a legislação vigente;

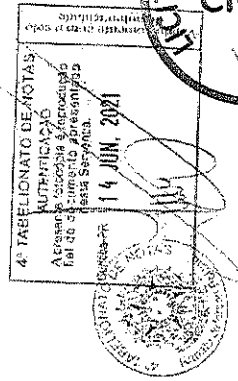
l) reconhecer os gestores e colaboradores com desempenho adequado ou superior ao esperado, motivando-os de forma justa e profissional;

m) praticar os atos necessários ao desempenho ótimo de suas funções;

n) colaborar na gestão da companhia e praticar outras atividades determinadas pela Presidência.

Artigo 19. A Companhia será representada por um de seus diretores, isoladamente, ou por procurador.

18



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Renato Jefferson Bolzani, em segunda-feira, 14 de junho de 2021 10:34:20 GMT-03:00. CNS: 08.321-2 - 4º Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/05/2016

§1º. As procurações poderão ser outorgadas por qualquer dos diretores, terão prazo determinado e deverão indicar os poderes de forma específica.

§2º. As procurações para atuação judicial ou extrajudicial de advogados podem ser outorgadas por prazo indeterminado.

Artigo 20. É vedado aos Diretores, além de outras restrições legais:

- a) representando a Companhia, prestar fiança, caução, aval ou endosso de favor em negócios alheios ao objeto social;
- b) utilizar o nome da Companhia em operações estranhas ao objeto social; e
- c) praticar atos de liberalidade às custas da Companhia, com a exceção das atividades de responsabilidade social previstas no artigo 27.

Artigo 21. Os Diretores exercerão suas funções independentemente de caução.

Artigo 22. Os Diretores receberão a remuneração fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Os Diretores serão reembolsados pelas despesas razoáveis e necessárias que fizerem no exercício de seus respectivos cargos.

CAPÍTULO VI – DO CONSELHO FISCAL

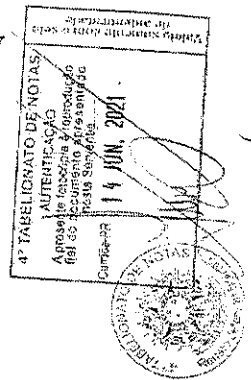
Artigo 23. O Conselho Fiscal terá funcionamento não permanente.

Artigo 24. A Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal elegerá os membros deste, fixando os respectivos honorários.

Artigo 25. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, residentes e domiciliados no Brasil, que não precisam integrar o quadro de acionistas da Companhia.

CAPÍTULO VII – DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

19



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Renato Jefferson Bolzan, em segunda-feira, 14 de junho de 2021 10:34:20 GMT-03:00. CNS: 08.321-2 - 4º Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/05/2016

Artigo 26. Além da prática dos atos necessários à realização das atividades descritas no objeto social, os Diretores estão autorizados à promoção de ações de responsabilidade social da empresa, abrangendo apoio a projetos culturais e assistenciais, a doação de recursos a entidades filantrópicas e outras atividades congêneres.

Parágrafo Único. Caso as despesas com tais atividades envolvam despesas superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em um exercício social, o aporte de recursos financeiros adicionais dependerá de autorização da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII – DO EXERCÍCIO SOCIAL

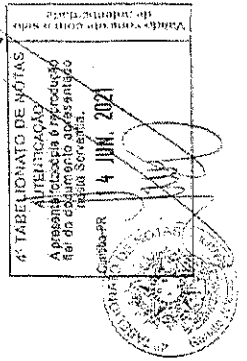
Artigo 27. O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 28. Do resultado do exercício serão deduzidos antes de qualquer participação os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e, do resultado remanescente, serão deduzidas, se for o caso, as participações de que trata o art. 190 da Lei nº 6.404/76, que deverão ser atribuídas pela assembleia geral nos limites legais.

Artigo 29. O lucro líquido verificado após as deduções previstas no artigo anterior e ajustado na forma legal, terá a destinação que for estabelecida pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, atendendo-se para os seguintes parâmetros de destinação:

- a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, para pagamento dos dividendos aos acionistas.

20



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Renato Jefferson Bolzan, em segunda-feira, 14 de junho de 2021 10:34:20 GMT-03:00. CNS: 08.321-2 - 4º Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/05/2016

Artigo 30. É facultado à Companhia, a critério da Assembleia Geral, levantar balanços intermediários, com ou sem a distribuição de dividendos, que serão declarados e distribuídos por deliberação da Assembleia Geral e mediante proposta da Diretoria.

CAPÍTULO VIII – DA ARBITRAGEM

Artigo 31. A Companhia, seus acionistas, administradores e conselheiros fiscais obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, derivada da aplicação, validade, eficácia ou interpretação deste Estatuto, ou ainda decorrente da aplicação de disposições constantes da Lei de Sociedades Anônimas e outras leis aplicáveis à Companhia.

§1º. A arbitragem será instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná, com a ressalva das disposições especiais constantes da presente cláusula arbitral, em especial as relativas ao processamento de recurso.

§2º. A arbitragem será sigilosa.

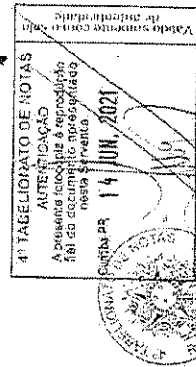
§3º. A arbitragem será dirigida e julgada por árbitro único, designado pelo Presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná, sendo possível a oposição a esta designação no prazo de 5 (cinco) dias a contar da comunicação, pela Câmara de Arbitragem, do nome do árbitro às partes.

§4º. A arbitragem será realizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, onde será proferida a sentença arbitral.

§5º. O idioma da arbitragem será o português.

§6º. O árbitro e o tribunal arbitral recusal estão obrigados a decidir qualquer litígio observando a estrita aplicação da lei brasileira pertinente, vedando-se o julgamento por equidade.

§7º. A sentença arbitral, monocrática ou recusal, não será sujeita à homologação ou a qualquer recurso perante o Poder Judiciário. Como parte integrante da sentença, o árbitro, ou o tribunal arbitral recusal, deve determinar a condenação da parte vencida nos custos e honorários advocatícios.



Page 5 21

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Renato Jefferson Bolzan, em segunda-feira, 14 de junho de 2021 10:34:20 GMT-03:00. CNS: 08.321-2 - 4ª Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981

C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/05/2016

razáveis.

§9º. A parte vencida na sentença arbitral poderá promover, perante a própria Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná, procedimento recusal, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da comunicação da sentença arbitral.

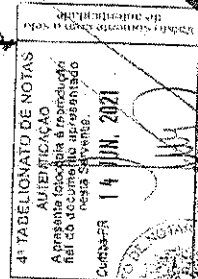
§9º. A parte que provocar o procedimento recusal deverá arcar integralmente com as custas do procedimento arbitral recusal.

§10º. O tribunal arbitral recusal será composto por 3 (três) árbitros. Cada parte indicará um árbitro, e estes co-árbitros indicarão o terceiro árbitro, que atuará como presidente. Caso não haja acordo quanto à indicação do terceiro árbitro, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da nomeação dos demais árbitros, a indicação caberá ao Presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná, sendo possível a oposição a esta designação no prazo de 5 (cinco) dias a contar da comunicação, pela Câmara de Arbitragem, do nome do árbitro às partes.

§11º. O procedimento arbitral recusal será sumário, abrangendo a apresentação de razões e contra-razões recursais e, critério dos árbitros, outras manifestações que se tornarem necessárias, sem que, entretanto, seja possível a renovação das provas já produzidas na primeira fase do procedimento arbitral, encerrada com a prolação da sentença monocrática.

§12º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, olege-se, com a exclusão de qualquer outro, o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, quando e se necessário, para fins exclusivos de obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos cautelatórios de natureza preventiva, provisória ou permanente, como garantia ao procedimento arbitral a ser iniciado ou já em curso entre as Partes e/ou para garantir a existência e a eficácia do procedimento arbitral."

Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião.



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Renato Jefferson Bolzan, em segunda-feira, 14 de junho de 2021 10:34:20 GMT-03:00. CNS: 08.321-2 - 4ª Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ZÊNTE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981
C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

Os Diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de condenação e pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

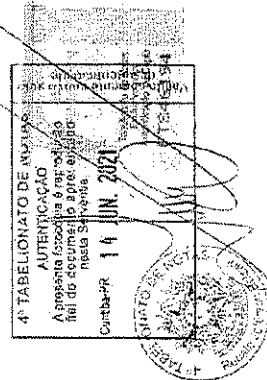
Curitiba, 12 de maio de 2016.

Renato Geraldo Mendes
Renato Geraldo Mendes
Diretor-Presidente

Renato Geraldo Mendes
Renato Geraldo Mendes

Hilda Victoria Peres Carrasco Chiaretti
Hilda Victoria Peres Carrasco Chiaretti
Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos

Anadrieca Vieira de Almeida
Anadrieca Vieira de Almeida
Vice-Presidente Executiva



2

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Renato Jefferson Bolzani, em segunda-feira, 14 de junho de 2021 10:34:20 GMT-03:00. CNS: 08.324-2 - 4º Tabelionato de Notas de Curitiba/PR, nos termos da medida provisória N.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/verificacao. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

NITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981
C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Ordinária
realizada em 22/04/2019**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de abril de 2019, às 15:00 horas, em primeira convocação, na sede da Companhia, na Avenida Sete de Setembro, 4.698, 3º andar, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

PRESEÇA: acionistas representando a totalidade do capital social votante, conforme assinaturas no livro de presenças.

PUBLICAÇÕES LEGAIS: Edital de convocação: dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei 6.404/1976.

Documentos da Administração: Demonstrações Financeiras da companhia referentes ao exercício de 2018 publicadas no Diário Oficial do Estado - Edição nº 10399, de 21/03/2019, pág. 47 e no Jornal Bem Paraná - Edição nº 11.116, de 21/03/2019, pág. 19 do Caderno Publicidade Legal.

MESA: Presidente: Renato Geraldo Mendes. Secretária: Alexandra Melek Lorenzetti.

ORDEM DO DIA: (I) Aprovação dos relatórios de administração e das demonstrações financeiras do exercício de 2018; (II) Deliberar sobre a distribuição de dividendos; (III) Deliberar e aprovar a eleição dos membros da Diretoria para o período de 2019-2022, com a recondução dos membros ocupantes do cargo de Diretor Presidente, de Diretor Vice-Presidente Executivo e de Diretor Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos.

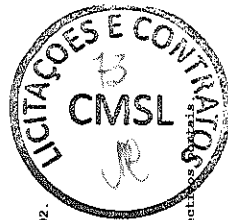
DELIBERAÇÕES TOMADAS: Colocadas as matérias em discussão, os Acionistas representando a totalidade do capital social deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos, as matérias constantes da ordem do dia, nos seguintes

Renato Geraldo Mendes
Renato Geraldo Mendes



CERTIFICADO O REGISTRO EM 14/05/2019 13:06 SOB Nº 20192757792.
PROCOLO: 192157792 DE 13/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
192157792.192157792.192157792.192157792.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCHIA
CURITIBA, 14/05/2019
www.empresafacil.pr.gov.br



A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos sites.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Ata da Assembleia Geral Ordinária
realizada em 22/04/2019

termos: (I) Após apresentação, pela Diretoria, do relatório da administração e demonstrações financeiras relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, cujo balanço foi devidamente publicado, na forma do artigo 133, da Lei 6.404/76, foram prestados os esclarecimentos devidos e restaram as Contas e demonstrações financeiras do período mencionado aprovadas sem ressalvas; (II) Quanto à distribuição de dividendos, os Acionistas ratificam integralmente, sem qualquer ressalva, a destinação e distribuição de dividendos, ficando retido na Companhia o percentual de 5% (cinco por cento), à título de reserva legal. (III) Foram aprovadas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, a) a reeleição do Sr. Renato Geraldo Mendes, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade 6.378.812-0 II/ SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 475.956.399-72, residente e domiciliado na Rua Carneiro Lobo, nº 589, apartamento 1001, Batel, em Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de Diretor Presidente, b) a reeleição da Sra. Anadrieca Vicente Vieira de Almeida, brasileira, casada, advogada registrada na OAB/PR sob o nº 26.067, inscrita no CPF sob o nº 909.921.999-72, residente e domiciliada na Rua Bom Jesus, 21, apartamento 701, em Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de Vice-Presidente Executiva, c) a reeleição da Sra. Hilda Victoria Deryns Carrasco Chiaretto, casada, administradora de empresas, CRA/PR 18817, RG: 7.778.009-2, CPF: 032.957.699-23, residente e domiciliada na Rua Francisco Rocha, 1.531, apartamento 22, Bigorrião, em Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos. DECLARAÇÕES: Os membros da Diretoria declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou propriedade. X

[Assinatura]

CERTIFICADO O REGISTRO EM 14/05/2019 13:06 SOB Nº 20192757792.
PROTOCOLO: 192757792 DE 13/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902144719. NIRE: 41300023981.



ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A
LEANDRO MARCOS RAYNER BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 14/05/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

Ata da Assembleia Geral Ordinária
realizada em 22/04/2019

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensão a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada.

Curitiba, 22 de abril de 2019.

Mesa:

[Assinatura]
Renato Geraldo Mendes
Presidente

[Assinatura]
Alexandra Melek Lorenzetti
Secretária

Acionistas:

[Assinatura]
Renato Geraldo Mendes

[Assinatura]
Anadrieca Vicente Vieira de Almeida

[Assinatura]
Hilda Deryns Carrasco Chiaretto

[Assinatura]
Maria Renata Portieri Senhorinho Mendes
p.p. Renato Geraldo Mendes

Diretores:

[Assinatura]
Renato Geraldo Mendes
Diretor Presidente

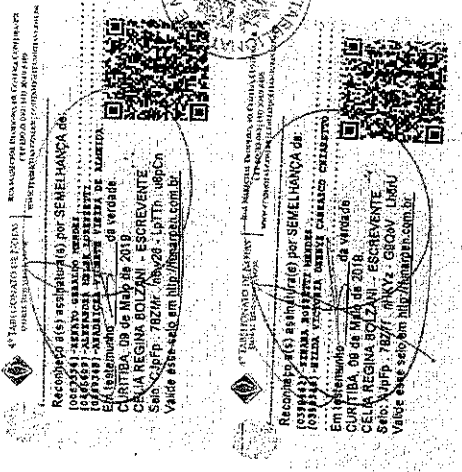
[Assinatura]
Anadrieca Vicente Vieira de Almeida
Diretora Vice-Presidente Executiva

[Assinatura]
Hilda Victoria Deryns Carrasco Chiaretto
Diretora Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos

CERTIFICADO O REGISTRO EM 14/05/2019 13:06 SOB Nº 20192757792.
PROTOCOLO: 192757792 DE 13/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11902144719. NIRE: 41300023981.



ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A
LEANDRO MARCOS RAYNER BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 14/05/2019
www.empresafacil.pr.gov.br



ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.
N.I.R.E. 41300023981
C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**TERMO DE POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA
ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A**
GESTÃO 2019 - 2022

De conformidade com o resultado da eleição ocorrida na Assembleia Geral da Empresa Zênite Informação e Consultoria S.A realizada no dia 22/04/2019, tomam posse os membros eleitos da Diretoria Executiva, para um mandato de 3 (três) anos, a partir de 22/04/2019 até 22/04/2022 conforme relacionados abaixo:

DIRETOR-PRESIDENTE: RENATO GERALDO MENDES, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade 6.378.812-o II/SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 475.956.399-72, residente e domiciliado na Rua Carneiro Lobo, nº 589, apartamento 1001, Batel, em Curitiba, Estado do Paraná.

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVA: ANADRICEA VICENTE VIEIRA DE ALMEIDA, brasileira, casada, advogada registrada na OAB/PR sob o nº 26.067, inscrita no CPF sob o nº 909.921.999-72, residente e domiciliada na Rua Bom Jesus, 21, apartamento 701, em Curitiba, Estado do Paraná.

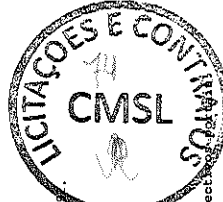
VICE-PRESIDENTE DE MERCADO E RECURSOS HUMANOS: HILDA VICTORIA DERNYS CARRASCO CHIARETTO, casada, administradora de empresas, CRA/PR 18817, RG: 7.778.009-2, CPF: 032.957.699-23, residente e domiciliada na Rua Francisco Rocha, 1.531, apartamento 22, Bigorrrilho, em Curitiba, Estado do Paraná.

Renato

CERTIFICADO O REGISTRO EM 14/05/2019 13:06 SOB Nº 20192757792. PROTOCOLO: 192757792 DE 13/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11902144719. NIRE: 41300023981. ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A. LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAYA SECRETÁRIO-GERAL CURITIBA, 14/05/2019 www.empresafacil.pr.gov.br



A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação



CERTIFICADO O REGISTRO EM 14/05/2019 13:06 SOB Nº 20192757792. PROTOCOLO: 192757792 DE 13/05/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11902144719. NIRE: 41300023981. ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A. LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAYA SECRETÁRIO-GERAL CURITIBA, 14/05/2019 www.empresafacil.pr.gov.br



A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981
C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
realizada em 29/04/2022**

financeiras relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, cujo balanço foi devidamente publicado, na forma do artigo 133, da Lei 6.404/76, foram prestados os esclarecimentos devidos e restaram as Contas e demonstrações financeiras do período mencionado aprovadas sem ressalvas; (II) Quanto à distribuição de dividendos, os Acionistas ratificam integralmente, sem qualquer ressalva, a destinação e distribuição de dividendos, que será realizada em momento oportuno, ficando retido na Companhia o percentual de 5% (cinco por cento), à título de reserva legal. (III) Foram aprovadas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, a) a reeleição do Sr. Renato Geraldo Mendes, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade 6.378.812-0 II/ SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 475.956.399-72, residente e domiciliado na Rua Carneiro Lobo, nº 589, apartamento 1001, Batel, em Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de Diretor Presidente, b) a reeleição da Sra. Anadrieca Vicente Vieira de Almeida, brasileira, casada, advogada registrada na OAB/PR sob o nº 26.067, inscrita no CPF sob o nº 909.921.999-72, residente e domiciliada na Rua Bom Jesus, 21, apartamento 701, em Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de Vice-Presidente Executiva, c) a reeleição da Sra. Hilda Victoria Dernys Carrasco Chiaretto, casada, administradora de empresas, CRA/PR 18817, RG: 7.778.009-2, CPF: 032.957.699-23, residente e domiciliada na Rua Francisco Rocha, 1.531, apartamento 22, Bigorrrilho, em Curitiba, Estado do Paraná, para o cargo de Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos. **DECLARAÇÕES:** Os membros da Diretoria declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981
C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
realizada em 29/04/2022**

e suspensão a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada.

Curitiba, 29 de abril de 2022.

Mesa:

Renato Geraldo Mendes **Anadrieca Vieira Vicente de Almeida**
Presidente Secretária

Acionistas:

Renato Geraldo Mendes **Sinara Rossetti Mendes**

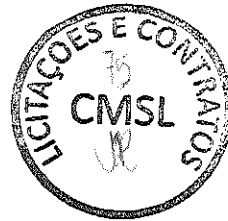
Anadrieca Vicente Vieira de Almeida **Hilda Dernys Carrasco Chiaretto**

Maria Renata Portieri Senhorinho Mendes
p.p. Renato Geraldo Mendes

Diretores:

Renato Geraldo Mendes **Anadrieca Vicente Vieira da Almeida**
Diretor Presidente Diretora Vice-Presidente Executiva

Hilda Victoria Dernys Carrasco Chiaretto
Diretora Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos



ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981
C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

**TERMO DE POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA DA
ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.
GESTÃO 2022 - 2025**

De conformidade com o resultado da eleição ocorrida na Assembleia Geral da Empresa Zênite Informação e Consultoria S.A realizada no dia 29/04/2022, tomam posse os membros eleitos da Diretoria Executiva, para um mandato de 3 (três) anos, a partir de 23/04/2022 até 29/04/2025 conforme relacionados abaixo:

DIRETOR-PRESIDENTE: RENATO GERALDO MENDES, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade 6.378.812-o II/SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 475-956.399-72, residente e domiciliado na Rua Carneiro Lobo, nº 589, apartamento 1001, Batel, em Curitiba, Estado do Paraná.

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVA: ANADRICEA VICENTE VIEIRA DE ALMEIDA, brasileira, casada, advogada registrada na OAB/PR sob o nº 26.067, inscrita no CPF sob o nº 909.921.999-72, residente e domiciliada na Rua Bom Jesus, 21, apartamento 701, em Curitiba, Estado do Paraná.

VICE-PRESIDENTE DE MERCADO E RECURSOS HUMANOS:
HILDA VICTORIA DERNYS CARRASCO CHIARETTO, casada, administradora de empresas, CRA/PR 18817, RG: 7.778.009-2, CPF: 032-957.699-23, residente e domiciliada na Rua Francisco Rocha, 1.531, apartamento 22, Bigorrrilho, em Curitiba, Estado do Paraná.

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.

N.I.R.E. 41300023981
C.N.P.J./M.F. n.º 86.781.069/0001-15

Os Diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

Curitiba, 29 de abril de 2022.

Renato Geraldo Mendes
Diretor-Presidente

Hilda Victoria Dernys Carrasco Chiaretto
Vice-Presidente de Mercado e Recursos Humanos

Anadricea Vicente Vieira de Almeida
Vice-Presidente Executiva



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A consta assinado digitalmente por:

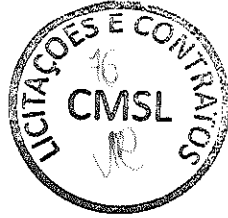
IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
03295769923	HILDA VICTORIA DERNYS CARRASCO CHIARETTO
47595639972	RENATO GERALDO MENDES
88648209987	SINARA ROSSETTI MENDES
90992199972	ANADRICEA VICENTE VIEIRA DE ALMEIDA

CERTIFICADO O REGISTRO EM 03/05/2022 12:11 SOB Nº 2022731850.
PROTOCOLO: 222731850 DE 03/05/2022.
CODIGO DE VERIFICAÇÃO: 1220557074. CNPJ DA SEDE: 86781069000115.
NIRE: 41300023981. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 29/04/2022.
ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCIAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.espresafacil.pr.gov.br

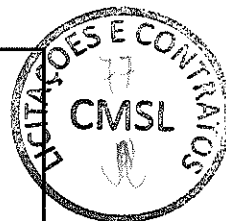
A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à verificação de sua autenticidade nos respectivos portais, incluindo suas respectivas cópias de verificação.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 86.781.069/0001-15 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/02/1994
NOME EMPRESARIAL ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ZENITE EDITORA		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.61-0-02 - Comércio varejista de jornais e revistas 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 58.13-1-00 - Edição de revistas 58.11-5-00 - Edição de livros 59.13-8-00 - Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão 58.23-9-00 - Edição integrada à impressão de revistas 59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade 59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO AV SETE DE SETEMBRO	NÚMERO 4698	COMPLEMENTO ANDAR 3
CEP 80.240-000	BAIRRO/DISTRITO BATEL	MUNICÍPIO CURITIBA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@ZENITE.COM.BR		TELEFONE (41) 2109-8666
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 13/06/2023 às 14:01:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO



**CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL**

Certidão nº: 10.562.733

CNPJ: 86.781.069/0001-15

Nome: ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 09:57 do dia 16/06/2023.

Código de autenticidade da certidão: 4DAF57560C2A456279DF67E87A1CF05ED1

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

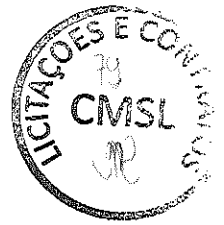
Válida até 14/09/2023 – Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade
da certidão utilizando um leitor de QRCode.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030215056-27

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **86.781.069/0001-15**
Nome: **ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

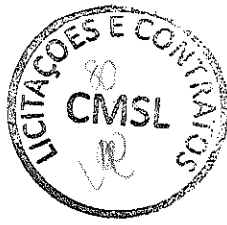
Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 22/08/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A
CNPJ: 86.781.069/0001-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:54:37 do dia 06/01/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/07/2023.

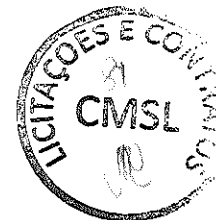
Código de controle da certidão: **F6B3.3EF1.B41F.A044**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO VENCIDA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A
CNPJ: 86.781.069/0001-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

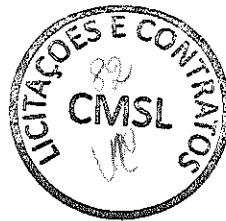
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:11:03 do dia 31/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/01/2024.

Código de controle da certidão: **4FC9.26FF.B0CA.F6A0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 86.781.069/0001-15
Razão Social: ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA SA
Endereço: AV SETE DE SETEMBRO 4698 ANDAR 3 / BATEL / CURITIBA / PR / 80240-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/06/2023 a 05/07/2023

Certificação Número: 2023060600455142474214

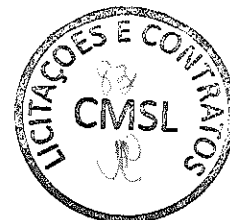
Informação obtida em 13/06/2023 13:47:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CERTIDÃO VENCIDA

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 86.781.069/0001-15
Razão Social: ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA SA
Endereço: AV SETE DE SETEMBRO 4698 ANDAR 3 / BATEL / CURITIBA / PR / 80240-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

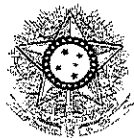
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/08/2023 a 31/08/2023

Certificação Número: 2023080205131902670670

Informação obtida em 11/08/2023 11:20:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 86.781.069/0001-15

Certidão nº: 16962169/2023

Expedição: 24/04/2023, às 09:17:06

Validade: 21/10/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ~~ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A (MATRIZ E FILIAIS)~~, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **86.781.069/0001-15**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

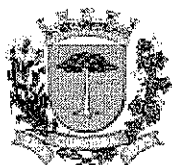
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

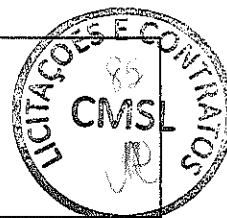
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

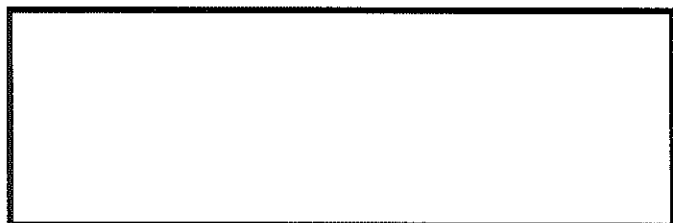


**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE RENDAS MOBILIÁRIAS**



CONSULTA DE DADOS CADASTRAIS



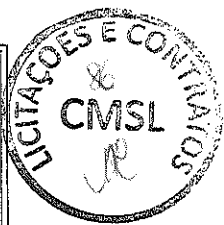
NOME EMPRESARIAL/NOME DA PESSOA ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A				
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 17 01 287.652-2			CNPJ/CPF 86.781.069/0001-15	
ENDEREÇO AV. SETE DE SETEMBRO				NÚMERO 4698
UNIDADE 301	ANDAR 03	COMPLEMENTO	BAIRRO BATEL	CEP 80240-000
INÍCIO DA ATIVIDADE 23/02/1994			SITUAÇÃO DO CADASTRO ATIVA	
NÚMERO DO ALVARÁ 000.949.834		DATA EMISSÃO 24/09/2010		DATA EXPIRAÇÃO
TIPO DE INSTALAÇÃO/FORMAS DE ATUAÇÃO ESCRITÓRIO				
ATIVIDADES				
AS ATIVIDADES SOLICITADAS DEVERÃO SER EXERCIDAS CONFORME A FORMA DE ATUAÇÃO INFORMADA				
M.70.2.0-4/00.00 ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA				
J.59.2.0-1/00.00 ATIVIDADES DE GRAVAÇÃO DE SOM E DE EDIÇÃO DE MÚSICA				
J.59.1.2-0/99.00 ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE				
J.59.1.1-1/99.00 ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE				
G.47.6.1-0/02.00 COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS E REVISTAS				
G.47.6.1-0/01.00 COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS				
J.62.0.3-1/00.00 DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS				
J.59.1.3-8/00.00 DISTRIBUIÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEO E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO				
J.58.1.1-5/00.00 EDIÇÃO DE LIVROS				
J.58.1.3-1/00.00 EDIÇÃO DE REVISTAS				
J.58.2.3-9/00.00 EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO DE REVISTAS				
K.64.6.3-8/00.00 OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS				
J.59.1.1-1/02.00 PRODUÇÃO DE FILMES PARA PUBLICIDADE				
N.82.3.0-0/01.00 SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS				
P.85.9.9-6/04.00 TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL				



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

Emitido Eletronicamente via Internet
26/10/2020 - 15:16:50

Versão P.4.0.1.4.1641 (03/09/2018)

	SINTEGRA Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Paraná		
---	--	--	--

IDENTIFICAÇÃO
 Cadastro atualizado até
 a data da consulta

 Data/Hora Host
CELEPAR
 23/09/2019 - 10:15:48

CNPJ:	86.781.069/0001-15	Inscrição Estadual:	10198056-18
Nome Empresarial:	ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A		

ENDEREÇO

Logradouro:	AV SETE DE SETEMBRO		
Número:	4698	Complemento:	3 ANDAR
Bairro:	BATEL		
Município:	CURITIBA	UF:	PR
CEP:	80.240-000	Telefone:	(41)3313-1616
E-mail:	NÃO CADASTRADO		

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

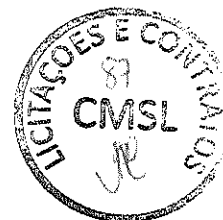
Atividade Econômica Principal:	7020400 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA
Início das Atividades:	03/1994
Situação Atual:	HABILITADO - DESDE 03/1994
Situação Cadastral:	ATIVO - DESDE 03/1994
SPED (EFD, NF-e, CT-e):	Maiores informações clique aqui

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

[Consultar novo contribuinte do Paraná](#)
[Acessar cadastro de outros Estados](#)



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 30/06/2023 13:27:03

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A**
CNPJ: **86.781.069/0001-15**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Data e hora da consulta: 27/03/2023 18:09

Usuário: ***.180.784-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
70011	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
06.015.041/0001-38	AV.ARISTEU DE ANDRADE,377,FAROL MACEIÓ-AL.	57051-090
Município	UF	Telefone
MACEIO	AL	(082) 2122-7700

Ano	Tipo	Número
2023	NE	242

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167675	1000000000	339039	70390	AL CAPPAC

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
27/03/2023	Ordinário	0002379-04.2023.6.02	-	5.450,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
86.781.069/0001-15	ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A	80240-000
Endereço		
SETE DE SETEMBRO 4698 ANDAR 3 BATEL		
Município	UF	Telefone
CURITIBA	PR	(41) 2109-8666

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
96	INEXIGIBILIDADE	LEI 8.666 / 1993	25	-	-	-

Descrição

Contratação do curso A Virada de Chave para a Aplicação imediata e Segura da Nova Lei de Licitações da Empresa ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A, conforme Memorando 433 (1262711), Decisão nº 1055 (1267302) / 2023 - TRE-AL/PRE/GPRES, SEI 0002379-04.2023.6.02.8000.

Local da Entrega

Tribunal Regional Eleitoral

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Data e hora da consulta: 27/03/2023 18:09

Usuário: ***.180.784-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	5.450,00

Subelemento 48 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Contratação do curso "A Virada de Chave para a Aplicação imediata e Segura da Nova Lei de Licitações" da Empresa ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A, a fim de garantir a participação do Secretário de Administração a ser realizado em Brasília/DF, no período de 03 a 05 de abril de 2023 com carga horária de 18h, conforme Parecer nº 402 (1266191), Memorando 433 (1262711), Decisão nº 1055 (1267302) / 2023 - TRE-AL/PRE/GPRES, SEI 0002379-04.2023.6.02.8000.	5.450,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
27/03/2023	Inclusão	1,00000	5.450,0000	5.450,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa

JOSE RICARDO ARAUJO E SILVA

***.180.784-**

27/03/2023 18:09:40

Gestor Financeiro

AGNALDO QUINTELA DOS SANTOS

***.141.015-**

27/03/2023 16:36:01

Versão	Data/Hora	Operação
002	27/03/2023 18:09:40	Alteração

Curitiba, julho de 2023.

A **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A**, estabelecida na Avenida Sete de Setembro, 4.698, 3º e 4º andares, Batel, Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.781.069/0001-15 e inscrição estadual nº 10198056-18, por intermédio de sua Coordenadora de Processos Jurídicos e Procuradora, vem por meio desta, prestar alguns esclarecimentos acerca dos preços praticados para seus eventos.

A Zênite adota uma política de preços e descontos uniforme aplicada para todos os clientes interessados na contratação dos seus produtos e serviços, a exemplo dos eventos; e seus preços são condizentes com a realidade de mercado.

Esses valores são revisados em virtude de majorações em itens/encargos que refletem diretamente no valor final da composição dos preços dos eventos, como aumento dos valores de terceiros e fornecedores (a exemplo de recursos tecnológicos, plataformas e sistemas para operacionalização do curso, honorários dos palestrantes e de terceiros), bem como despesas administrativa e de estrutura (como custo de mão de obra decorrente da nova convenção coletiva de trabalho), entre outros custos e insumos.

Dentro desta realidade de recomposição de custos, temos que considerar que os cursos no formato online exigem investimentos em tecnologia e equipamentos. A qualidade nas transmissões das aulas depende da atualização do aparato tecnológico.

A partir desse cenário, o reajuste de preço dos cursos on line Zênite, no formato aberto terão um reajuste na ordem de 5,6%, a partir de 01 de julho de 2023.

Em vista disso, os valores da inscrição dos cursos *on line* que ocorrerão a partir de 01 de julho de 2023, conforme a carga horária serão os seguintes:

- ✓ 12 (doze) horas será de R\$ 2.115,00
- ✓ 16 (dezesesseis) horas será de R\$ 2.455,00
- ✓ 20 (vinte) horas será de R\$ R\$ 2.970,00
- ✓ 24 (vinte e quatro) horas será de R\$ 3.570,00.¹

Ademais, tendo em vista que os valores dos cursos, como regra, não são fixados em função do seu conteúdo, mas em função da carga horária, não é relevante a temática central para embasar a justificativa dos preços.

Importante observar que, eventualmente, poderão ocorrer cursos/eventos/encontros que envolvam uma estrutura diferenciada de tecnologia e transmissão, número de professores envolvidos e/ou em função de campanhas específicas tenham preços diferenciados, mas que serão aplicados a todos os clientes.

Para demonstrar referida política e a razoabilidade do preço a ser cobrado desta instituição para a participação no Curso *on line* "DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021", a ser realizado entre os dias 30 de agosto a 01 de setembro, na modalidade *on line*, estamos encaminhando cópia de **propostas**

¹Para os eventos realizados até julho de 2023 os valores da inscrição dos cursos *on line* correspondem a

12h (doze horas) R\$ 2.000,00

16 h (dezesesseis horas) R\$ 2.3200,00

20 (vinte horas) R\$ 2.810,00

24 (vinte e quatro horas) R\$ 3.372,00

formalizadas junto a outros órgãos e instituições para a participação no mesmo evento aqui mencionado.

Cumpra esclarecer que, haja vista estarmos no início das comercializações de inscrições com os valores reajustados (como acontece com o Curso: "DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021", a ser realizado entre os dias 30 de agosto a 01 de setembro, na modalidade on line), não temos ainda nenhuma nota de empenho, contrato ou outro instrumento equivalente devidamente celebrado, que contemple a contratação de eventos com valores de tabela de julho de 2023. Assim, por ora, enviaremos as propostas relativas a esse evento que demonstram o mesmo valor. Caso se faça necessário, futuramente, podemos encaminhar as notas de empenho ou documento equivalente deste evento específico, assim que as obtivermos, desde que solicitado.

Em vista do esclarecimento supra considera-se que a razoabilidade do preço cobrado pela Zênite resta demonstrada, seguindo as orientações legais e normativas sobre o tema.

Deste modo, certos de que as informações prestadas no momento são aptas a justificar os valores praticados, continuamos à disposição para outros esclarecimentos.

ALEXANDRA MELEK Assinado de forma digital por
LORENZETTI:75772 ALEXANDRA MELEK
981900 LORENZETTI:75772981900
Dados: 2023.06.30 14:46:18
+03'00'

Alexandra Melek Lorenzetti
Coordenadora de Processos Jurídicos
Procuradora

Curitiba, julho de 2023.

A **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, estabelecida na Avenida Sete de Setembro, 4.698, 3º e 4º andares, Batel, Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.781.069/0001-15 e inscrição estadual nº 10198056-18, por intermédio sua procuradora e Coordenadora de Processos Jurídicos, Sr.ª Alexandra Melek Lorenzetti, vem por meio desta, declarar que os preços praticados pela Zênite são condizentes com a realidade de mercado, em todo território nacional.

A Zênite adota uma política de preços e descontos uniforme aplicada para todos os clientes interessados na contratação dos seus produtos e serviços. Esses preços são revisados a cada doze meses, obedecendo critério de reajuste anual, em virtude de majorações em itens que refletem diretamente no valor final da composição dos preços dos seus produtos e serviços, como reajuste de fornecedores/terceiros, estrutura, convenção coletiva de trabalho, entre outros custos e insumos.

Na recomposição da tabela de preços anual, a rigor, não adotamos um índice específico, pois nosso reajuste depende sumariamente dos custos envolvidos na prestação dos serviços. O índice específico é aplicado quando há previsão em contrato, no caso de contratos com prazo mais longo e/ou com previsão de prorrogação.

Desta forma, na definição dos preços para 2023, vale destacar o aumento previsto na Convenção Coletiva de Trabalho dos colaboradores da Zênite (2022/2023), que conferiu reajuste anual na ordem de 11,87%.¹ Neste sentido, importante reforçar a relevância do custo de mão de obra nas empresas cujo foco é a prestação de serviços.

Além dos encargos de mão de obra, merece atenção o aumento dos custos relacionados com tecnologia. Isso se intensifica com a realidade de escassez de mão de obra nesse segmento. Sendo assim, muitos custos relacionados à tecnologia e inovação aumentaram para além da inflação, e a perspectiva para 2023 é que os serviços de informática

¹ CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL Os salários dos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho serão reajustados, a partir de 01 de junho de 2022, com um percentual de 11,8973% (onze inteiros e oito mil novecentos e setenta e três décimos de milésimo por cento), a ser aplicado sobre os salários de junho de 2021 (salários estes já corrigidos com o percentual integral firmado na Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022). <https://www.sescap-pr.org.br/storage/convencoes/cct-sindaspp-2022-2023.pdf>

(desenvolvimento de software, infraestrutura, negócios digitais) tenham um aumento de demanda e de preços ainda maior.²

Vale lembrar ainda que, a especialização técnica envolvida nos serviços prestados pela Zênite exige intelectualidade, expertise, capacidade e singularidade de uma equipe técnica multidisciplinar, fator este que também reflete no custo da mão da obra.

Diante desse cenário, para o ano de 2023 os valores de tabela para as soluções Zênite, Zênite Fácil e Orientação por escrito em licitações e contratos, serão recompostos na ordem de 10% (dez por cento).

Os novos valores serão praticados a partir de 1º de junho de 2023 e, portanto, a contar desta data as novas contratações observarão a tabela atualizada.

Sem mais para o momento, certos de que as informações prestadas são aptas a justificar os valores praticados, renovamos votos de estima e continuamos à disposição para outros esclarecimentos.

ALEXANDRA MELEK
LORENZETTI:75772
981900

Assinado de forma digital por
ALEXANDRA MELEK
LORENZETTI:75772981900
Dados: 2023.07.03 15:23:30
+03'00'

Alexandra Melek Lorenzetti
Coordenadora de Processos Jurídicos

² <https://www.convergenciadigital.com.br/Negocios/Escassez-de-talentos-em-TI-inflaciona-precos-de-software-e-servicos-no-mundo-59949.html?UserActiveTemplate=mobile>

DECLARAÇÃO

A **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, estabelecida na Avenida Sete de Setembro, 4.698, 3º e 4º andares, Batel, Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.781.069/0001-15 e inscrição estadual nº 10198056-18, por intermédio de sua procuradora, **Alexandra Melek Lorenzetti**, a pedido da parte interessada, DECLARA que:

- A Zênite há mais de 33 anos oferece ao mercado soluções integradas que prestam apoio e suporte técnico adequados para a atuação segura do agente público, ofertando-lhe algo que é precioso: informação técnica-especializada e segura em contratação pública, sendo uma das empresas pioneiras neste segmento.

- A informação técnico-jurídica Zênite é veiculada por meio de várias Soluções: 1) Zênite Fácil; 2) Zênite Fácil Estatais; 3) Orientação por escrito em licitações e contratos; 3) Seminários e Cursos de Capacitação abertos e In Company, presenciais e on line entre outros.

Importante ressaltar que a atuação da Zênite não se resume à organização de eventos. A Zênite é uma empresa produtora de informação jurídica e de soluções em contratação pública. Sua experiência, *know how* e atuação são reconhecidos pelo mercado.

Alguns números ¹ referenciam a experiência e a notória especialização da Zênite.

¹ Números atualizados em janeiro/2023

SEMINÁRIOS ABERTOS E CURSOS IN COMPANY – PRESENCIAIS E ON LINE (ZÊNITE ON LINE)

A Zênite é referência nacional na capacitação de agentes públicos em licitações e contratos, elaborando e executando cursos de capacitação e aperfeiçoamento na área de contratação pública, abertos, in company, Projetos de Capacitação os quais são oferecidos na modalidade presencial e on line. Considerando o período de 2009 a 2022 já foram:

- Mais de 1.100 cursos realizados ²,
- Mais de 69.900 agentes públicos capacitados.

ZÊNITE FÁCIL – CONTRATAÇÃO PÚBLICA, ESTATAIS E SISTEMA S

Na atualidade, temos acesso a um grande volume de informação, mas nem sempre a busca por respostas é eficiente. Pensando nisso, a Zênite desenvolveu o Zênite Fácil, que disponibiliza de forma diferenciada todo o nosso acervo sobre contratação pública, que contempla informações sobre a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, o decreto do pregão eletrônico nº 10.024/2019 e o decreto do pregão presencial nº 3.555/2000, Lei nº 12.462/2011 (RDC), Lei nº 13.303/2016 (Estatuto Jurídico das Estatais). A solução conta com:

- 6.227 documentos produzidos pela Zênite, incluindo Perguntas e Respostas e Orientação Prática que são os documentos com um maior número de acessos

² 378 seminários abertos presenciais; 70 cursos on line abertos; 542 cursos in company presenciais; e 123 cursos in company on line.

- Mais de 3.020 anotações realizadas na Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021
- Mais de 14.034 anotações realizadas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002, no Decretos nºs 10.024/2019 e 3.555/2000, separadas nas categorias Legislação, Doutrina, Tribunais de Contas e Jurisprudência.
- 89 modelos de editais, contratos, termos de referência, atas de registro de preços etc.
- 219 manuais, cartilhas e listas de verificação
- 2011 doutrinas de profissionais e estudiosos da matéria
- 223 normas relacionadas à contratação pública
- 9.313 decisões de tribunais de contas
- 16.285 decisões do Judiciário

ORIENTAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Orientação por Escrito Zênite em Licitações e Contratos é um estruturado serviço que tem o compromisso não apenas de responder objetivamente às questões que são encaminhadas, mas também de apresentar soluções que auxiliem na eficiência da gestão pública, fundamentadas em legislação, doutrina e jurisprudência. Para tanto, existe uma equipe técnica especializada e experiente em processos de contratação pública, que trabalha de forma coordenada para emissão de Orientações assertivas e seguras. Este serviço já elaborou:

- Mais de 85.558 orientações jurídicas por telefone e por escrito. Atualmente, o serviço é prestado apenas na modalidade por escrito.

Além das soluções Zênite acima referenciadas, vale destacar ainda a **COTAÇÃO ZÊNITE**, que é um sistema de pesquisa de preços praticados de materiais e serviços para órgãos e entidades da Administração Pública em todo o Brasil. Seu

objetivo é propiciar à Administração mais agilidade e segurança no planejamento, julgamento, fiscalização e gestão das contratações públicas. A Cotação Zênite permite ao usuário pesquisar preços reais e atuais praticados nas licitações realizadas pelo Compras Governamentais/Comprasnet, além de objetos e respectivas descrições, editais, dados de fornecedores e eventuais penalidades. Atualmente, esta solução está aberta para acesso ilimitado, mediante simples preenchimento de cadastro.

Com equipe própria e articulada de profissionais especializados, as soluções Zênite se apresentam, por meio de produtos eletrônicos, revistas, orientações por escrito, cursos e seminários de capacitação e atualização profissionais, como suporte imprescindível de informação e conhecimento quando o tema é licitações e contratos.

A produção Zênite é citada em centenas de acórdãos do TCU, demonstrando assim a sua notoriedade, reconhecimento e experiência.

- No tocante aos seminários e cursos de capacitação, quer abertos quer *in company*, reúnem, entre outras, as seguintes características:

a) conhecimento teórico e prático, fruto de mais de 33 anos de atuação em contratação pública;

b) capacidade de compreender e dimensionar os problemas que podem ocorrer nessa área, para idealizar os conteúdos programáticos e construir as soluções adequadas, levando em conta as necessidades e a realidade da Administração;

c) metodologia, didática e linguagem adequados para comunicar a informação, considerando que os alunos vêm das mais variadas funções e especializações;

d) conteúdo técnico profundo, fruto de estudos e pesquisas intensos, mas transmitido por meio de abordagem clara, simples e bastante acessível;

e) material de apoio como apostilas, *check lists*, melhores práticas, site pós-evento, dentre outros, revisado e atualizado, com absoluto grau de confiabilidade;

g) equipe multidisciplinar de professores, com conhecimento não apenas em contratação pública, mas também em áreas afins à contratação, como engenharia, tecnologia da informação, direito do trabalho, tributário, previdenciário, contabilidade, etc., e com a experiência necessária para transmitir informações precisas, aptas a construir as soluções necessárias para o dia a dia do agente público.

Para fins de demonstração, segue **relação exemplificativa com alguns Seminários abertos realizados pela Zênite**, nos últimos cinco anos.

- Seminários abertos presenciais

EVENTO ABERTO	DATA DE INÍCIO	DATA DE FIM
Seminário Nacional: Nacional: "As Licitações e As Repercussões do Regime das Microempresas de Acordo com o Novo Decreto nº 8.538/15"	25/01/2016	26/01/2016
Seminário Nacional: Nacional: "Como Elaborar a Planilha de Formação de Preços da IN Nº 02/08 e Como Julgar a Licitação para a Contratação dos Serviços Contínuos"	22/02/2016	25/02/2016
Seminário Nacional: Nacional: "Situações-Problema que Precisam ser Enfrentadas na Execução dos Contratos de Compras e Serviços – Como Evitar, como Sanear e como resolver"	24/02/2016	26/02/2016
Seminário Nacional: Nacional: Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos - Melhores práticas para alterações do objeto, prazo e valor nos contratos de compras serviços e obras"	09/03/2016	11/03/2016
Seminário Nacional: Nacional: 60 Acórdãos do TCU que Devem ser Conhecidos e Compreendidos por quem Atua nas Licitações e nos Contratos"	29/03/2016	31/03/2016

Seminário Nacional: Nacional: "Os Grandes Problemas Enfrentados no Julgamento das Licitações - Como Evitar, Como Solucionar e as Orientações do TCU"	11/04/2016	13/04/2016
Seminário Nacional: Nacional: "Rescisão do Contrato, Aplicação de Sanções, Responsabilidade dos Agentes por Ações e Omissões e a Lei Anticorrupção"	18/04/2016	19/04/2016
Seminário Nacional: Nacional: "25 Problemas Vividos Nos Contratos de Terceirização – Impactos na Planilha, Repercussões na Execução e na Formação do Preço"	25/04/2016	26/04/2016
NR-Seminário Nacional: Nacional: "Fiscalização dos contratos de terceirização de serviços pela administração pública de acordo com a IN Nº 02/08"	02/05/2016	04/05/2016
Seminário Nacional: Nacional: "80 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos - Como evitar, como sanear e como resolver"	10/05/2016	12/05/2016
Seminário Nacional: Nacional: "Revisão, reajuste e repactuação dos contratos administrativos"	16/05/2016	17/05/2016
Seminário Nacional: Nacional: " 60 acórdãos do TCU que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua nas licitações e nos contratos"	30/05/2016	01/06/2016
Seminário Nacional: Nacional "Licitações e contratos pelo RDC e pelo regime tradicional"	06/06/2016	07/06/2016
Seminário Nacional: Nacional: "60 acórdãos do TCU que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua nas licitações e nos contratos"	05/04/2016	07/04/2016
Seminário Nacional: Nacional: 50 Grandes Problemas Enfrentados no Planejamento e Julgamento das Licitações na Fiscalização e Gestão dos Contratos - Como Evitar, como sanear e como resolver"	04/07/2016	06/07/2016
Seminário Nacional: Nacional: "45 questões polêmicas e relevantes sobre contratação pública - Soluções práticas para resolvê-las".	25/07/2016	27/07/2016
Seminário Nacional: Nacional: Como elaborar a Planilha de formação de preços da IN Nº 02/08 e como julgar a licitação para a contratação dos serviços contínuos	01/08/2016	04/08/2016
Seminário Nacional: Nacional: "60 acórdãos do TCU que devem ser conhecidos e compreendidos pro quem atua nas licitações e nos contratos"	24/08/2016	26/08/2016
Seminário Nacional: Nacional: "55 Acórdãos do TCU e dos Tribunais Superiores que devem ser conhecidos por quem atua nas licitações e nos contratos"	12/09/2016	14/09/2016



Seminário Nacional: Nacional: "45 Grandes problemas enfrentados no planejamento e julgamento das licitações e na fiscalização e gestão dos contratos - Como evitar"	19/09/2016	21/09/2016
Seminário Nacional: Nacional: "40 Vícios mais comuns nos contratos - Como evitar, quando sanear e como resolver"	26/09/2016	27/09/2016
Seminário Nacional: Nacional: "Responsabilidade dos agentes públicos em licitações e contratos - como instruir e conduzir processos seguros para afastar responsabilizações"	05/10/2016	07/10/2016
Seminário Nacional: Nacional: "Contratação pública - temas polêmicos e fundamentais para quem atua em licitações e contratos"	17/10/2016	19/10/2016
Seminário Nacional: Nacional: "Obras e serviços de engenharia - do planejamento e julgamento da licitação até a fiscalização dos contratos"	19/10/2016	21/10/2016
Seminário Nacional: Nacional: "60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos - Como evitar, quando sanear e como resolver"	07/11/2016	09/11/2016
Seminário Nacional: Nacional: "O que muda nas licitações e nos contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a lei nº 13.303/16"	24/10/2016	26/10/2016
Seminário Nacional: Nacional: "Como fiscalizar contratos de compras e serviços na adm. pública - Melhores práticas para atuações eficientes do fiscal e do gesto"	28/11/2016	30/11/2016
Seminário Nacional: Nacional: "Alteração e renegociação dos contratos, rescisão, aplicação de sanções - aspectos fundamentais e aplicados"	21/11/2016	22/11/2016
Seminário Nacional: Nacional: "O que muda nas licitações e nos contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a lei 13.303/16"	28/09/2016	30/09/2016
Seminário Nacional: Nacional: "40 temas aplicados e fundamentais sobre obras e serviços de engenharia de acordo com o entendimento do TCU"	01/12/2016	02/12/2016
Seminário Nacional: "60 acórdãos do TCU que devem ser compreendidos por quem atua nas licitações e nos contratos"	05/12/2016	07/12/2016
Seminário Nacional: Nacional: "O que muda nas licitações e nos contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a Lei Nº 13.303/16"	28/11/2016	30/11/2016
Seminário Nacional: Nacional: "60 vícios mais comuns nas licitações e nos contatos - como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU"	08/02/2017	10/02/2017

Seminário Nacional: Nacional: "Os contratos administrativos na visão do TCU, TCE/SP e tribunais superiores"	13/02/2017	15/02/2017
Seminário Nacional: Nacional: "Casos práticos da planilha de custos e preços da IN 02/08"	08/03/2017	10/03/2017
Seminário Nacional: "O que muda nas licitações e nos contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a nova lei das estatais"	13/03/2017	15/03/2017
Seminário Nacional: "Rescisão do contrato, aplicação de sanções, responsabilidade dos agentes por ações e omissões e a lei anticorrupção"	27/03/2017	28/03/2017
Seminário Nacional: "Como fiscalizar de forma eficiente os contratos de terceirização de serviços de acordo com a IN 02/08 e as novidades da portaria 409/16"	03/04/2017	05/04/2017
Seminário Nacional: "Os contratos administrativos na visão do TCU, do TCE/SC e dos tribunais superiores"	05/04/2017	07/04/2017
Seminário Nacional: "Dispensa e inexigibilidade de licitação - uma nova visão sobre o dever de licitar à luz da contratação eficiente"	10/04/2017	12/04/2017
Seminário Nacional: "Soluções práticas para problemas das licitações e contratos - 60 erros comuns e como evitá-los"	24/04/2017	26/04/2017
Seminário Nacional: "Alterações e aditivos aos contratos administrativos"	17/05/2017	19/05/2017
Seminário Nacional: "55 acórdãos do TCU e dos tribunais superiores que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua nas licitações e nos contratos"	22/05/2017	24/05/2017
Seminário Nacional: "45 questões polêmicas e relevantes sobre contratação pública - soluções práticas para resolvê-las"	29/05/2017	31/05/2017
Seminário Nacional: "Obras e serviços de engenharia - do planejamento e julgamento da licitação até a fiscalização dos contratos"	22/06/2017	23/06/2017
Seminário Nacional: "Regulamento de licitações e contratos das empresas estatais de acordo com a lei 13.306/16 - O que deve ser regulamentado, orientações e boas práticas"	26/06/2017	28/06/2017
Seminário Nacional: "As principais novidades e repercussões da IN 05/17 e da lei da terceirização na contratação de serviços contínuos pela administração pública"	19/07/2017	21/07/2017
Seminário Nacional: "Como fiscalizar contratos de compras e serviços na administração pública - melhores práticas para atuações eficientes do fiscal e gestor"	24/07/2017	26/07/2017

Seminário Nacional: "60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos - como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU"	26/07/2017	28/07/2017
Seminário Nacional: "Gestão de risco na administração pública e nos contratos administrativos"	02/08/2017	04/08/2017
Seminário Nacional: "A nova planilha de formação de preços da IN nº 05/17 e as principais alterações no planejamento e julgamento da contratação dos serviços comuns e contínuos"	07/08/2017	10/08/2017
Seminário Nacional: "Casos práticos sobre contratação direta - As principais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação"	16/08/2017	18/08/2017
Seminário Nacional: "Questões polêmicas e relevantes sobre o sistema de registro de preços e a execução e fiscalização dos contratos administrativos"	23/08/2017	24/08/2017
Seminário Nacional: "50 grandes problemas enfrentados no planejamento das licitações e na fiscalização e gestão dos contratos"	28/08/2017	30/08/2017
Seminário Nacional: "Rescisão do contrato, aplicação de sanções, responsabilidade dos agentes por ações e omissões e a lei anticorrupção"	13/09/2017	14/09/2017
Seminário Nacional: "Regulamento de licitações e contratos das empresas estatais de acordo com a lei nº 13.303/16"	18/09/2017	20/09/2017
Seminário Nacional: "Como elaborar a planilha de formação de preços de acordo com a nova IN nº 05/17 e como julgar a licitação para a contratação dos serviços contínuos"	25/09/2017	27/09/2017
Seminário Nacional: "60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos"	04/10/2017	06/10/2017
Seminário Nacional: "As principais novidades e repercussões da IN nº 05/17 de aspectos pontuais da reforma trabalhista na contr. serv. contínuos pela administração pública"	18/10/2017	20/10/2017
Seminário Nacional: "Alterações e aditivos aos contratos administrativos"	25/10/2017	27/10/2017
Seminário Nacional: "Rescisão de contrato, aplicação de sanções, responsabilidade dos agentes por ações e omissões e a lei anticorrupção"	09/11/2017	10/11/2017
Seminário Nacional: "Como elaborar a planilha de formação de preços de acordo com a nova IN nº 05/17 e como julgar a licitação para a cont. dos serv. contínuos"	22/11/2017	24/11/2017
Seminário Nacional: 50 acórdãos do TCU que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua nas licitações e nos contratos	22/11/2017	24/11/2017

Seminário Nacional: Gestão de risco nas contratações públicas de terceirização de serviços	27/11/2017	28/11/2017
Seminário Nacional: "Regulamento de licitações e contratos das empresas estatais de acordo com a lei nº 13.303/16"	29/11/2017	01/12/2017
Seminário Nacional: "Obras públicas, vícios mais comuns que impactam na qualidade, no prazo e nos custos dos empreendimentos - Saiba como evitá-los"	04/12/2017	06/12/2017
Seminário Nacional: "Como elaborar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 05/17 e como julgar a licitação p/ a contratação de serviços contínuos"	04/12/2017	06/12/2017
Seminário Nacional: "45 questões polêmicas e fundamentais sobre as licitações e contratos das estatais de acordo com a lei nº 13/303/16"	29/01/2018	31/01/2018
Seminário Nacional: Casos práticos da planilha de custos e preços da IN nº 05/17"	21/02/2018	23/02/2018
Seminário Nacional: "Contratos administrativos - Como os tribunais de contas e o judiciário interpretam e orientam os agentes na solução dos grandes problemas"	26/02/2018	28/02/2018
Seminário Nacional: "60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos - como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU"	07/03/2018	09/03/2018
Seminário Nacional: "Estudo de casos sobre a contratação direta - principais hipóteses de dispensa de inexigibilidade de licitação"	14/03/2018	16/03/2018
Seminário Nacional: "45 questões polêmicas e fundamentais sobre as licitações e contratos das estatais de acordo com a lei nº 13.303/16"	19/03/2018	21/03/2018
Seminário Nacional: "Como elaborar a planilha de formação de preços de acordo com a nova IN nº 05/17 e como julgar a licitação para a contratação dos serviços comuns e contínuos"	26/03/2018	28/03/2018
Seminário Nacional: "Temas fundamentais e aplicados para a contratação de terceirização de serviços de acordo com a IN nº 05/17 e o TCU"	04/04/2018	06/04/2018
Seminário Nacional: "Como fiscalizar contratos de compras e serviços na administração pública"	16/04/2018	18/04/2018
Seminário Nacional: "Como planejar, julgar e fiscalizar a execução das obras e serviços de engenharia"	25/04/2018	27/04/2018
Seminário Nacional: "Como fiscalizar de forma eficiente os contratos de terceirização de serviços de acordo com as novidades e procedimentos da IN 05"	07/05/2018	09/05/2018

Seminário Nacional: "O novo Regime de contratações das Estatais - As Grandes Mudanças com a Lei nº 13.303/2016 nas licitações e contratos"	16/05/2018	18/05/2018
Seminário Nacional: "Gestão de risco nas contratações públicas de terceirização de serviços de acordo com a IN nº 05/17"	21/05/2018	22/05/2018
Seminário Nacional: "Dispensa e inexigibilidade de licitação - Cabimento e instrução dos processos de contratação direta"	11/06/2018	12/06/2018
Seminário Nacional: "Casos Práticos sobre Licitações e Contratos/ Planejamento e pesquisa de preços/Julgamento e Saneamento/ SRP/ LC123/2006/ Falhas de formalização"	12/06/2018	14/06/2018
Seminário Nacional: "Revisão, reajuste e repactuação dos contratos adm. de obras, serviços contínuos e contratos decorrentes de registros de preços"	17/07/2018	18/07/2018
Seminário Nacional: "45 Questões polêmicas e fundamentais sobre as licitações e os contratos das estatais de acordo com a Lei 13.303/2006"	18/07/2018	20/07/2018
Seminário Nacional: "Casos práticos da planilha de custos e preços de acordo com a IN Nº 05/2017 e os principais impactos da reforma trabalhista"	23/07/2018	25/07/2018
Seminário Nacional: "Como planejar, julgar e fiscalizar a execução de obras e serviços de engenharia"	30/07/2018	01/08/2018
Seminário Nacional: "As principais alterações da IN Nº 05/17 e as repercussões da reforma trabalhista na terceirização de serviços pela administração pública"	01/08/2018	03/08/2018
Seminário Nacional: "Rescisão do contrato, aplicação de sanções, responsabilidade dos agentes por ações e omissões e a lei anticorrupção"	06/08/2018	07/08/2018
Seminário Nacional: "60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos - como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU."	20/08/2018	22/08/2018
Seminário Nacional: "Novos desafios e aspectos polêmicos sobre as licitações e os contratos das empresas estatais."	27/08/2018	29/08/2018
Seminário Nacional: "Contratos administrativos - como os tribunais de contas e o judiciário interpretam e orientam os agentes na solução dos grandes problemas"	03/09/2018	05/09/2018
Seminário Nacional: "Como fiscalizar contratos de compras e serviços na administração pública - melhores práticas para atuações eficientes dos fiscais e do gestor"	12/09/2018	14/09/2018

Seminário Nacional: "Como fiscalizar de forma eficiente os contratos de terceirização de serviços de acordo com as novidades e os procedimentos da INº 05/2017"	19/09/2018	21/09/2018
Seminário Nacional: "Como elaborar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 05/2017 na fase de planejamento da contratação de serviços"	24/09/2018	26/09/2018
Seminário Nacional: "As contratações das Empresas Estatais - como entender e aplicar o novo regime de licitações e contratos da Lei nº 13.303/2016".	01/10/2018	03/10/2018
Seminário Nacional: "55 Acórdãos do TCU e dos Tribunais Superiores que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua nas Licitações e nos Contratos"	08/10/2018	10/10/2018
Seminário Nacional: "A contratação pública sem licitação - cabimento e instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade".	22/10/2018	24/10/2018
Seminário Nacional: "Alterações e aditivos aos contratos administrativos".	22/10/2018	24/10/2018
Seminário Nacional: "Obras e serviços de engenharia - do planejamento e julgamento da licitação até a fiscalização dos contratos".	06/11/2018	07/11/2018
Seminário Nacional: "As contratações das Empresas Estatais - como entender e aplicar o novo Regime de Licitações e Contratos da Lei nº 13.303/2016".	12/11/2018	14/11/2018
Seminário Nacional: "O que muda nas contratações públicas com a Lei nº 13.655/2018?"	22/11/2018	23/11/2018
Seminário Nacional: "Contratos administrativos - estudos e resolução de casos práticos".	26/11/2018	28/11/2018
Seminário Nacional: "Como elaborar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 05/2017 na fase de planejamento da contratação de serviços terceirizados"	27/11/2018	29/11/2018
Seminário Nacional: "Licitação e contratação direta - como os Tribunais de Contas e o Judiciário interpretam e orientam os agentes na solução dos grandes problemas".	03/12/2018	05/12/2018
Seminário Nacional: "Temas aplicados na terceirização de serviços de acordo com a IN nº 05/2017 e o TCU e as repercussões da Reforma Trabalhista".	03/12/2018	05/12/2018
Seminário Nacional: "O que mudou nas licitações e contratos das estatais de acordo com a Lei nº 13.303/2016".	10/12/2018	11/12/2018
Seminário Nacional: "As contratações das empresas estatais – Como entender e aplicar o novo regime de licitações e contratos da Lei nº 13.303/2016"	28/01/2019	30/01/2019

Seminário Nacional: "Como fiscalizar os contratos de terceirização de serviços de acordo com o Decreto nº 9.507/2018, a IN nº 05/2017 e os impactos da Reforma trabalhista."	19/02/2019	21/02/2019
Seminário Nacional: "60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos - como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU."	25/02/2019	27/02/2019
Seminário Nacional: "A contratação pública sem licitação – cabimentos e instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade"	13/003/2019	15/03/2019
Seminário Nacional: "Contratos administrativo – Estudo e resolução de casos práticos"	18/03/2019	20/03/2019
Seminário Nacional: "Como elaborar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 05/2017 alterada pela IN nº 07/2018"	25/03/2019	27/03/2019
Seminário Nacional: "Vícios em obras e serviços de engenharia de acordo com a Lei nº 8.666/93, a Lei das Estatais e o RDC - Como evita-los"	27/03/2019	29/03/2019
Seminário Nacional: "Responsabilidade dos agentes e as repercussões das alterações da LINDB, rescisão do contrato e aplicação de sanções"	04/04/2019	05/04/2019
Seminários Nacional: "Temas fundamentais e aplicados para a contratação de terceirização de serviços de acordo com o Decreto 9507/2018, a IN nº 05/2017 e as orientações do TCU"	08/04/2019	10/04/2019
Seminário Nacional: "50 acórdãos do TCI e os Tribunais Superiores que devem ser conhecidos por quem atua nas licitações e nos contratos"	15/04/2019	17/04/2019
Seminário Nacional: "Questões polêmicas e aplicadas sobre Sistema de Registro de Preços e os contratos decorrentes"	25/04/2019	26/04/2019
Seminário Nacional: "Como planejar, julgar e fiscalização a execução de obras e serviços de engenharia"	06/05/2019	08/05/2019
Seminário Nacional: "Como elaborar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 05/2017 alterada pela IN nº 07/2018"	06/05/2019	09/05/2019
Seminário Nacional: "Questões polêmicas e aplicadas sobre Sistema de Registro de Preços, Contratação Direta e os contratos decorrentes"	15/05/2019	17/05/2019
Seminário Nacional: "Alterações e Aditivos aos contratos administrativos"	20/05/2019	22/05/2019
Segundo Encontro Nacional das Estatais	27/05/2019	29/05/2019
Seminário Nacional: "A contratação pública sem licitação – cabimento e instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade"	11/06/2019	13/06/2019

Seminário Nacional: "60 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos - como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU."	25/06/2019	27/06/2019
Seminário Nacional: "Como fiscalizar e gerir os contratos administrativos de acordo com a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 13.303/16"	01/07/2019	03/07/2019
Seminário Nacional: "Gerenciamento de riscos nas contratações públicas – Como elaborar o mapa e a matriz de riscos"	15/07/2019	16/07/2019
Seminário Nacional: As contratações das empresas estatais – Como entender e aplicar o novo regime de licitações e contratos da Lei nº 13.303/2016"	22/07/2019	24/07/2019
Seminário Nacional: "Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN 05/2017 alteração pela IN 07/2019"	29/07/2019	31/07/2019
Seminário Nacional: A visão do TCU sobre 50 temas fundamentais e aplicados da contratação pública	05/08/2019	07/08/2019
Seminário Nacional: As contratações de solução de tecnologia da informação e de comunicação de acordo com a nova IN 01/2019 que revogou a IN 04/2014	13/08/2019	15/08/2019
Seminário Nacional: Como planejar, julgar e fiscalizar a execução de obras e serviços de engenharia	19/08/2019	21/08/2019
Seminário Nacional: Revisão, reajuste e repactuação dos contratos administrativos de obras, serviços contínuos e contratos decorrentes de registro de preços	26/08/2019	27/08/2019
Seminário Nacional: Terceirização de serviços na administração pública, inclusive estatais, de acordo com o TCU e os Tribunais trabalhistas	02/09/2019	04/09/2019
Seminário Nacional: 40 questões polêmicas sobre as licitações e os contratos de acordo com a Lei nº 13.303/2016 e as orientações do TCU	09/09/2019	11/09/2019
Seminário Nacional: Responsabilidade dos agentes e as repercussões das alterações da LINDB, rescisão do contrato e aplicação de sanções	23/09/2019	24/09/2019
Seminário Nacional: 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU	07/10/2019	09/10/2019
Seminário Nacional: A contratação pública sem licitação – Cabimento, instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade e os contratos decorrentes	14/10/2019	16/10/2019
Seminário Nacional: Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN 05/2017 alterada pela IN 07/2018	21/10/2019	24/10/2019

Seminário Nacional: Contratações de serviços de engenharia: elaboração de projetos, fiscalização de obras, manutenção predial, locação sob medida (BTS)	06/11/2019	08/11/2019
Seminário Nacional: Alterações e Aditivos aos contratos administrativos	11/10/2019	13/11/2019
Seminário Nacional: O que muda no pregão eletrônico com o novo Decreto nº 10.0247/2019	11/11/2019	12/11/2019
Seminário Nacional: Desafios atuais nas contratações públicas – soluções de questões polêmicas sobre licitações e contratos conforme a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 13.303/2016 e os entendimentos do TCU	25/11/2019	27/11/2019
Seminário Nacional: Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN 05/2017 alterada pela IN 07/2018	02/12/2019	04/12/2019
Seminário Nacional: Contratações públicas – temas que impactaram 2019 e as perspectivas para 2020	05/12/2019	06/12/2019
Seminário Nacional: O que muda no pregão eletrônico com o novo Decreto nº 10.0247/2019	09/12/2019	10/12/2019
Seminário Nacional: Desafios atuais nas contratações públicas – soluções de questões polêmicas sobre licitações e contratos conforme a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 13.303/2016 e os entendimentos do TCU	27/01/2020	29/01/2020
Seminário Nacional: A contratação pública sem licitação – Cabimento, instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade e os contratos decorrentes	12/02/2020	14/02/2020
Seminário Nacional: 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos – Como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU	17/02/2020	19/02/2020
Seminário Nacional: Alterações e aditivos aos contratos administrativos	09/03/2020	11/03/2020
Seminário Nacional: “40 vícios mais comuns nas contratações das estatais – como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU”	04/05/2022	06/05/2022
Seminário Nacional: “Desafios práticos para a aplicação da Lei nº 14.133/2021”	22/05/2022	25/05/2022
Seminário Nacional: “As principais razões das alterações nos contratos administrativos e seus impactos aplicados – paralelo entre os regimes da lei nº 8.666/1993 e da lei nº 14.133/2021.”	27/06/2022	29/06/2022
Seminário Nacional: “Dispensa, inexigibilidade e a instrução segura dos processos no regime da lei nº 8.666/1993 e da Nova lei de licitações”	18/07/2022	20/07/2022

Seminário Nacional: "Advogados públicos e a nova lei de Licitações – temas e novidades que devem ser conhecidos por assessores, procuradores jurídicos e profissionais do controle"	08/08/2022	10/08/2022
Seminário Nacional: "Vícios e erros grosseiros na aplicação da Nova Lei de Licitações – Como evitar, quanto sanear e como resolver a partir de precedentes do TCU".	26/09/2022	18/09/2022
Seminário Nacional: "Desafios práticos para a aplicação da Lei nº 14.133/2021"	17/10/2022	19/10/2022
Encontro – 5º encontro Nacional das Estatais	08/11/2022	10/11/2022
Seminário Nacional: "Como elaborar o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência para compras de serviços de acordo com a Nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021"	21/11/2022	23/11/2022
Seminário Nacional: "Desafios práticos para a aplicação da Lei nº 14.133/2021"	30/11/2022	01/12/2022
Seminário Nacional: "As contratações das estatais em foco"	08/02/2023	10/02/2023
Seminário Nacional: "Fiscalização e gestão dos contratos de compras e serviços na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 14.133/2021"	13/03/2023	15/03/2023
Seminário Nacional: "Desafios práticos para a aplicação da Lei nº 14.133/2021"	27/03/2023	29/03/2023
Seminário Nacional: "A virada de chave para a aplicação imediata e segura da nova lei de licitações"	03/04/2023	05/04/2023
Seminário Nacional: "Desafios práticos para a aplicação da Lei nº 14.133/2021"	16/05/2023	18/05/2023

Seminários abertos on line

Zênite Online As contratações de acordo com a lei nº 13.979/2020 para o enfrentamento da crise covid-19"	25/05/2020	29/05/2020
Zênite Online Contratos da administração e das estatais e os impactos da covid-19 - contratos formalizados antes da crise e de acordo com a lei nº 13.979/2020	15/06/2020	23/06/2020
Zênite Online Pregão eletrônico "normal" e simplificado "express" de acordo com o decreto nº 10.024/2019 e a lei nº 13.979/2020"	06/07/2020	10/07/2020
Zênite Online Dispensa e inexigibilidade de licitação - cabimento, instrução e os contratos decorrentes	13/07/2020	17/07/2020
Zênite Online Licitações e contratos de obras e serviços de engenharia - regimes ordinário e para enfrentamento da crise covid-19	22 a 24/07/2020	27 e 28/07/2020

Av. Sete de Setembro 4698 - 3º e 4º andar | Batel | CEP 80240-000 | Curitiba PR | WhatsApp: 41 99643-4141 | Tel: 41 2109-8666

www.zenite.com.br | www.zenite.blog.br



/zeniteinformacao



/zeniteinformacaoconsultoria



/zeniteinformacao



/zeniteinformacao

Zênite Online Responsabilidade dos agentes públicos, parecer jurídico e aplicação de sanção em tempos de pandemia - o que mudou e como prevenir a responsabilização	24/08/2020	27/08/2020
Zênite Online Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 05/2017	31/08/2020	04/09/2020
Zênite Online Novidades e repercussões da pandemia nas contratações públicas de acordo com a lei nº 13.979/2020 e a MP nº 961/2020	14/09/2020	18/08/2020
Zênite Online Negociação, gestão de riscos e novos instrumentos a serem aplicados para o enfrentamento da crise e a prevenção de responsabilidades nas contratações da administração das estatais	21/09/2020	25/09/2020
Zênite Online Obras e serviços de engenharia - novidades e desafios práticos das contratações da administração e das estatais	05/10/2020	10/10/2020
Zênite Online Contratações de terceirização em foco - questões polêmicas, atuais e aplicadas dos serviços com mão de obra exclusiva	13/10/2020	16/10/2020
Zênite Online Alterações e aditivos aos contratos administrativos	19/10/2020	23/10/2020
Zênite Online 3º Encontro nacional das empresas estatais - as licitações e contratações das estatais e a lei nº 13.303/2016	23/11/2020	26/11/2020
Zênite Online Dispensa e inexigibilidade de licitação - cabimento, instrução do processo e os contratos decorrentes	09/11/2020	13/11/2020
Zênite Online Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 05/2017	14/12/2020	18/12/2020
Zênite Online 40 vícios mais comuns nas licitações – como evitar, quando sanar e como resolver de acordo com o TCU	30/11/2020	04/12/2020
Zênite Online Contratação direta, pregão eletrônico e SRP – questões do dia a dia e polêmicas, com destaque para os entendimentos do TCU	25/01/2021	29/01/2021
Zênite Online Como elaborar o estudo técnico preliminar e o termo de referência para compras e serviços	01/05/2021	09/02/2021
Zênite Online Como fiscalizar e gerir os contratos de compras e serviços	22/02/2021	26/02/2021
Zênite Online O que muda com a nova lei de licitações?	01/03/2021	05/03/2021
Zênite Online As contratações das estatais - questões fundamentais e polêmicas do dia a dia das licitações e dos contratos e da aplicação da lei nº 13.303/2016	08/03/2021	12/03/2021
Zênite Online Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 05/2017	22/03/2021	26/03/2021

Zênite Online Responsabilidade dos agentes públicos, rescisão/extinção dos contratos e aplicação de sanções administrativas	05/04/2021	09/04/2021
Zênite Online 40 vícios mais comuns nas licitações e contratações diretas - como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU.	12/04/2021	16/04/2021
Zênite Online Planejamento e julgamento das contratações de obras e serviços de engenharia - de acordo com a lei nº 8.666/1993 e a nova lei	14/06/2021	18/06/2021
Zênite Online Alterações e aditivos aos contratos administrativos na lei nº 8.666/1993 e na nova lei de licitações	03/05/2021	07/05/2021
Zênite Online O que muda com a nova lei de licitações?	01/05/2021	05/03/2021
Zênite Online O que muda com a nova lei de licitações?	26/04/2021	30/04/2021
Zênite Online O que muda com a nova lei de licitações?	07/06/2021	11/06/2021
Zênite Online Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 05/2017	09/08/2021	13/08/2021
Zênite Online As contratações das estatais em foco - impactos da lei nº 14.133/2021, questões polêmicas e as diretrizes aplicadas para a revisão dos regulamentos	16/08/2021	20/08/2021
Zênite Online Alterações e aditivos aos contratos administrativos na lei nº 8.666/1993 e na lei nº 14.133/2021	30/08/2021	03/09/2021
Zênite Online Como elaborar o estudo técnico preliminar e o termo de referência para compras e serviços de acordo com o regime atual e a nova lei de licitações	10/09/2021	17/09/2021
Zênite Online O que muda com a nova lei de licitações?	20/09/2021	24/09/2021
Zênite Online O TCU e a nova lei de licitações – acórdãos que podem orientar a aplicação da lei nº 14.133/2021	27/09/2021	01/10/2021
Zênite Online Contratação direta no regime atual e na nova lei de licitações	04/10/2021	08/10/2021
Zênite Online O que muda com a nova lei nº 14.133/2021?	18/10/2021	22/10/2021
Zênite Online O que muda com a nova lei de licitações?	04/11/2021	10/11/2021
Zênite Online Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 05/2017.	08/11/2021	12/11/2021
Zênite Online Como elaborar o estudo técnico preliminar e o termo de referência para compras e serviços de acordo com o regime atual e a nova lei de licitações.	29/11/2021	03/12/2021
Zênite Online Contratação direta no regime atual e na nova lei de licitações	13/12/2021	17/12/2021
Zênite Online Contratações das estatais em foco	07/02/2022	11/02/2022

Zênite Online Alterações e aditivos aos contratos administrativos – paralelo da lei nº 8.666/1993 e da lei nº 14.133/202	14/02/2022	18/02/2022
Zênite Online Contratação direta no regime atual e na nova lei de licitações	07/03/2022	11/03/2022
Zênite Online Advogados públicos e a nova lei de licitações – temas e novidades que devem ser conhecidos por assessores, procuradores jurídicos e profissionais	14/03/2022	18/03/2022
Zênite Online como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a IN nº 05/2017	21/03/2022	25/03/2022
Zênite Online 40 questões polêmicas das contratações de obras e serviços de engenharia – novidades e temas fundamentais	28/03/2022	01/04/2022
Zênite Online Como elaborar o estudo técnico preliminar e o termo de referência para compras e serviços de acordo com os regimes da lei nº 8.666/1993 e da lei nº 14.133	04/04/2022	11/04/2022
Zênite Online O que mudou com a nova lei de licitações?	02/05/2022	06/05/2022
Zênite Online Como fiscalizar e gerir os contratos de compras e serviços – um paralelo entre a lei nº 8.666/1993 e a lei nº 14.133/2021	09/05/2022	13/05/2022
Zênite Online Como aplicar as regulamentações da lei nº 14.133/2021 – decretos, portarias e INs – novidades e aplicação prática	17/05/2022	23/05/2022
Zênite Online contratos das estatais – como fiscalizar e gerir de acordo com a lei nº 13.303/2016 e com os entendimentos do TCU	06/06/2022	10/06/2022
Zênite Online Como elaborar e julgar a planilha de formação de preços de acordo com a in nº 05/2017	04/07/2022	08/07/2022
Zênite Online Vícios e erros grosseiros na aplicação da nova lei de licitações – como evitar, quando sanear e como resolver a partir de precedentes do TCU	11/07/2022	15/07/2022
Zênite Online 40 questões polêmicas das contratações de obras e serviços de engenharia – novidades e temas fundamentais	01/08/2022	05/08/2022
Zênite Online Como elaborar o estudo técnico preliminar e o termo de referência para compras e serviços de acordo com os regimes da lei nº 8.666/1993 e da lei nº 14.133/2021	12/08/2022	19/08/2022
Encontro? 2º Encontro Nacional da Contratação Pública	23/08/2022	26/08/2022
Zênite Online Questões e temas polêmicos e os impactos da nova Lei de Licitações	12/09/2022	16/09/2022
Zênite Online Alterações e aditivos aos contratos administrativos – paralelo da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 14.133/2021	19/09/2022	23/09/2022

Zênite Online Dispensa, inexigibilidade e a instrução segura dos processos nos regimes da Lei nº 8.666/193 e da Lei nº 14.133/2021	17/10/2022	21/10/2022
Zênite Online Plano e Ação para a implantar a Nova Lei de Licitações nos Municípios	28/11/2022	02/12/2022
Zênite Online Como conduzir o pregão e a concorrência de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e a IN nº 73/2022	05/12/2022	07/12/2022
Zênite Online Advogados públicos e a Nova Lei de Licitações – temas e novidades que devem ser conhecidos por assessores, procuradores jurídicos e profissionais do controle	05/12/2022	12/12/2022
Zênite Online 40 questões para a aplicação segura da nova lei de Licitações	23/01/2023	27/01/2023
Zênite Online Plano e Ação para a implantar a Nova Lei de Licitações nos Municípios	09/02/2023	15/02/2023
Zênite Online Como elaborar o estudo técnico preliminar e o termo de referência para compras e serviços de acordo com a Nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021	17/03/2023	24/03/2023
Zênite Online Advogados públicos e a nova lei de licitações – Temas e Novidades que devem ser conhecidos por assessores, procuradores jurídicos e profissionais do controle	10/04/2023	14/04/2023
Zênite Online Como elaborar e julgar a planilha de preços dos serviços com mão de obra exclusiva	17/04/2023	26/04/2023
Zênite Online Contratos das estatais – 50 temas aplicados que devem ser dominados pelos fiscais e gestores	08/05/2023	12/05/2023
Zênite Online 40 questões para a aplicação segura da nova lei de licitações	22/05/2023	26/05/2023

Por todo o exposto, entende-se demonstrada e justificada a atuação da Zênite, bem como evidenciada a sua notoriedade que é reconhecida pela sua experiência e excelência.

Curitiba, 23 de maio de 2023.

ALEXANDRA MELEK
LORENZETTI:7577298
1900

Assinado de forma digital por
ALEXANDRA MELEK
LORENZETTI:75772981900
Dados: 2023.05.23 12:25:02 -03'00'

Alexandra Melek Lorenzetti
Coordenadora de Processos Jurídicos
Procuradora

ATESTADO

No exercício da competência conferida pelo art. 25, I, da Lei nº 8.666/93 e, de acordo com o art. 74, I, §1º, da Lei nº 14.133/2021, atestamos, para os devidos fins, conforme requerimento dirigido a esta entidade sindical e através dos documentos apresentados e abaixo indicados (*/**), que a empresa **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.781.069/0001-15, sediada na Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º andares, Batel, CEP 80.240-000, Curitiba, Estado do Paraná, goza de exclusividade em relação a organização, a realização e a comercialização das inscrições do Evento: "PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAR A NOVA LEI DE LICITAÇÕES NOS MUNICÍPIOS: Regulamentações, exigências de governança e atores responsáveis", com carga horária de 20 horas, a ser realizado entre os dias 07 e 11 de agosto de 2023, CAPACITAÇÃO 100% ON-LINE e AO VIVO, tendo como palestrantes José Anacleto Abduch Santos, Ricardo Alexandre Sampaio e Rodrigo Vissotto Junkes.

(*) hotsite: https://zenite.com.br/zenite_online/plano-acao-municipios/

(**) Escritura pública de declaração lavrada sob o nº 1192/23, livro 1421-E, folhas 170; 170-V; 171; 171-V; 172; 172-V; 173 e 173-V – 4º Tabelionato de Notas Dr. Daniel Driessen Junior (18/04/2023).

Cientes os responsáveis legais da empresa ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A, que caso não sejam verdadeiras todas as informações prestadas a esta entidade sindical, estarão sujeitos às penalidades previstas na lei, inclusive, em relação ao contido no art. 299, do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente, que tem prazo de validade de 90 (noventa) dias.

Curitiba, 18 de maio de 2023.

MICHEL
VITOR ALVES
LOPES:00588
464929
Assinado de forma digital por
MICHEL VITOR ALVES
LOPES:00588464929
Dados: 2023.05.18 16:03:52 -03'00'
Michel Vitor Alves Lopes
Presidente

SEDE: Rua Marechal Deodoro, 500 - 10º andar - Centro - CEP 80010-010 - Curitiba-PR
CONTATO: (41) 3222-8183 / sescap-pr@sescap-pr.org.br | www.sescap-pr.org.br
ESCRITÓRIOS REGIONAIS: Arapongas: (43) 3274-4394 - Cascavel: (45) 3224-6350 - Foz do Iguaçu: (45) 3572-3948
Francisco Beltrão: (46) 3527-1940 - Guarapuava: (42) 3623-2841 - Maringá: (44) 3026-6087 - Pato Branco: (46) 3225-0992
Toledo: (45) 3054-5600 - Umuarama: (44) 3622-5199



CAMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
RUA DOMINGOS LOUVERTURI,335
SETE LAGOAS
3137796300
atendimento@camarasete.mg.gov.br
19.781.236/0001-30

SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 107629

ORGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
UNIDADE : CORPO LEGISLATIVO
USUÁRIO : DARLAN EDUARDO DE SOUZA LIMA

QUANDO NECESSÁRIO FRETE, O MESMO CORRERÁ POR CONTA DO FORNECEDOR
TODO FRETE DEVERÁ SER PAGO PELA EMPRESA REMETENTE - O MATERIAL DEVERÁ SER DE PRIMEIRA QUALIDADE

Dados da Solicitação

Departamento : 10 - CAMARA

Data : 03/08/2023

Tipo de Compra :

Val. Aprox. : R\$ 4.678,20

Resumo : DESP.REF.CONTRATAÇÃO DE CURSO ZÊNITE SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.



ITEM	QUANT	UNIDADE	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL										
1	1	UNIDADE 1 UNIDADE	<p>3.3.9.0.39.99.04.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 119982 - CURSO CAPACITAÇÃO</p> <p>PRAZO: 10 DIAS CONDIÇÃO: 30 DIAS APÓS EMISSÃO DA NOTA FISCAL RESUMO: COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021 : TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA JUSTIFICATIVA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROMOVER CURSOS E TREINAMENTO VOLTADO A SERVIDORES PÚBLICOS, EM NÍVEL NACIONAL, NO INTUITO DE PREPARAÇÃO PARA A CORRETA APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133 DE 2021</p> <table><tr><td>DOTAÇÃO</td><td>CP</td><td>ANO</td><td>ELEMENTO</td><td>RESERVADO</td></tr><tr><td>31629</td><td></td><td>2023</td><td>3339039000000</td><td>TOTAL</td></tr></table> <p>RECURSO 1500000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS PROJ/ATIVIDADE 2709 - MANUTENÇÃO DAS ATIV DA CÂMARA MUNICIPAL</p>	DOTAÇÃO	CP	ANO	ELEMENTO	RESERVADO	31629		2023	3339039000000	TOTAL	2.732,4000	2.732,40
DOTAÇÃO	CP	ANO	ELEMENTO	RESERVADO											
31629		2023	3339039000000	TOTAL											
2	1	UNIDADE 1 UNIDADE	<p>3.3.9.0.39.99.04.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 119982 - CURSO CAPACITAÇÃO</p> <p>PRAZO: 10 DIAS CONDIÇÃO: 30 DIAS APÓS EMISSÃO DA NOTA FISCAL RESUMO: PARTICIPAÇÃO, DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM A LEI Nº 14133 DE 2021 JUSTIFICATIVA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROMOVER CURSOS TREINAMENTO VOLTADO A SERVIDORES PÚBLICOS, EM NÍVEL NACIONAL, NO INTUITO DE PREPARAÇÃO PARA A CORRETA APLICAÇÃO DA LEI Nº 14133 FR 2021</p> <table><tr><td>DOTAÇÃO</td><td>CP</td><td>ANO</td><td>ELEMENTO</td><td>RESERVADO</td></tr><tr><td>31629</td><td></td><td>2023</td><td>3339039000000</td><td>TOTAL</td></tr></table> <p>RECURSO 1500000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS PROJ/ATIVIDADE 2709 - MANUTENÇÃO DAS ATIV DA CÂMARA MUNICIPAL</p>	DOTAÇÃO	CP	ANO	ELEMENTO	RESERVADO	31629		2023	3339039000000	TOTAL	1.945,8000	1.945,80
DOTAÇÃO	CP	ANO	ELEMENTO	RESERVADO											
31629		2023	3339039000000	TOTAL											

Darlan Eduardo de S. Lima
Darlan Eduardo de S. Lima
Diretor de Material e Patrimônio

DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO

GESTOR ADMINISTRATIVO

Gustavo Neves Moura
Gustavo Neves Moura
Gestor Administrativo

ORDENADOR DA DESPESA

Vereador Caio Valace
Vereador Caio Valace
Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas

Biênio 2023/2024



DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 024/2023

Atesto a regularidade da documentação que visa a contratação do objeto especificado a seguir, tendo em vista que foram seguidos os preceitos da Lei nº 14.133/2021:

OBJETO: INSCRIÇÃO EM CURSO DE LICITAÇÃO A SER MINISTRADO PELA PESSOA JURÍDICA ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRAS Nº 107.629.

O **valor total** para o presente processo é de **R\$4.678,20 (quatro mil seiscentos e setenta e oito reais e vinte centavos)**, conforme SC nº 107.629 e documento de formulação de demanda, ambos expedidos pelo setor competente.

A estrutura completa da dotação orçamentária reservada para fazer jus às despesas do objeto de contratação analisado é a seguinte:

Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS

Unidade: 02 - SECRETARIA

Função: 01 - LEGISLATIVO

Subfunção: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa do Governo: 2040 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO

Projeto/ Atividade (ação): 2709 - MANUTENÇÃO DAS ATIV DA CÂMARA MUNICIPAL

Elemento de despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA

Subelemento de despesa: 3.3.90.39.99 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - CURSO CAPACITAÇÃO

Isso posto, posiciono-me favoravelmente à abertura do processo de contratação, na forma de **Inexigibilidade de Licitação**, com fulcro no art. 74, III, "f", da Lei Federal 14.133/2021.

Sete Lagoas, 21 de Agosto de 2023

WAGNER LUIZ MARQUES

CONTROLADOR GERAL DO LEGISLATIVO

CRC/MG 105.731/O

Matrícula 1800

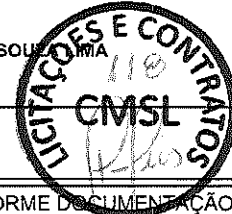
Wagner Luiz Marques
Controlador Geral do Legislativo
CRC/MG 105731

CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Página 1 de 1

**CAMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS**

RUA DOMINGOS LOUVERTURI,335
SETE LAGOAS
3137796300
atendimento@camarasete.mg.gov.br
19.781.236/0001-30

PROCESSO DE COMPRA N°**094283****ORGÃO : CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS****UNIDADE : CORPO LEGISLATIVO****USUÁRIO : DARLAN EDUARDO DE SOUZA LIMA**

Dados do Solicitação

Departamento : 10 - CAMARA**Data : 11/08/2023****Resumo : DESP.REF.CONTRATÇÃO DE CURSO ZÊNITE SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.**

ITEM	QUANT	UNIDADE	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	UNIDADE 1 UNIDADES	Dotação: 31629/2023 - 3339039000000 Unidade Orçamentária: SECRETARIA Proj/Ativ: 2709 - MANUTENÇÃO DAS ATIV DA CÂMARA MUNICIPAL Elemento: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Recurso: 100 - RECURSOS ORDINARIOS OU LIVRES 3.3.9.0.39.99.04.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 119982 - CURSO CAPACITAÇÃO - SOLICITAÇÃO: 107629 PA: PRAZO: 10 DIAS CONDIÇÃO: 30 DIAS APÓS EMISSÃO DA NOTA FISCAL RESUMO: COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021 : TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA JUSTIFICATIVA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROMOVER CURSOS E TREINAMENTO VOLTADO A SERVIDORES PÚBLICOS, EM NÍVEL NACIONAL, NO INTUITO DE PREPARAÇÃO PARA A CORRETA APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133 DE 2021	2732.4	2.732,40
2	1	UNIDADE 1 UNIDADES	3.3.9.0.39.99.04.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 119982 - CURSO CAPACITAÇÃO - SOLICITAÇÃO: 107629 PA: PRAZO: 10 DIAS CONDIÇÃO: 30 DIAS APÓS EMISSÃO DA NOTA FISCAL RESUMO: PARTICIPAÇÃO, DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM A LEI Nº 14133 DE 2021 JUSTIFICATIVA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROMOVER CURSOS TREINAMENTO VOLTADO A SERVIDORES PÚBLICOS, EM NÍVEL NACIONAL, NO INTUITO DE PREPARAÇÃO PARA A CORRETA APLICAÇÃO DA LEI Nº 14133 FR 2021	1945.8	1.945,80

TOTAL**4.678,20**

SETE LAGOAS, 11 DE AGOSTO DE 2023.

Autorizo**CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS****Autorizo****DIV. DE ABASTECIMENTO****ORDENADOR DA DESPESA**



Portaria nº 28 de 13 de abril de 2023.

NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA ATUAR EM LICITAÇÃO INSTAURADA NA FORMA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ATRAVÉS DE CREDENCIAMENTO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Poder Legislativo do Município de Sete Lagoas/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa – Resolução nº 810, de 1995 - e considerando o disposto no art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Licitação do Poder Legislativo do Município de Sete Lagoas, composta pelas servidoras **JAQUELINE HELENA ALVES**, matrícula nº 004, **MARIA ELISA ALVES DE OLIVEIRA**, matrícula 23 e **VICTÓRIA MARIA RIBEIRO CARVALHO**, matrícula nº 1845, para julgar e conduzir os processos licitatórios instaurados na forma de inexigibilidade de licitação, através de credenciamento, sob a presidência da primeira servidora.

Art. 2º - Compete à Comissão de Licitação:

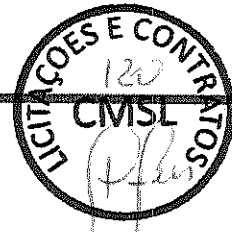
- I - Instaurar o respectivo procedimento licitatório, anexando documentos pertinentes;
- II - Expedir o edital regente do processo licitatório e submetê-lo à análise da Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa;
- III - Providenciar a publicação do extrato do edital, convocando os interessados, bem como os demais atos da licitação em tempo hábil;
- IV - Prestar informações aos interessados e responder os eventuais questionamentos formulados;
- V - Julgar as impugnações ao edital;
- VI - Receber os envelopes, abrir e analisar os documentos de habilitação, indicando a melhor oferta para o Poder Legislativo Municipal;
- VII - Realizar as diligências que se fizerem necessárias ao bom desenvolvimento do processo;
- VIII - Usar da faculdade prevista no parágrafo único do art. 48 da Lei 8.666 de 1993, diante da inabilitação de todas as licitantes;
- IX - Rever suas decisões, de ofício ou mediante provocação de terceiros, informando, quando for o caso, à autoridade superior os recursos interpostos;
- X - Conduzir as sessões e os trabalhos realizados;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Sete Lagoas/MG, 13 de abril de 2023.


CAIO LUCIUS VALACE DE OLIVEIRA SILVA
Presidente do Poder Legislativo Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Senhor Presidente.

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo licitatório, por meio de Inexigibilidade de Licitação, para Inscrição em curso de licitação a ser ministrado pela pessoa jurídica Zênite Informação e Consultoria S/A, conforme solicitação do setor competente, solicito de Vossa Senhoria que seja autorizada a abertura do certame licitatório nos moldes da legislação aplicada ao caso, a Lei Nacional nº 14.133 de 2021.

Sete Lagoas, 21 de agosto de 2023

Roberto Reis
ROBERTO REIS - ADV
Diretor de Licitações e Contratos
DIR. LICITAÇÕES E CONTRATOS
Mat. 1804

AUTORIZAÇÃO

Visando atender aos objetivos desta Câmara Municipal o Diretor de Licitações e Contratos solicita autorização para instaurar processo licitatório para a Inscrição em curso de licitação a ser ministrado pela pessoa jurídica Zênite Informação e Consultoria S/A. A despesa decorrente do objeto a ser licitado correrá por conta da dotação orçamentária própria, que é suficiente para fazer face à necessidade de empenho para o exercício, havendo adequação orçamentária e financeira com o orçamento aprovado.

Nos termos da Lei Nacional nº 14.133 de 2021, autorizo a abertura do processo administrativo de contratação e desde já determino que seja o presente processo autuado e numerado.

Sete Lagoas, 21 de agosto de 2023.

Caio Lucius Valace de Oliveira Silva
CAIO LUCIUS VALACE DE OLIVEIRA SILVA
Presidente do Poder Legislativo Municipal

AUTUAÇÃO

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto de 2023 (dois mil e vinte e três), no Departamento de Licitações e Contratos, autuo e promovo a numeração em ordem crescente e cronológica os documentos referentes ao processo licitatório nº 21/2023, instaurado na espécie de Inexigibilidade de Licitação nº 3/2023. E para constar fiz esta autuação. Eu, VICTÓRIA MARIA RIBEIRO CARVALHO, Assistente de Licitações e Contratos subscrevo. *Victória Maria Ribeiro Carvalho*

CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Constam do presente processo documentos referentes a uma hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos que se seguem.

DO OBJETO: Contratação de empresa de notória especialização para ministrar treinamento de pessoal por meio dos cursos “Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução Segura dos Processos de acordo com a lei nº 14.133 de 2021” e “Como Aplicar a Lei nº 14.133 de 2021: Temas Relevantes com Abordagem Prática” a realizar nos dias 30/08/2023 a 01/09/2023 e 17/10/2023 a 23/10/2023, respectivamente.

FONTE DE RECURSOS: A referida despesa será suportada pela seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara Municipal de Sete Lagoas / Unidade 02: Secretaria / Função 01: Legislativo / Subfunção 31: Ação Legislativa / Programa de Governo: 2040 – Gestão do Poder Legislativo / Projeto/Atividade (ação): 2709 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal / Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica / Subelemento de Despesa: 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Curso Capacitação.

PRETENSE CONTRATADA: A presente contratação deve ser concretizada em favor da pessoa jurídica ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A, portadora do CNPJ nº 86.781.069/0001-15, com sede e administração na Avenida Sete de Setembro nº 4.698, Andar 3, bairro Batel, município de Curitiba/MG, legalmente representada pelo Diretor Presidente Renato Geraldo Mendes, nacionalidade brasileira, estado civil casado, portador do CPF nº [REDACTED] e da Carteira de Identidade nº [REDACTED] SSP/PR, residente e domiciliado no município de Curitiba/MG.

DO PREÇO: Valor total para os dois cursos: **R\$ 4.678,20 (quatro mil seiscentos e setenta e oito reais e vinte centavos)**, sendo R\$ 1.945,80 (mil novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) para o curso “Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução Segura dos Processos de acordo com a lei nº 14.133 de 2021” e R\$ 2.732,40 (dois mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) para o curso “Como Aplicar a Lei nº 14.133 de 2021: Temas Relevantes com Abordagem Prática”

PRAZO DE EXECUÇÃO: A pretensa contratada executará o objeto deste processo em dois períodos, sendo: 30/08/2023 a 01/09/2023 o curso “Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução Segura dos Processos de acordo com a lei nº 14.133 de 2021” e 17/10/2023 a 23/10/2023 o curso “Como Aplicar a Lei nº 14.133 de 2021: Temas Relevantes com Abordagem Prática”.

RESPALDO LEGAL: Quanto ao objeto em foco, entendemos tratar-se de uma hipótese de contratação direta na espécie de inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso III, letra “f” da Lei nº 14.133 de 2021, ao dizer textualmente:

CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Página 1 de 2



*“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)*

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”



INSTRUÇÃO DO PROCESSO: Pelo presente feito, o Diretor de Licitações e Contratos solicitou a instauração de procedimento administrativo acerca da possibilidade de contratação direta da pessoa jurídica Zênite Informação e Consultoria S/A, devidamente qualificada acima, com fulcro no art. 74, inciso III, letra “f” da Lei Nacional nº 14.133 de 2021, para ministrar dois cursos referente à referida lei.

Compulsando os autos, esta Comissão de Licitação constatou que o referido processo foi instruído com os documentos arrolados nos incisos do art. 72 da Lei nº 14.133 de 2021, quais sejam: a) documento de formalização de demanda; b) estimativa de preço; c) parecer jurídico; d) previsão de recursos orçamentários; e) comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, qualificação técnica; f) razão da escolha da contratada, e, g) justificativa do preço.

CONCLUSÃO: Face ao exposto e tendo em vista que os aspectos legais foram cumpridos, esta Comissão opina que a contratação da pessoa jurídica Zênite Informação e Consultoria S/A acima qualificada, pelo valor global de R\$ 4.678,20 (quatro mil seiscientos e setenta e oito reais e vinte centavos), referente a duas inscrições no Zênite On Line para os cursos retro mencionados, na espécie inexigibilidade de licitação, enquadra-se nas regras preconizadas do art. 74, inciso III, letra “f” da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Por fim, que seja juntado, posteriormente, aos autos, notas fiscais dos serviços prestados pela pretensa contratada a outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

Assim, esta Comissão de Licitação encaminha e submete os presentes autos à autoridade superior quanto ao procedimento de inexigibilidade de licitação em referência.

Sete Lagoas, 21 de agosto de 2023.


JAQUELINE HELENA ALVES – Presidente


MARIA ELISA ALVES DE OLIVEIRA – Integrante da Comissão


VICTORIA MARIA RIBEIRO CARVALHO – Integrante da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Assunto RES: Fichas de Inscrição curso Zênite

De Manuella Ribereite Silva <manuella.silva@zenite.com.br>
Para victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br
<victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br>
Data 24.08.2023 15:39



- EMASA SC - R\$ 2.115,00.pdf (946 KB)
- TCM-RJ - R\$ 21.150,00 -.pdf (357 KB)
- TJMSP.pdf (63 KB)
- R\$ 11.880,00 - JF 1 GRAU GO.pdf (73 KB)
- R\$ 2.970,00 - PREF MUN RIO VERDE.pdf (894 KB)
- R\$ 5.940,00 - PM-CM.pdf (382 KB)

Victoria, boa tarde

Tudo bem !

Conforme sua solicitação, segue as Notas, para comprovação de preços, dos cursos.
Fico a disposição para ajudar no processo.

Atenciosamente,

Manuella Ribereite Silva

Consultora Comercial de Eventos

manuella.silva@zenite.com.br <mailto:manuella.silva@zenite.com.br>

Fone: (41) 2109-8641

Whatsapp (41) 98881-5605[cid:image001.png@01D9D6A0.F09C5930]

[Logotipo, nome da empresa Descrição gerada automaticamente]

[Texto Descrição gerada automaticamente]<https://zenite.com.br/zenite_online/planejamento-compras-servicos/>

De: victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br <victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br>

Enviada em: quinta-feira, 24 de agosto de 2023 10:06

Para: Manuella Ribereite Silva <manuella.silva@zenite.com.br>

Assunto: Fichas de Inscrição curso Zênite

Prezada Manuella, bom dia.

Sirvo-me do presente para lhe encaminhar as fichas de Inscrições referentes aos Cursos cujo os quais temos interesse em participar.

Para qualquer dúvida estarei à disposição.

Desde já agradeço.

--

ATENCIOSAMENTE,

VICTORIA MARIA RIBEIRO CARVALHO

ASSISTENTE EM LICITAÇÃO

FONE: (31) 3779-6366

[cid:image004.png@01D9D6A0.F09C5930]



EMASA - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú

4ª AVENIDA, 250 - CENTRO - Balneário Camboriú/ SC
CNPJ: 07.854.402/0001-00 Fone: 4732610000



Usuário: Allan Gustavo de

Chave de Autenticação Digital
1313-4714-101

Página
1 / 1

Nota de Empenho Orçamentário

Número: 890/2023

Emissão: 10/08/2023

Espécie: Ordinário

Categoria: Comum

Órgão Orçam.: 35000 - EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO - EMASA

Un. Orçam.: 35001 - ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Despesa: 648 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Elemento: 39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Detalhamento: 48 - serviços de seleção e treinamento

Ação: 2.189 - Manutenção das Atividades Administrativas da EMASA

Funcional: 17.512 - Saneamento Básico Urbano

Fonte recurso: 100615 - Recursos Diretos - EMASA

Id-Us: 1.899.7000 - Sem identificação de Códig

Saldo Anterior: R\$ 1.038.738,20

Saldo Atual: R\$ 1.036.623,20

Valor deste empenho: R\$ 2.115,00

Importa este empenho o valor de: dois mil e cento e quinze reais

Pré-empenho: 409/2023

Licitação:

Modalidade:

Contrato:

Compra Direta: 73

Finalidade:

Credor: 26991 - ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A

Endereço: Avenida Sete de Setembro, 4698 - Batel

Cidade: Curitiba - PR

Fone: (41) 2109-8666

CNPJ: 86.781.069/0001-15

CEP: 80.240-000

Banco: 1 - Banco do Brasil S.A.

Agência: 3041-4

C/C: 000 84229-X

Objeto resumido: PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A INSCRIÇÃO DA FUNCIONÁRIA TANYARA LILIAN GREIN BISI PARA PARTICIPAR DO CURSO ON LINE - DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021 ENFOQUE APLICADO: APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA, FLUXOS, RESOLUÇÃO DE CASOS CONCRETOS E BOAS PRÁTICAS - ENFOQUE APLICADO: APRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA, FLUXOS, RESOLUÇÃO DE CASOS CONCRETOS E BOAS PRÁTICAS, QUE SERÁ NO DIA 30/08 a 01/09, PELA EMPRESA ZENITE, CONFORME PROCESSO 71459/2023.

Itens do empenho

Item	Qtde.	Unid. Med.	Cód.	Material/Serviço/Subdetalhamento	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1,00	UN	35443	CURSO	2.115,00000	2.115,00
Total dos Itens:						R\$ 2.115,00
Desconto:						R\$ 0,00
Valor deste empenho:						R\$ 2.115,00
Total de retenções indicadas a efetuar:						R\$ 0,00
VALOR LÍQUIDO:						R\$ 2.115,00

Reconheço a liquidação deste empenho nos termos do artigo 63 da Lei 4320/64 e ordeno o pagamento ao favorecido, no valor acima especificado, nos termos dos artigos 62 e 64 da Lei 4320/64.

Data: ____/____/____

Assinatura Autorizada

Recebi a importância acima processada:

Data: ____/____/____

Recebedor: _____

CPF: _____

Pagamento Efetuado:

Cheque nº.: _____ Conta Corrente: _____

Banco: _____

Tesoureiro

Nota: ATENÇÃO*****

O CARREGAMENTO E/OU DESCARGA É DE RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR.

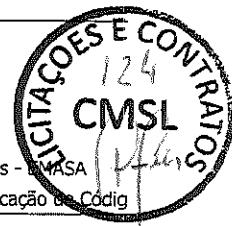
A ENTREGA DA MERCADORIA OU DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DEVERÁ SER PREVIAMENTE AGENDADA ATRAVÉS DE PROTOCOLO ELETRÔNICO DA DEVIDA NOTA FISCAL E CNDs, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: EMASA.1DOC.COM.BR/ATENDIMENTO.

DOUGLAS COSTA BEBER ROCHA

DIRETOR GERAL
EMASA

ALLAN GUSTAVO DE MORAES

Contador
CRC-SC 037.101/O-3



Assinado por 2 pessoas: ALLAN GUSTAVO DE MORAES e DOUGLAS COSTA BEBER ROCHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://emasa.1doc.com.br/verificacao/8D01-933F-4D93-D03B>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8D01-933F-4D93-D03B



Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ALLAN GUSTAVO DE MORAES (CPF 351.XXX.XXX-95) em 10/08/2023 15:06:16 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

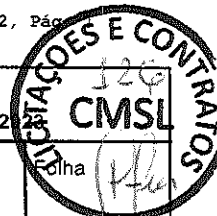
- ✓ DOUGLAS COSTA BEBER ROCHA (CPF 985.XXX.XXX-34) em 11/08/2023 16:47:34 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://emasa.1doc.com.br/verificacao/8D01-933F-4D93-D03B>

TCMRioProcesso
40/101.443/2023Data
10/07/2023

Rubrica

**Nota de Empenho****Documento: 377/2023**

Órgão

Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro

CNPJ

27.532.498/0001-90

Unidade Orçamentária

Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro

Programa de Trabalho

2101.01.032.0004.2051

Fonte de Recurso

1.500.100

Natureza da Despesa

33.90.39.18 - Treinamento de Pessoal

Especificação da Despesa

Treinamento de Pessoal

Conforme Proposta Comercial à peça 009, Instrução DTC/DGP nº 027/2023 à peça 012 e Despacho DGP/DTC à peça 015.

Prazo de Entrega

30/08/2023 a 01/09/2023

Espécie do Empenho

Ordinário

Valor

R\$ 21.150,00 (vinte e um mil, cento e cinquenta reais)

Favorecido

ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A
AV. SETE DE SETEMBRO, 4.698 - ANDAR 3
BATEL - CURITIBA - PR
CEP: 80.240-000

CNPJ: 86.781.069/0001-15

Contato: ADEMIR FELICIANO
Tel.: 41) 2109-8666

Endereço de Entrega/Faturamento

Rua Santa Luzia, 732 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20030042

Forma de Contratação

Inexigível

Fundamentação

Art. 25, Inciso II, c/c Art. 13, Inciso VI da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores

Item	Especificação	Unidade	Qtd.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
001	Participação de 11 servidores no curso "Dispensa, inexistência e a instrução segura dos processos de acordo com a lei nº 14.133/2021", com carga horária total de 12 horas, a ser realizado na modalidade online, no período de 30/08/2023 a 01/09/2023.	ALUNO	11	1.922,73	21.150,00

Emitido por: Em 20/07/2023

ELÍDIO DE SOUZA FREIRE JÚNIOR
Técnico de Controle Externo
Matr. 40/902.072-8 - DGF/DEO - TCMRio

Conferido por:

RODRIGO BETZLER CARDOSO GOMES
Chefe de Serviço - DEO
Matr. 40/902.153-6 - DGF/DEO - TCMRio

Visto:

TIAGO KNEIPP RAMOS
Diretor Geral - DGF
Matr. 40/901.756-7 - DGF - TCMRioRecebemos a primeira via desta
nota de empenho em

Assinatura



EMENTA: VERIFICADA A IMPOSSIBILIDADE DE COMPETIÇÃO, ADMITE-SE A CONTRATAÇÃO DIRETA NOS TERMOS DO ARTIGO 74, INCISO III, LETRA "F" DA LEI NACIONAL Nº 14.133 DE 2021. PARECER TÉCNICO JURÍDICO –INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO.

I. RELATÓRIO:

1. Enviado a esta Procuradoria Jurídica o processado administrativo em epígrafe, para que fosse manifestado a respeito da contratação da pessoa jurídica *ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A*, portadora do CNPJ nº 86.781.069/0001-15, com sede e administração na Avenida Sete de Setembro nº 4.698, Andar 3, bairro Batel, município de Curitiba/PR, CEP: 80.240-000, para prestar serviços de treinamento de pessoal – Nova Lei de Licitações –.
2. Carreado aos autos encontra-se:
 - O Documento de Formalização de Demanda requerendo a contratação e a justificativa da necessidade de contratação, subscrito pelo Diretor do Departamento de Licitações e Contratos, Sr. Roberto dos Reis, devidamente aprovado pelo Gestor Administrativo, Sr. Gustavo Neves Moura, **fls. 02/05**;
 - A proposta comercial da pretensa contratada no valor de R\$ 4.678,20 (quatro mil seiscentos e setenta e oito reais e vinte centavos), sendo R\$ 1.945,80 (mil novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) para o curso “Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução Segura dos Processos de acordo com a Lei nº 14.133” e R\$ 2.732,40 (dois mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) para o curso “Como Aplicar a Lei nº 14.133: Temas Relevantes com Abordagem Prática”, **fls. 06/08 e 28/29**;
 - A demonstração de notoriedade da pretensa contratada, **fls. 95/114**, bem como dos profissionais que irão ministrar os cursos, por meio de seus currículos, **fls. 23/27 e 51/66**, respectivamente;
 - A comprovação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e econômica financeira da pretensa contratada, **fls. 67/84**.
3. O Controlador Geral desta Casa manifestou no sentido de que o objeto e justificativa estão adequados, a classificação orçamentária está correta e o saldo orçamentário é suficiente para cobrir a despesa, estando a requisição compatível com o PPA / LDO / LOA.
4. Em suma é o relatório, passo a opinar.
5. Antes de adentrar no mérito, convém observar que a presente manifestação desta Procuradoria Jurídica, em casos como o presente encontra abrigo no art. 72, inciso III da Lei nº 14.133 de 2021. A análise a ser empreendida tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados ou já efetivados. Envolve também o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados.
6. Entretanto, restringirá justamente a apontar, possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar, se necessário, providências para salvaguardar a autoridade superior, a quem compete avaliar a real dimensão

CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS





do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada, ressalvando que a presente manifestação apresenta natureza meramente opinativa e, por tal motivo, as orientações apresentadas não se tornam vinculantes para a autoridade máxima deste Poder Legislativo, a qual pode, de forma justificada, adotar posicionamento contrário ou diverso do que aqui emanado.

II. FUNDAMENTAÇÃO:

7. O ordenamento jurídico brasileiro consagrou à Administração Pública, direta ou indireta, a licitação como **regra** para contratar particulares no que tange a obras, **serviços**, compras, dentre outras, tendo como fundamento legal a norma constitucional, artigo 37, inciso XXI e infraconstitucional, artigo 1º da Lei nº 14.133 de 2021. Assim, é de se concluir que, em se tratando de contratação com o Poder Público, a inexigibilidade é uma **exceção** à lei, ocorrendo nos casos autorizados pela própria lei, notadamente no art. 74 e seus incisos, rol este exemplificativo.

8. O renomado doutrinador **MARÇAL JUSTEN FILHO**, em sua conceituada obra *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 11ª edição, São Paulo – 2005, *Dialética*, concebida diante da Lei nº 8.666 de 1993, mas que se harmoniza às prescrições da Lei nº 14.133 de 2021, com a propriedade que lhe é peculiar, assim trata o tema em análise.

[...] a supremacia do interesse público fundamenta a exigência, como regra geral, de licitação para contratações da Administração Pública. **No entanto, existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos.** (...). Por isso, autoriza-se a Administração a adotar um outro procedimento, em que formalidades são suprimidas ou substituídas por outras. (Grifei)

9. No mesmo sentido é o ensinamento do não menos renomado **JOEL DE MENEZES NIEBHUR**, in “Licitação Pública e Contrato Administrativo”, 5ª edição, 2022, Forum, p. 128:

[..].

O inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal não deixa a mais estreita margem à dúvida no que tange à obrigatoriedade de licitação pública que assegure igualdade de condições, pelo que se alinha ao *caput* do artigo 5º, também da Constituição Federal, que consagra o princípio da isonomia. Em paralelo a isso, o dispositivo em comento prevê hipóteses em que não se deve proceder à licitação pública, dado que já no início do texto os casos especificados na legislação são ressalvados da aludida obrigatoriedade.

[...].

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. (Grifei)

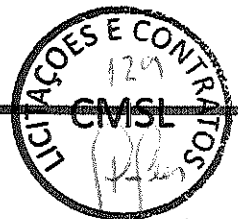
10. Contudo, a contratação de particular, adotando-se a espécie de inexigibilidade de licitação, deve ocorrer quando há uma evidente, clara, transparente **inviabilidade de competição**, melhor dizendo, é impossível promover-se a competição, tendo em vista que um dos contendores reúne qualidades tais que o torna único, exclusivo, notório, inibindo os demais pretensos participantes.

11. A esse respeito, Marçal Justen Filho, na mesma obra, leciona.

3.2) Ausência de ‘mercado concorrencial’

Outra hipótese consiste nas características do mercado privado envolvendo o tipo de prestação pretendida pela Administração Pública. Embora possam existir diferentes alternativas para satisfação do interesse sob tutela estatal, não se

CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



configura um mercado na acepção de conjunto de fornecedores em disputa permanente pela contratação. Não há ofertas permanentes de contratação, eis que os particulares em condições de executar a prestação não competem entre si formulando propostas. (...) **OU seja, configura-se um mercado peculiar, eis que não existe a dimensão concorrencial encontrada no âmbito de compras, obras e outros serviços.** Original sem grifo.

12. Portanto, a conclusão lógica é no sentido de que sempre que **inexistir viabilidade de competição** poderá efetivar-se a contratação direta – inexigibilidade –, ainda que não se configurem as situações expressamente constantes do elenco do art. 74 da Lei 14.133 de 2021. Acerca do tema, assim se manifestou o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vejamos: ***“os casos de inexigibilidade de licitação não se exaurem nas disposições legais, as quais consignam, apenas exemplificativamente, algumas situações”*** (Processo TC/PR 4707 – 02.00/03-5, publicado no informativo de Licitações e Contratos – ILC nº 53, Consultoria Zênite).

13. Até então, do contexto normativo desenhado, tem-se que, nesta oportunidade, cumpre a esta Procuradoria verificar o adimplemento dos requisitos constantes no artigo 74, inciso III, letra “f” da Lei 14.133 de 2021. É extraído do Documento de Formalização de Demanda, que:

[...].

Os referidos cursos vêm ao encontro das necessidades da Diretoria de Licitações e Contratos, tendo em vista a proximidade da revogação do regime das Leis nº 8.666 de 1993 e Lei 10.520 de 2002 e aplicação obrigatória da Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133 de 2021, tornando-se urgente e necessária a capacitação dos agentes responsáveis pela aplicação desta lei, que inaugura um novo regime de contratações com inúmeras alterações e novidades.

Serão abordados assuntos indispensáveis para o início da aplicação, com segurança, do novo regime. Além do conhecimento da lei propriamente dita e dos regulamentos que já foram editados, serão abordadas as polêmicas e controvérsias relacionadas ao planejamento e julgamento das licitações e a compreensão dos entendimentos do Tribunal de Contas da União, das Cortes de Contas Estaduais e do Poder Judiciário, que guiarão a interpretação e a aplicação da nova Lei.

Importante salientar que neste evento, além das aulas expositivas e dialogadas, com a resolução de questões polêmicas e casos práticos, serão debatidas, com grandes especialistas no assunto, as principais novidades e alterações nas licitações e nos contratos, com momento específico para respostas às dúvidas dos participantes, tornando-se essa atualização de extrema importância para nós, agentes públicos.

[...]

II.1 – Escolha da prestadora dos serviços

14. Há que se ponderar, que justificar a abertura de um processo para contratação significa demonstrar previamente, de maneira metódica e didática, as razões pelas quais a Administração está a contratar esse ou aquele objeto ou mesmo por que escolheu um caminho em detrimento de outro.

15. Além da justificativa da necessidade contratar os cursos em referência, o subscritor do Documento de Formalização de Demanda justificou a indicação da inexigibilidade de licitação, **fls. 02**, como espécie de contratação, o fato da pretensa contratada contemplar ***“através da demonstração da notória especialização tanto da pessoa jurídica a ser contratada, quanto dos palestrantes que foram designados para ministrarem os cursos pretendido, conforme se verifica nos currículos acostados a este instrumento.”***

16. No caso ora posto sob análise, a justificativa da contratação, a escolha da pretensa contratada (notória especialização e nacionalmente reconhecida, bem como de seus palestrantes) e o preço a ser pago (compatível

CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS



com o praticado no mercado), estão presentes nos documentos que instruem o processo, fls. 95/114; fls. 23/27 e fls. 51/66 e fls. 14/22 e fls. 42/50, respectivamente.

17. Nesse sentido, é a orientação do Tribunal de Contas da União:

A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado". (TCU, Súmula nº 252, de 13.04.2010.)

18. Registre que a Nova Lei de Licitações (14.133 de 2021) extirpou o requisito "natureza singular" para os serviços técnicos especializados arrolados nas letras "a" a "h" do inciso III do art. 74. No que tange a um dos pressupostos para a contratação (notória especialização do contratado), MARÇAL JUSTEN FILHO comenta¹:

[...]

A especialização consiste na titularidade objetiva de requisitos que distinguem o sujeito, atribuindo-lhe maior habilitação do que a normalmente existente no âmbito dos profissionais que exercem a atividade. Isso se traduz na existência de elementos objetivos ou formais, tais como a conclusão de cursos e a titulação no âmbito de pós-graduação, a participação em organismos voltados a atividade especializada, o desenvolvimento frutífero e exitoso de serviços semelhantes em outras oportunidades, a autoria de obras técnicas, o exercício de magistério superior, a premiação em concursos ou a obtenção de láureas, a organização de equipe técnica e assim por diante.

(...)

A notoriedade, por sua vez, significa o reconhecimento da qualificação do sujeito por parte da comunidade. Ou seja, trata-se de evitar que a qualificação seja avaliada exclusivamente no âmbito interno da Administração. Não basta a Administração reputar que o sujeito apresenta qualificação, pois é necessário que esse juízo seja exercitado pela comunidade. Não se exige notoriedade no tocante ao público em geral, mas que o conjunto dos profissionais de um certo setor reconheça no contratado um sujeito dotado de requisitos de especialização."

II.2- Da justificativa do preço

19. Quanto à justificativa do preço, deve haver, por parte do solicitante da contratação, estudo a fim de verificar se o preço cobrado está compatível com os serviços oferecidos. Não basta afirmar que se trata de prestador de serviço com notória especialização, e por isso submeter-se ao preço por ele estipulado. É necessário que esteja devidamente demonstrado e comprovado no processo que os preços praticados estão compatíveis com os serviços oferecidos para o mercado.

20. Sob a égide da Lei nº 8.666 de 1993 o legislador foi omissivo ao indicar os parâmetros necessários para levantamento de um preço referencial/comparativo, ou seja, de um preço praticado no mercado. Com a edição da Lei nº 14.133 de 2021 esta lacuna foi preenchida com a redação do art. 23, § 1º incisos I ao V, onde está claramente indicados os parâmetros nos quais os agentes públicos possam demonstrar que o preço a ser pago pela prestação dos serviços é o que vem sendo praticado no mercado.

21. Entretanto, para a contratação de serviços técnico especializados através da espécie inexigibilidade de licitação, não é possível a tradicional pesquisa mercadológica utilizando os parâmetros disponibilizados pelo §

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª edição, São Paulo: Dialética, 2005, p. 283-284.



1º do art. 23. Para isso, o legislador não deixou o agente público sem a necessária solução para o caso, ao prescrever no § 4º do citado artigo que:

Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

22. Joel de Menezes Niebhur, in “Licitação Pública e Contrato Administrativo”, 5ª edição, 2022, Forum, p. 141/142, comentando sob o tema, assim pronunciou:

[...]

Tais normas são direcionadas especialmente às hipóteses de inexigibilidade de licitação, que guardam peculiaridade no que atine à pesquisa de preços, porque pressupõem inviabilidade de competição. Nesses casos, **é difícil ou inviável para a Administração Pública comparar preços**, haja vista que o objeto é executado com exclusividade por aquele que se pretende contratar ou o objeto é singular - o que significa, nas hipóteses em que o contratado é exclusivo, que os preços existentes são os praticados por ele próprio ou que, nos casos de singularidade, os preços não seguem necessariamente padrões objetivos de mercado. **Para essas situações, a justificativa de preço ocorre com a juntada de outros contratos da mesma pessoa jurídica que a Administração Pública pretende contratar.** Esse entendimento vem de algum tempo, mesmo diante da Lei n. 8.666/1993². (Original sem grifo).

23. A razoabilidade do valor a ser pago pela contratação decorrente de inexigibilidade de licitação, foi aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos.

III. CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, esta assessoria jurídica manifesta-se pelo prosseguimento do processo de contratação por inexigibilidade de licitação, visando contratar os cursos (i) “Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução Segura dos Processos de Acordo com a Lei nº 14.133 de 2021” e (ii) “Como Aplicar a Lei 14.133 de 2021: Temas Relevantes com Abordagem Prática”, a ser ministrados pela pretensa contratada **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A**, uma vez que se enquadra na hipótese do art. 74, inciso III, letra “f” da Lei nº 14.133 de 2021.

Sete Lagoas, 5ª feira, 24 de agosto de 2023.

Adv. FERNANDO GERALDO FARIA ROQUE
Procurador do Legislativo

² A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes público ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar (TCU, Plenário. Acórdão n. 2.993/2018. Rel. Min. Br8uno Dantas, j. 12.12.2018).



ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

O Presidente do Poder Legislativo do Município de Sete Lagoas, ordenador de despesa, no uso de suas atribuições legais, pelo art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133 de 2021, e

CONSIDERANDO a abertura dos autos do processo licitatório nº 21/2023, instaurado na espécie de inexigibilidade de licitação nº 03/2023 que tem como objeto duas inscrições em cursos On Line a ser ministrado pela pessoa jurídica ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A, intitulado "Dispensa, Inexigibilidade e Instrução Segura dos Processos de Acordo com a Lei nº 14.133 de 2021" e "Como Aplicar a Lei nº 14.133/2021: Temas Relevantes com Abordagem Prática" destinados aos serviços que desempenham funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO a manifestação do Controlador Geral do Legislativo, Sr. Wagner Luiz Marques, fls. 117, que atestou a regularidade da documentação que instruiu a pretensa contratação (art. 72, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII), posicionando favoravelmente à abertura do processo em epígrafe;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico, de lavra do Procurador do Legislativo, Dr. Fernando Geraldo Faria Roque, fls. 127/131, no sentido de que a pretensa contratação encontra amparo no art. 74, inciso III, letra "f" da Lei nº 14.133 de 2021, não havendo óbice de ordem legal, quanto a regularidade do processo;

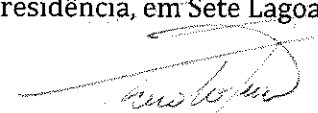
RESOLVE:

I – **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório, na espécie de inexigibilidade de licitação.

II – **AUTORIZAR** a contratação, por inexigibilidade de licitação, da pessoa jurídica ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A, portadora do CNPJ nº 86.781.069/0001-15, com sede e administração na Avenida Sete de Setembro nº 4.698, Andar 3, bairro Batel, município de Curitiba/MG, legalmente representada pelo Diretor Presidente Renato Geraldo Mendes, nacionalidade brasileira, estado civil casado, residente e domiciliado no município de Curitiba/MG, consubstanciado nos documentos que instruíram o referido processo de contratação direta.

III – **DETERMINAR** a publicação desta decisão na forma da lei, para conhecimento geral e ato contínuo o arquivamento dos autos.

Gabinete da Presidência, em Sete Lagoas/MG, em 25 de agosto de 2023.


CAIO LUCIUS VALACE DE OLIVEIRA SILVA
Presidente do Poder Legislativo Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

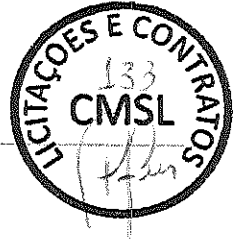
Assunto RESERVA DE INSCRIÇÃO - 223547 - CAIO LUCIUS VALACE DE OLIVEIRA SILVA - Empresa 016472 - CAMARA MUNICIPAL

De Aline Saczuk Poltronieri <aline.saczuk@zenite.com.br>

Para victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br
<victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br>

Cópia Manuella Ribereite Silva <manuella.silva@zenite.com.br>

Data 24.08.2023 17:15



- 00223547_20230824_1647.pdf (536 KB)
- 00224313_20230824_1650.pdf (532 KB)
- RESERVA DE INSCRIÇÃO - SETE LAGOAS.pdf (707 KB)

Prezada,

Segue anexo reserva de inscrição atualizada.

Fico à disposição para eventuais dúvidas e solicitações.

Atenciosamente,

Aline Saczuk Poltronieri
Aux. Relacionamento com o Cliente
aline.saczuk@zenite.com.br<mailto:aline.saczuk@zenite.com.br>
Fone: (41) 2109-8666
[Logotipo, nome da empresa Descrição gerada automaticamente]

De: Manuella Ribereite Silva <manuella.silva@zenite.com.br>
Enviada em: quinta-feira, 24 de agosto de 2023 16:54
Para: victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br; Aline Saczuk Poltronieri <aline.saczuk@zenite.com.br>
Assunto: RES: RESERVA DE INSCRIÇÃO - 223547 - MARCIO PAULINO DA SILVA TORRES - 016472 - CAMARA MUNICIPAL - SETE LAGOAS/MG

Victoria!
Segue as propostas em nome do Sr Caio.
Obrigada

Atenciosamente,
Manuella Ribereite Silva
Consultora Comercial de Eventos
manuella.silva@zenite.com.br<mailto:manuella.silva@zenite.com.br>
Fone: (41) 2109-8641
Whatsapp (41) 98881-5605[cid:image001.png@01D9D6AB.5FADAEF0]

[Logotipo, nome da empresa Descrição gerada automaticamente]

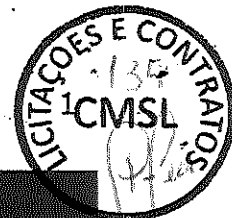
[Texto Descrição gerada automaticamente]<[https://zenite.com.br/zenite online/planejamento-compras-servicos/](https://zenite.com.br/zenite%20online/planejamento-compras-servicos/)>

De: victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br<mailto:victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br>
<victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 24 de agosto de 2023 16:22
Para: Aline Saczuk Poltronieri <aline.saczuk@zenite.com.br>
Cc: Manuella Ribereite Silva <manuella.silva@zenite.com.br>
Assunto: Re: RESERVA DE INSCRIÇÃO - 223547 - MARCIO PAULINO DA SILVA TORRES - 016472 - CAMARA MUNICIPAL - SETE LAGOAS/MG

Em 24.08.2023 16:17, Aline Saczuk Poltronieri escreveu:
Prezada Victoria,

Será realizada a alteração solicitada e tão logo enviaremos nova reserva.

Por gentileza, pode nos informar uma previsão para envio da documentação final para garantir a confirmação da vaga?



CONFIRMAÇÃO DE RESERVA

Zênite On Line DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021

30/08/2023 a 01/09/2023

CURITIBA, 28 de junho de 2023

Att: CAIO LUCIUS VALACE DE OLIVEIRA SILVA - Fone: 3137796300
CAMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
SETE LAGOAS - MG

Prezados Senhores,

Confirmamos a reserva de inscrição dos servidores abaixo relacionados para participação no curso: "DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 30/08/2023 a 01/09/2023.

DETALHES DA CONFIRMAÇÃO DE RESERVA

Participantes: VICTORIA MARIA RIBEIRO CARVALHO

Obs. Os dados acima relacionados serão utilizados para confecção do certificado e credencial para o evento.

Carga Horária: 12

Investimento: R\$ 2115,00

Participantes Pagantes: 001

Desconto: R\$ 169,20

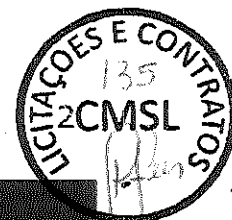
TOTAL: R\$ 1.945,80

Reserva válida até 28/07/23

A proposta inclui:

- Lei Digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do Curso
- Certificado

Aproveite para ver a programação completa [CLICANDO AQUI](#).



CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Para concluir o processo de inscrição, é necessário enviar até a data indicada, por e-mail, cópia do documento de autorização de participação:

Nota de Empenho ou;
Autorização de fornecimento ou;
Cópia de comprovante de depósito.

A inscrição será confirmada somente após o recebimento do documento acima citado.

O pagamento deverá ser efetuado em favor de:

CNPJ: 86.781.069/0001-15

ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A

Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR

Dados Bancários:

BANCO DO BRASIL: Agência: 3041-4 Conta: 84229-X

CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Agência: 1525-3 Conta: 1566-2

SANTANDER: Agência: 3837- Conta: 13001725-8

BANCO ITAU: Agência: 3833- Conta: 63040-7

BRDESCO: Agência: 5723- Conta: 0766622-5

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomenda-se a utilização de equipamento com as seguintes especificações:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core

4Gb RAM

Internet de 10 mbps (de preferência por cabo)

Browser:

Recomenda-se utilizar o Google Chrome

Banda ideal:

Inbound participante: 3 mbps

Essa confirmação é válida somente se não existir pendências de pagamentos relativos a contratações anteriores.

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se a informar antecipadamente à CONTRATANTE.

Obtenha a documentação da Zênite neste link [DADOS CADASTRAIS](#), com a senha **ZNT2109**.

Manuella Ribereite Silva
Consultora Comercial de Eventos
manuella.silva@zenite.com.br
4121098666



ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A

Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR

Fone: (41) 2109-8666



CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Zênite On Line
**DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE
ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021**
30/08/2023 a 01/09/2023

CURITIBA, 28 de junho de 2023

Att: CAIO LUCIUS VALACE DE OLIVEIRA SILVA - Fone: 3137796300
CAMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
SETE LAGOAS - MG

Prezados Senhores,

Confirmamos a **inscrição** dos servidores abaixo relacionados para participação no curso: "**DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021**", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 30/08/2023 a 01/09/2023.

DETALHES DA CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Participantes: VICTORIA MARIA RIBEIRO CARVALHO

Obs. Os dados acima relacionados serão utilizados para confecção do certificado e credencial para o evento.

Carga Horária: 12

Investimento: R\$ 2115,00

Participantes Pagantes: 001

Desconto: R\$ 169,20

TOTAL: R\$ 1.945,80

A proposta inclui:

- Lei Digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do Curso
- Certificado

Aproveite para ver a programação completa [Clicando aqui](#).

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomenda-se a utilização de equipamento com as seguintes especificações:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core
4Gb RAM
Internet de 10 mbps (de preferência por cabo)

Browser:

Recomenda-se utilizar o Google Chrome

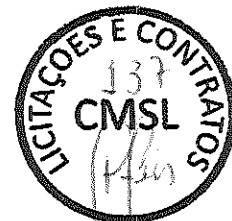
Banda ideal:

Inbound participante: 3 mbps

Essa confirmação é válida somente se não existir pendências de pagamentos relativos a contratações² anteriores.

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se a informar antecipadamente à CONTRATANTE.

Manuella Ribereite Silva
Consultora Comercial de Eventos
manuella.silva@zenite.com.br
4121098666



ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A

Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR

Fone: (41) 2109-8666

Assunto **DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021**
De Zênite <zenite.noreply@pluz.app>
Para Victória Maria Ribeiro Carvalho <victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br>
Data 28.08.2023 11:59



**DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA
DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021**

às 14h00 do dia 30/08/2023

Olá Victória Maria Ribeiro Carvalho,

É muito bom contar com a sua participação em nosso evento!

Seguem os dados para o seu primeiro acesso no ambiente virtual do Zênite Online. Aqui você encontrará informações importantes do evento, assim como poderá ingressar nas aulas ao vivo.

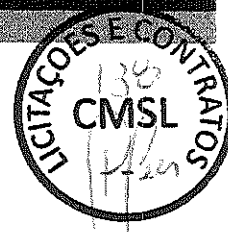
Seu e-mail para acesso: victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br
Código de acesso: u836143

Após acessar a página do evento, você poderá completar seu cadastro e redefinir a sua senha.

Acesse a página

Ou acesse o link: <https://zeniteonline.com.br>

O ingresso nas aulas (ao vivo ou replay) estará liberado para os participantes cuja contratação tenha sido formalizada mediante instrumento de contrato ou seu substitutivo nos termos legais.



Entre em contato: (41) 2109-8686

A Zênite valoriza a transparência e está comprometida com o respeito à Proteção de Dados Pessoais dos titulares que confiam suas informações a nós. Garantimos que serão coletados somente as informações estritamente necessárias para atingir as finalidades legítimas pré-estabelecidas pela Zênite. Essa coleta de dados permite que possamos prestar nossos serviços e estabelecer contato com os titulares e envio de comunicados ou promoções de seu interesse. Se quiser saber mais detalhes sobre os tratamentos de dados pessoais realizados pela Zênite, confira nossa [Política de Privacidade](#) no site.

Você está recebendo este e-mail porque se inscreveu em nosso evento.
Para garantir o recebimento de nossas mensagens, adicione o endereço "HTML:LIST_ADDRESS_HTML" à sua lista de endereços autorizados.

[Modificar minhas preferências](#) | [Cancelar minha inscrição](#)

Assunto CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO - 224313 - CAIO LUCIUS VALACE DE OLIVEIRA SILVA- 016472 - CAMARA MUNICIPAL - SETE LAGOAS/MG

De Aline Saczuk Poltronieri <aline.saczuk@zenite.com.br>

Para victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br
<victoria.licitacao@camarasete.mg.gov.br>

Cópia Manuella Ribereite Silva <manuella.silva@zenite.com.br>

Data 30.08.2023 17:13



- CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO - CAMARA SETE LAGOAS.pdf (620 KB)
- Requisição e SC.pdf (156 KB)
- Processo de Compras.pdf (9 KB)

Prezada, tudo bem?

Agradeço o envio da requisição.

Encaminho este e-mail confirmando a inscrição para o curso online:

COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021: TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA.
IMPORTANTE:

O certificado será enviado pelo e-mail acima indicado, até 15 dias após o término do curso (última aula).

O percentual da frequência que constará do certificado será calculado de acordo com presença nas aulas on-line (ao vivo) verificada pelo acesso pelo login e senha no sistema por inscrição/aluno. Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação.

Gentileza acusar o recebimento deste.

Fico à disposição para eventuais dúvidas e solicitações.

Atenciosamente,

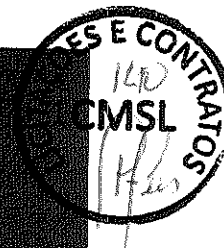
Aline Saczuk Poltronieri

Aux. Relacionamento com o Cliente

aline.saczuk@zenite.com.br <mailto:aline.saczuk@zenite.com.br>

Fone: (41) 2109-8666

[Logotipo, nome da empresa Descrição gerada automaticamente]



CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Zênite On Line
COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021:TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA
17/10/2023 a 23/10/2023

CURITIBA, 6 de julho de 2023

Att: CAIO LUCIUS VALACE DE OLIVEIRA SILVA - Fone: 3137796300
CAMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
SETE LAGOAS - MG

Prezados Senhores,

Confirmamos a **inscrição** dos servidores abaixo relacionados para participação no curso: "**COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021:TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA**", que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias 17/10/2023 a 23/10/2023.

DETALHES DA CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Participantes: ROBERTO DOS REIS

Obs. Os dados acima relacionados serão utilizados para confecção do certificado e credencial para o evento.

Carga Horária: 20

Investimento: R\$ 2970,00

Participantes Pagantes: 001

Desconto: R\$ 237,60

TOTAL: R\$ 2.732,40

A proposta inclui:

- Lei Digital: Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública
- Apostila digital específica do Curso
- Certificado

Aproveite para ver a programação completa [Clicando aqui](#).

Para o bom o funcionamento da plataforma, recomenda-se a utilização de equipamento com as seguintes especificações:

Computador:

Processador i3 3Ghz Dual Core
4Gb RAM
Internet de 10 mbps (de preferência por cabo)

Browser:

Recomenda-se utilizar o Google Chrome

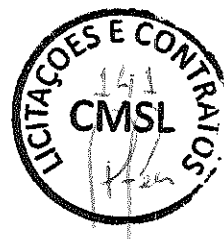
Banda ideal:

Inbound participante: 3 mbps

Essa confirmação é válida somente se não existir pendências de pagamentos relativos a contratações² anteriores.

A CONTRATADA reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e/ou moral), comprometendo-se a informar antecipadamente à CONTRATANTE.

Manuella Ribereite Silva
Consultora Comercial de Eventos
manuella.silva@zenite.com.br
4121098666



ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A

Av. Sete de Setembro, 4698, 3º e 4º Andar - Batel - CURITIBA/PR
Fone: (41) 2109-8666

**SECRETARIA**

RUA DOMINGOS LOUVERTURI, 335
SETE LAGOAS
3137796300
atendimento@camarasete.mg.gov.br
0.-/- Inscrição Estadual:

NOTA DE EMPENHO Nº: 000795
DATA DE EMISSÃO : 22/08/2023
TIPO : GLOBAL

Órgão : 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS
Unidade : 02 - SECRETARIA
Função : 01 - LEGISLATIVO
Subfunção : 031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa : 2040 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO
Proj/Ativ : 2709 - MANUTENÇÃO DAS ATIV DA CÂMARA MUNICIPAL
Rubrica : 3.3.3.9.0.39.00.00.00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Recurso : 1500000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Complemento do Recurso: 0 - NÃO SE APLICA

Reduzido : 31629
Licitação : 3/2023 **Modalidade:** INEXIGIBILIDADE
Característica Peculiar: : 011100 - LEGISLATIVO
Emissor : CRISTIANO FERNANDES DE SOUZA

Dados do Credor:

Nº Credor : 246678 **CNPJ** : 86.781.069/0001-03
Nome : ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A
Endereço : SETE DE SETEMBRO, 4698
Município : CURITIBA-PR CEP : 80240000
Telefone : (41) 2109-8666 **Fax** :



PROCESSO DE COMPRA Nº 094283 **SEQ. DO EMPENHO Nº** 171761
AUTORIZAÇÃO Nº 153974 **PROC. ADMIN (P.A.)** :

Valor Orçado 2.700.000,00 **Saldo Anterior** 1.675.347,01

Valor Empenhado 4.678,20 **Saldo Atual** 1.670.668,81

QUANT	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1,00	3.3.3.9.0.39.99.04.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA CURSO CAPACITAÇÃO (COMO APLICAR A LEI Nº 14.133/2021 : TEMAS RELEVANTES COM ABORDAGEM PRÁTICA) - (Unidade: UNIDADE) SOLICITAÇÃO: 107629 COMO APLICAR A LEI 14133	2.732,40	2.732,40
,00	CURSO CAPACITAÇÃO (PARTICIPAÇÃO, DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM A LEI Nº 14133 DE 2021) - (Unidade: UNIDADE) SOLICITAÇÃO: 107629 DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM A LEI 14133	1.945,80	1.945,80
.SUMO: Inscrição em curso de licitação a ser ministrado pela pessoa jurídica Zênite Informação e Consultoria S/A.. n DESP.REF.CONTRATÇÃO DE CURSO ZÊNITE SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO..			
DESTINO :		TOTAL	4.678,20

TESOUREIRO

GESTOR ADMINISTRATIVO

ORDENADOR DA DESPESA